

JACI GUILHERME VIEIRA

HISTÓRIA DO PCB EM SANTA CATARINA - DA SUA GÊNESE ATÉ A
OPERAÇÃO BARRIGA VERDE - 1922 A 1975

Florianópolis

1994

JACI GUILHERME VIEIRA

HISTÓRIA DO PCB EM SANTA CATARINA - DA SUA GÊNESE ATÉ A OPERAÇÃO
BARRIGA VERDE - 1922 A 1975

Dissertação apresentada ao Curso de
Pós-Graduação em História da UFSC, como
requisito parcial para obtenção do
Título de Mestre em História

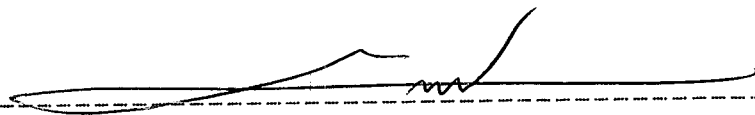
Florianópolis

1994

HISTÓRIA DO PCB EM SANTA CATARINA - DA SUA GÊNESE ATÉ A
OPERAÇÃO BARRIGA VERDE - 1922 A 1975

JACI GUILHERME VIEIRA

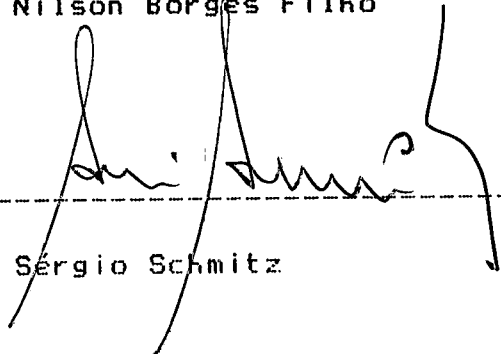
NCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Carlos Humberto P. Corrêa -Orientador



Prof. Dr. Nilson Borges Filho



Prof. Dr. Sérgio Schmitz

Dedico este trabalho à:

minha filha Branda

minha companheira Zulmira

minha mãe Bernardina Gomes

meu pai Manoel Jorge

S U M Á R I O

RESUMO -----	vi
ABSTRACT -----	viii
INTRODUÇÃO -----	1
CAPÍTULO I - A GÊNESE DO PCB EM SANTA CATARINA E SUA LUTA JUNTO AS CLASSES TRABALHADORAS -----	4
1.1. Origem do PCB em Santa Catarina -----	4
1.2. A Mobilização do Partido pela legalidade 1943-1945 -----	14
1.3. As Eleições de 1945 e a Atuação do PCB -----	16
1.4. O Posicionamento do PCB em Santa Catarina nas Eleições de 1947 -----	19
1.5. O Fechamento do PCB e a Volta à Ilegalidade -----	24
CAPÍTULO II- A SOBREVIVÊNCIA DO PCB NO ESTADO DEPOIS DO GOLPE DE 1964 -----	33
2.1. O Partido Comunista e o Golpe de 64 no Brasil e em Santa Ca- tarina -----	33

2.2. O Golpe e o Partido em Santa Catarina ----- 37

2.3. A Reorganização do PCB após o Golpe de 64 no Estado ----- 41

CAPÍTULO III - A "LINHA-DURA" E A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE----- 50

3.1. A Última Reserva de Caça da Repressão ----- 50

3.2. A Operação Barriga Verde ----- 58

3.3. As Torturas ----- 62

CONCLUSÕES ----- 79

FONTES ----- 89

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ----- 89

ENTREVISTAS ----- 92

REVISTAS ----- 93

JORNAIS ----- 94

ARQUIVOS ----- 94

ANEXOS ----- 95

RESUMO

Um dos objetivos desta pesquisa é tentar recuperar a história do Partido Comunista em Santa Catarina, desde a sua fundação até praticamente sua extinção em 1979, no Estado.

Por outro lado, uma das maiores descobertas deste trabalho foi o de verificar que o PCB em Santa Catarina nasceu juntamente com a construção da Ponte Hercílio Luz, isto é, durante a sua construção e não com a formação da Aliança Nacional Libertadora (A.N.L.) como era considerado na historiografia catarinense.

Depois de uma série de acontecimentos políticos no Brasil como: a Revolução de 30, a Intentona Comunista e o Estado Novo em 1937; finalmente, em 1939, os militantes do PCB catarinense voltam a se encontrar e fundam o Partido propriamente dito no Estado propriamente dito. Daí para frente participam da campanha para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e, também, já na legalidade, concorrem nas campanhas eleitorais de 1945 e 47, sendo que neste mesmo ano o Partido fora posto na ilegalidade.

Mesmo ilegal, a partir da década de 50, o Partido, no Estado, participa de uma série de movimentos como: a Campanha "O Petróleo é Nosso", "contra a Bomba Atômica", "contra a fome", lançando, também, no Estado, uma série de literaturas próprias como jornais e revistas.

Já com o Golpe de 1964, dado pelos militares, o Partido sofreria os anos mais penosos nas mãos das Forças Armadas que já haviam eleito, em 1937, os comunistas como inimigos número um da Nação. ○

Por último, o trabalho analisa a "Operação Barriga Verde" realizada no Estado em novembro de 1975, iniciando esse processo com a prisão de 41 pessoas entre militantes e simpatizantes da causa comunista. Esta última parte tenta demonstrar a divisão que se deu no Exército que para justificar o "medo" da política de distensão que iria ser imposta por Geisel, dessa forma, elege-se novamente os comunistas como bodes-expiatórios.

ABSTRACT

One of the purposes of this research is trying to regain the history of the Communist party in Santa Catarina since its foundation and practically extinction in 1979 in the State.

On the other hand, one of the greatest discoveries of this work was to verify that the PCB in Santa Catarina was set up at the same time as the Hercilio Luz Bridge construction and not during the formation of the "Aliança Nacional Libertadora" (A.N.L.) as is considered by the history of Santa Catarina.

After a series of political events in Brazil, such as: the 1930 Revolution, the Communist Conspiracy and the "New State" in 1937, finally in 1939 the PCB militants from Santa Catarina meet again and found a party in the State. Since then they take part on a campaign to convince Brazil to take part in the II World War and they also run for the electoral campaigns in 1945 and 1947. However, in the same year the party became illegal.

From the fifties on the party in the State participates on a series of political movements such as: a campaign called "The petrol belongs to us" against the Atomic Bomb and the hunger also publishing literatures relating to communist ideas in the form of newspapers and magazines.

In 64 with the overthrow, the party suffered its most painful years in the hands of the army which had already elected the comu-

nists in 1937 as the number one enemies of the Nation.

At the end, this work analyses the so called "Green Belly Operation" which took place in the State in november of 1975, when 41 people were arrested among them militants and simpatizers of the comunist cause. The last part of the work tries to shom the division that took place in tehe Army to justify the fear of the polictical distation which would be imposed by Geisel - Comunists are elected again as scapegoats.

*A democracia ainda está em experiência, mas até o momento não se desacreditou; verdade é que força plena não entrou ainda em operação permanente, com respeito a seus efeitos, e outra, de natureza transitória. Em primeiro lugar, seja qual for a representação numeral da riqueza, seu poder será sempre desproporcionado; em segundo lugar, a organização deficiente das classes que receberam o direito ao voto impediu qualquer alteração de vulto no pré-existente equilíbrio do poder.

John Maynard Keynes, 1904

(citado em "A Era dos Impérios, 1875-1914. Eric J. Hobsbawm, Paz e Terra, 1988, p. 125).

INTRODUÇÃO

Estudar a história do Partido Comunista não é coisa do passado, como muitos possam pensar, principalmente depois da crise dos Regimes Comunistas no leste europeu. O que vamos analisar aqui é uma corrente ideológica dentro de um regime capitalista, na tentativa de colocar uma proposta de organização e atuação junto às classes trabalhadoras.

Pretende-se aqui contribuir para a história dos movimentos sociais, resgatando tão somente a evolução do Partido Comunista em Santa Catarina, principalmente em áreas onde ele teve uma maior penetração. É nesse sentido que este trabalho caminha: levantar a história do Partido Comunista no Estado de Santa Catarina desde suas primeiras tentativas com a construção da ponte Hercílio Luz, conjuntamente com os estivadores no período de 1922 a 1926, sendo que sua organização propriamente dita aconteceu em 1939, e que seu grande auge de movimentação política deu-se na segunda metade da década de setenta, período que ficou marcado para o Partido quando da realização da "Operação Barriga Verde", desencadeada no Estado por alguns setores das Forças Armadas, mais precisamente o Exército, sendo esse o espaço e o tempo que procurou-se historiar.

Percebe-se, no decorrer da pesquisa, que a repressão ao Partido não só aconteceu com mais profundidade na década de setenta, mas ficou evidenciado que os órgãos de repressão do Estado tinham eleito os comunistas por um longo tempo como alvo, principalmente, a partir de 1935, depois do levante fracassado liderado por Luiz Carlos Prestes, a chamada Intentona Comunista. Essa questão da repressão

nível regional não é diferente a toda uma perseguição ao Partido em Santa Catarina, desde a sua fundação e, principalmente, no período em que o Brasil encontrava-se dirigido pelos militares, isto é, desde 1964. Foi durante esse período, principalmente, que o PCB em Santa Catarina sofreu o seu mais duro golpe, quando da realização da "Operação Barriga Verde".

Um dos muitos objetivos desta pesquisa é tentar recuperar a história de um pequeno grupo de militantes que atuou por boa parte de suas vidas em Sindicatos, em Movimentos Estudantis, como também da então oposição consentida pelo Regime Militar, o Movimento Democrático Brasileiro (M.D.B.).

A respeito da questão metodológica é necessário um esclarecimento sobre o uso das fontes. Deixa-se claro que a documentação primária é mínima, pois não foram encontradas atas de fundação, de reuniões ou publicações próprias do Partido no Estado. Ficou evidente que a falta de documentação esteve colocada durante o desenvolvimento da pesquisa em duas questões básicas. Em primeiro lugar, o Partido passou por várias fases, em algumas totalmente disperso, sem qualquer atividade; em segundo lugar, esta falta de documentação está colocada dentro de um contexto maior que seria o medo da reação, haja vista que o Partido no Estado somente teve dois anos de legalidade, de 1945 a 1947. Esse medo da reação e da repressão fez com que parte da documentação da seção catarinense ficasse dispersa, estando bem evidenciado no período aqui estudado.

Dessa forma, a metodologia aqui utilizada foi uma análise da bibliografia sobre o Partido a nível nacional, alguns documentos exis-

entes em arquivos particulares de ex-militantes e no Arquivo Público do Paraná, como também uma pesquisa na imprensa catarinense. Para suprir a falta de documentação escrita, recorreu-se, porém, a técnica da história oral, através de entrevistas com militantes e ex-militantes, que foi de grande importância para a realização deste trabalho.

Por outro lado, esta pesquisa tem como objetivo dar algumas direções a uma dezena de questionamentos, entre os quais destacam-se: qual a origem do Partido Comunista no Estado? onde o Partido Comunista obteve uma maior penetração? quais as formas que os militantes comunistas usavam para melhor organizar a classe trabalhadora? qual o comportamento desse partido no período de legalidade, 1945 a 1947? que posições o Partido tomou, tanto a nível nacional como estadual, frente ao Regime Militar implantado no Brasil em 1964, como também sua militância junto ao M.D.B.? quais os objetivos das "operações" militares na década de setenta? e, também, analisar mais detidamente a "Operação Barriga Verde" realizada por setores do Exército, a chamada "linha-dura". Finalmente, discutir a desmobilização dos militantes e simpatizantes através dos aparelhos do Estado edificado pelas Forças Armadas.

CAPÍTULO I

A GÊNESE DO PCB EM SANTA CATARINA E SUA LUTA JUNTO ÀS
CLASSES TRABALHADORAS

1.1. ORIGEM DO PARTIDO COMUNISTA EM SANTA CATARINA

Muito embora alguns autores como Carlos Alberto Silveira Lenzi, afirmem que o Partido Comunista em Santa Catarina tenha sido fundado conjuntamente com a Aliança Nacional Libertadora (A.N.L.) em 12 de março de 1935, tal afirmação não tem base sólida, e carece de um estudo mais aprofundado. Em seu trabalho o autor não apresenta qualquer documento para dar comprovação ao que afirma, isto é, um relato de um militante, uma nota de jornal ou nem mesmo uma bibliografia específica (1).

Ao contrário do que Lenzi afirma, o Partido Comunista em Santa Catarina se constituiu como tal em 1939 e, por sua vez, só conseguiram registrar seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral (T.R.E.) em 1941, segundo um dos seus fundadores, Manoel Alves Ribeiro, mais conhecido como "Seu Mimo" (2). Ele relata que um grupo em Santa Catarina, mais precisamente em Florianópolis, teve uma breve participação na formação e divulgação das idéias da Aliança Nacional Libertadora, no ano de 1935, não em caráter de partido, pois o mesmo só organizou-se a partir de 1939.

(1) LENZI, Silveira. Partidos e Políticos de S.C. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983. f.213.

(2) RIBEIRO, Manoel Alves. Entrevista concedida ao autor em 19 de junho de 1991.

Ao se fazer um breve estudo dessa agremiação política a nível estadual, percebe-se que a mesma não nasce como se fosse inspiração de alguns operários ou mesmo alguns intelectuais da sociedade catarinense. Ao contrário do que se afirma na historiografia corrente, a idéia inicial de se fundar o Partido Comunista em Santa Catarina, data das primeiras duas décadas do século XX, mais precisamente no início da construção da ponte Hercílio Luz em Florianópolis (3). Na construção desta ponte reuniram-se operários de vários Municípios do Estado, de outros Estados e até mesmo de outras nacionalidades que, conjuntamente com os operários da estiva, fizeram os primeiros contatos para a fundação do "Socorro Vermelho", um dos embriões do Partido Comunista em Santa Catarina, que teve como objetivo arrecadar fundos em forma de colaboração espontânea para mandar à União Soviética. Essa colaboração era enviada através da Marinha Mercante do Brasil. Isto vem deixar claro que os primeiros contatos com os grupos comunistas em Santa Catarina foram feitos através dos portos marítimos, e isso não só deu-se em Florianópolis, como também nos municípios de São Francisco e Itajaí.

Numa série de recortes de jornais catarinenses, como também em bibliografias específicas e revistas consultadas sobre a construção da ponte Hercílio Luz, em nenhum momento fala-se da formação de um Partido ou agremiação política dos trabalhadores, o que dá a entender que qualquer organização operária era feita por um grupo muito restrito de operários. Isto serve tanto para os operários da ponte como também para os operários da estiva, como é o caso de Manoel Alves Ribeiro e Álvaro Ventura, respectivamente.

(3) *Idea.*

Muito antes da fundação propriamente dita do Partido no Estado foi criada a "União Operária" que tinha como objetivo, além de outros, trabalhar em prol do "Socorro Vermelho", apoiar algumas greves que surgiam, fazendo pequenas passeatas e alguns comícios. Desta forma, já havia um grupo que reunia-se em Florianópolis intitulando-se Comunista, entre os quais destacavam-se: Porfírio Gonçalves, militar; Manoel Alves Ribeiro (Mimo), eletricitista; Álvaro Ventura, estivador; Hipólito do Vale Pereira, contador; Mustafá, comerciante; João Bruggn, militar. Este era um pequeno grupo que fazia parte da direção da "União Operária" que, por sua vez, já conseguia reunir em torno de si vários operários como pedreiros, serventes de pedreiros, estivadores, padeiros, garçons, etc.

Segundo Manoel Alves Ribeiro, "Seu Mimo", era já na União Operária que distribuíam um jornal, vindo de São Paulo, de orientação anarquista chamado a "Plebe", feito de papel de seda, pois caso a polícia tomasse conhecimento, ficaria mais fácil engolir-lo. Esses jornais eram recebidos por Álvaro Ventura que já possuía ligações com um grupo de anarco-sindicalistas de São Paulo e eram enviados através dos navios do Lloyd que aportavam constantemente em Florianópolis, onde a maioria da tripulação já militava em movimentos sindicais (4).

Caminhando a passos muito lentos, esse grupo que intitulava-se Comunista, no início da década de 30, não possuía nenhum contato com o Comitê Central (C.C.) do Rio de Janeiro, pois deu total apoio a Getúlio Vargas na Revolução de 30. Como se sabe, a orientação do C.C. era a de que os Comitês estaduais ficassem à parte desse movimento.

Aliás, o Partido, a nível nacional, demonstrou um sectarismo

(4) RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. Florianópolis: Gráfica Edeme, 1989. p. 8.

enorme nessa questão, perdendo com isso grande chance de alargar várias conquistas sociais para a classe trabalhadora e, conseqüentemente, levá-las mais adiante. No Estado de Santa Catarina, como não havia essa ligação com o Comitê Central, o grupo de orientação comunista apoiou incondicionalmente a Revolução de 30, achando que o programa da Aliança Liberal traria algumas vantagens para a classe trabalhadora como Leis Trabalhistas, o voto secreto e outras. Dessa forma, segundo "Seu Mimo", foram realizados comícios, passeatas, além de alguns integrantes terem pego em armas para apoiar o movimento no Estado (5).

Após a Revolução surgiu, em 1931, a Lei Sindical, e o grupo citado anteriormente, promoveu várias campanhas para a organização dos sindicatos, mesmo não havendo indústrias em Florianópolis, pois a grande maioria só estava instalada no Vale do Rio Itajaí e norte do Estado. Mesmo com essa variante foram fundados os seguintes sindicatos em Florianópolis: Metalúrgicos, Gráficos, Garçons, Comerciais, Estivadores, Construção Civil e Pedreiros. Este último realizou uma greve em 1932, que durou três dias, reivindicando aumento salarial. A categoria tinha aproximadamente 300 integrantes e todos foram mobilizados (6). Já o sindicato da Construção Civil, segundo Manoel Alves Ribeiro, era o mais organizado e possuía uns 1.500 filiados sendo o maior da época e o mais reivindicante. Nesses sindicatos os comunistas possuíam grande influência, inclusive exercendo os cargos de direção (7).

(5) RIBEIRO, Manoel Alves. *Entrevista*, op. cit.

(6) PCB iniciou em S.C. com a revolução de 30. *O Estado*: Florianópolis, 28/03/82.

(7) RIBEIRO, Manoel Alves. *Entrevista*, op. cit.

Nos primeiros anos do Governo Getúlio Vargas em 1933, surgiram as eleições classistas. O PCB-SC indicou como candidato à Assembléia Constituinte, o portuário Álvaro Ventura. A sua campanha, apesar do Partido ser pequeno, foi bastante intensa, com comícios nas portas de fábricas, principalmente nas cidades periféricas de Florianópolis, como São José, Palhoça e Biguaçu (8). Em Santa Catarina, pela classe dos empregados profissionais, foi eleito para Deputado Federal Constituinte Antônio Penaforte de Souza, um dos fundadores do Partido Operário Socialista em São Francisco (9), ficando na suplência o candidato do PCB-SC Álvaro Ventura que era o secretário da União dos Estivadores. Com o assassinato de Penaforte, no Rio de Janeiro, por questões particulares, assumiu a cadeira Álvaro Ventura em 1934 como único representante do PCB na Câmara Federal (10).

A partir desse momento, quando Álvaro Ventura, um dos mentores intelectuais do grupo Catarinense, assumiu a Câmara dos Deputados, o grupo que auto intitulou-se "Comunista" no Estado passou a ter maior ligação com o órgão superior do Partido no Rio de Janeiro, começando a se integrar mais com o Partido a nível nacional. Esse aperfeiçoamento se deu, principalmente, após a fundação da Aliança Nacional Libertadora, que foi impulsionada através do PCB, que tinha como objetivo forçar o governo de Getúlio Vargas a fazer algumas reformas nos sistemas político, econômico e social do país e combater o fascismo. Sobre o assunto, esclarece Moisés Vinhas:

(8) *Idem*.
 (9) CORRÊA, Carlos Humberto. Um Estado Entre Duas Repúblicas. Florianópolis: Ed da UFSC, 1984. p. 176-77.
 (10) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930 - 1983. Fundação Getúlio Vargas. p. 3.529.

"Trata-se do primeiro grande movimento de massas no País onde o Partido Comunista terá uma influência decisiva. A A.N.L. rapidamente se espalha pelo Brasil e a ela aderem personalidades políticas, intelectuais e organizações classistas civis. Recebe o apoio de inúmeros sindicatos, agremiações estaduais, da Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, do movimento contra a guerra e o Fascismo etc" (11).

Desta forma, foi o PCB que substituiu a extinta A.N.L., uma frente de combate à política nacional e internacional. Em Santa Catarina, várias pessoas que intitulavam-se "Comunistas" fizeram parte de sua diretoria a nível estadual. Uma delas foi Manoel Alves Ribeiro. Por outro lado, a organização da extinta A.N.L. no Estado não atingiu expressão como movimento de massas. A campanha anti-nazista desencadeada por esta organização, limitou-se a distribuição de panfletos, pixações e manifestações de rua contra o imperialismo (12).

Com o fechamento da A.N.L. em 1935, e a revolução comunista fracassada no mesmo ano, Santa Catarina perdeu alguns dos seus já escassos militantes, pois o Governo, a nível nacional, usou de uma violenta repressão aos simpatizantes e filiados do Partido. Em Florianópolis foram efetuadas as prisões de Álvaro Ventura, José Rodrigues da Fonseca e do sargento Humberto Froind. Este último teria sido assassinado pela polícia de Getúlio, dificultando o avanço que já era progressivo da seção comunista no Estado, piorando ainda mais com o golpe de 1937 (13).

Somente em 1939 esse grupo voltou a se reunir mais coesamente e fundou o Partido Comunista Catarinense. Manoel Alves Ribeiro,

(11) VINHAS, Moisés. O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982. p.69.

(12) VIEIRA, Jaci Guilherme. Estudo Preliminar das origens e decadência do PCB. Florianópolis, 1990. (datilografado)

(13) RIBEIRO, Manoel Alves. Entrevista. op. cit.

eletricista; Álvaro Ventura, ex-Deputado classista e estivador; João Perzola, operário da construção civil; Oscar Amom, comerciário; Silvío de Oliveira Marques, funcionário da alfândega; Hipólito do Vale Pereira, contador; Hugo Rissi, marítimo, foram os fundadores.

A primeira sede do PCB Catarinense estava localizada perto do Palácio do Governo, no centro de Florianópolis. O Partido, nessa época, dividia seu espaço físico com uma banda de música chamada "Comercial" da qual um dos seus membros, Hipólito do Vale Pereira, um dos fundadores do Partido, era seu presidente (14).

A fundação do Partido no Estado ocorreu no momento de crise do PCB a nível nacional, isto é, com a repressão desencadeada via Estado Novo, já mencionada acima. Sobrou do PCB uma Comissão Nacional de Organização Provisória (C.N.O.P.), pois ao mesmo tempo em que uma seção do partido era fundada em Santa Catarina, toda a sua direção nacional caía nas malhas da repressão, questão que passará a ser rotina para os militantes e simpatizantes até a década de oitenta. Assim, o que restou ao Partido, no Estado Novo, foram algumas atividades isoladas de poucos integrantes (15).

As primeiras atividades dos Comunistas Catarinenses fizeram parte de uma orientação nacional do partido através da campanha pela anistia aos presos políticos (principalmente Luiz Carlos Prestes), e para que o Brasil declarasse guerra ao Eixo e entrasse no conflito mundial. Essa campanha deu-se em vários municípios do Estado, mas teve uma maior repercussão em Florianópolis, devido a participação do Movimento Sindical e do Movimento Estudantil. é o próprio "Mimo" que relata essa

(14) *Idea.*

(15) *Idea.*

mensagem

"... a primeira atividade nossa foi fazermos passeatas para conseguirmos do Governo naquela época que o Brasil declarasse guerra ao Eixo. Foi a primeira resolução que tiramos logo em nossa primeira reunião. Então, começamos a fazer passeatas. Na primeira, nós conquistamos um apoio muito grande por parte da população ... Nessa primeira passeata tivemos vinte prisões. A polícia prendeu vinte companheiros, alguns Comunistas, outros não. A massa incendiou aquele clube alemão lá na Mauro Ramos (Tiro Alemão - Florianópolis). Amarramos uma corda no pescoço da estátua de Carlos Hoepcke e arrastamos pelas ruas ..." (16).

Entretanto, em pesquisa realizada na imprensa catarinense da época, principalmente nos jornais O Estado, A Notícia e A Gazeta constatou-se que o ocorrido não foi divulgado pela mesma, o que provavelmente denota uma falta de interesse grande em não divulgar e conseqüentemente apoiar os movimentos que o Partido realizava no estado. Por outro lado, quando divulgavam alguma explosão de civismo dos catarinenses, jamais era citado o nome do PCB como participante.

Como foi colocado no início deste capítulo, é necessário que se faça uma análise mais criteriosa dos trabalhos que vêm sendo publicados ao longo desses anos sobre as origens do PCB em Santa Catarina, principalmente a dois deles; Silveira Lenzi, já analisado e, Van Carreirão de Souza (17) que, ao falarem da seção Catarinense do PCB, não fazem nenhuma análise de cunho histórico, estudando esse partido de uma forma abstrata, sem se darem conta que há todo um processo de formação mais profundo, mais concreto, na formação desse partido. E por sua vez esse Partido ajudou a criar uma consciência de

(16) *Idea*.

(17) CARREIRÃO, Van de Souza. Eleições e Sistemas Partidários em S.C. (1945-1979). Florianópolis. Ed. UFSC, 1980.

organização de algumas classes de trabalhadores em Santa Catarina; como é o caso dos Trabalhadores Portuários em São Francisco e Itajaí, a região de Criciúma com os mineiros, como, também, na Construção Civil em Florianópolis.

Para melhor situar essa questão da consciência de classe é necessário que se tenha claro que a mesma é um pouco tardia a nível de Brasil, isto é, difere muito da classe operária dos chamados países clássicos, que tinham conhecido e passado por várias fases bem definidas. No Brasil, a questão é bastante diversa. A constituição dessa consciência deu-se dentro de um contexto onde já predominava a indústria, logicamente, vindo a prejudicar a organização operária. É o que nos esclarece Ricardo Antunes com muita perfeição.

"... a nossa classe operária reflete, na verdade, a contradição que caracteriza o nosso processo de industrialização: apesar de, em seu nascimento, não ter percorrido as formas de produção anteriores, ela não pode crescer normalmente, limitada que foi por uma industrialização que pagou alto preço ao latifúndio para poder desenvolver-se, ao mesmo tempo em que se encontrava nas condições de uma industrialização subordinada" (18).

Mesmo que precárias, as fontes levam a crer que a demora por parte dos comunistas catarinenses em formarem uma estrutura mais sólida, mais consistente na década de 40 enquanto Partido da classe operária, enquanto vanguarda dessa classe no Estado está relacionado a duas questões: primeiro, o proletariado catarinense era inexperiente a nível de organização política; em segundo, a mais forte, é a de que houve uma dificuldade muito grande do Partido em penetrar e firmar

(18) ANTUNES, Ricardo. Classe operária e sindicatos e partidos no Brasil. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1982.

bases no seio da grande colonização alemã e italiana em Blumenau, Jaraguá do Sul, Brusque e alguns outros municípios de expressão alemã no Vale do Rio Itajaí, principalmente. Nestas regiões, o Integralismo sofreu resistência em penetrar no setor industrial, como ocorreu no setor agrícola, pois estas regiões receberam grande influência do Integralismo. Na verdade, segundo René Gertz (19), não há uma causa principal que nos explique a entrada facilitada dessa corrente política nas regiões citadas acima. O que se pode mencionar é que a mesma era muito bem organizada, como qualquer outra corrente que queria chegar ao poder. O Integralismo possuía uma grande organização com nível de imprensa e de quadros políticos, chegando a conquistar vitórias nas eleições municipais de 1936 e eleger vários vereadores.

Para Maria de Fátima Sabino Dias (20), os integralistas de Jaraguá do Sul também eram fortes lideranças nos sindicatos e faziam constante oposição aos comunistas. A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, que foi eleita em 1946, e que permaneceu até 1948, foi simpatizante da corrente integralista, por exemplo.

Para Carlos Humberto Corrêa, a questão não é diferente:

"... o integralismo conseguiu conquistar grande número de adeptos alemães e italianos, em Santa Catarina. Isto se deveu principalmente à luta anti-comunista de ambos, que os "camisas verdes" souberam explorar" (21).

GERTZ, René. O Facismo no sul do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p.172.

SABINO DIAS, Maria de Fátima. Sindicalismo e Estado Cooperativista. O caso do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e malhagem, 1941-1950. (Dissertação de Mestrado, UFSC-1985) Programa de Pós-Graduação em História.

CORRÊA, Carlos Humberto. Um Estado Entre Duas Repúblicas, op.cit, p.173.

Para concluir, percebe-se que os integralistas montaram uma estrutura muito sólida, ocupando os mais diversos espaços políticos, dificultando desta forma a entrada do Partido Comunista. Isto é o que percebe-se a nível regional, tendo uma forte penetração no interior, enquanto o Partido Comunista Catarinense agia mais coesamente no litoral, e com uma penetração mais acentuada no sul, como Criciúma por exemplo, que segundo Manoel Alves Ribeiro, neste município, os sindicatos, principalmente o dos mineiros, eram muito combativos na década de 40 e 50. Neles não haviam os "pelegos" e suas reivindicações eram quase sempre atendidas (22).

1.2. A MOBILIZAÇÃO DO PARTIDO PELA LEGALIDADE (1943-1945)

A partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente entre 1943 e 1944, iniciou-se a reestruturação do Partido Comunista a nível nacional, com a realização da "Conferência da Mantiqueira", a 27 de agosto de 1943 no Estado do Rio de Janeiro. Neste encontro, alinham-se as diretrizes políticas do Partido, isto é, a forma dele caminhar a nível do Movimento Operário e da conjuntura política nacional e internacional, como esclarece Eliezer Pacheco.

"Nesta conferência é definida uma linha em concordância com a política de União Nacional que os comunistas já vinham desenvolvendo, apoio integral ao esforço de guerra do Governo Vargas, luta pela anistia, contra a carestia, pelo aprimoramento da Previdência Social, pela legalização do PCB e, finalmente, o lançamento de uma campanha pela abertura da segunda frente de guerra" (23).

(22) RIBEIRO, Manoel Alves. *Entrevista*. op. cit.

(23) PACHECO, Eliezer. *O PCB 1922-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 182.

Na III Conferência da Mantiqueira, em 1943, já houve uma efetiva participação do Comitê Estadual Catarinense. Álvaro Ventura, membro do Comitê Estadual, um dos fundadores do Partido no Estado foi eleito para o Comitê Central do Partido. Dentro desse contexto, também estruturou-se a seção catarinense do Partido, fundando-se diversos diretórios municipais, após o término da Segunda Guerra Mundial, em Concórdia, São Francisco, Criciúma, Lages, Tubarão, Mafra, Caçador, Laguna e Itajaí. Por outro lado, o Comitê Estadual do Partido estava constituído e estruturado da seguinte forma: Secretário Político: Oscar Manoel Ammon, brasileiro, casado, comerciário; Secretário de Organização: Sílvio Marques de Oliveira, brasileiro, casado, operário; Secretário de Divulgação: Álvaro Ventura, brasileiro, casado, operário; Secretária Estiva; Secretário Sindical: Francisco Fernandes Gomes, brasileiro, solteiro, operário (24).

Segundo Eglê Malheiros (25), militante do Partido na década de 1940, esses diretórios municipais funcionavam apesar da dificuldade de comunicação entre si e o Comitê Estadual. Os principais objetivos desses comitês municipais era o de oferecer elementos para melhor conscientização da classe operária local, impulsionando vida aos sindicatos, fazendo um trabalho junto ao operário para que ele fizesse uso da Justiça do Trabalho. O comitê empenhava-se, também, na organização de palestras com o claro objetivo de desenvolver uma consciência política junto aos operários.

4) Serviço Eleitoral. Processo nº. 289, T.R.E. S.C. 1945.

5) MALHEIROS, Eglê da Costa. *Entrevista* ao autor em 14/03/1991

3. AS ELEIÇÕES DE 1945 E A ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

As eleições de 1945 foram convocadas no país tendo como principal objetivo restabelecer a democracia. O Brasil, desde 1937, com a instalação do Estado Novo, vivia sob um regime autoritário, tendo o Estado, o controle total de todos os setores da vida nacional, com o apoio das Forças Armadas.

As eleições foram realizadas após a deposição de Getúlio Vargas e conseqüentemente a queda do Estado Novo. Com a volta da democracia no país, era necessário preencher os cargos de Presidente da República, Senadores e Deputados Federais Constituintes e é nessas condições que o Partido Comunista obteve em 10 de novembro de 1945 seu registro legal, pois o período era de democracia.

De acordo com o jornal A Gazeta, o Partido Comunista demorou para lançar um candidato próprio à Presidência da República, apesar de já legalizado. No dia 11 de julho de 1945, num encontro que Luiz Carlos Prestes manteve com operários da construção civil no Rio de Janeiro, manifestou o desejo de apoiar um candidato da União Nacional ou apoiar um dos candidatos já existentes. Afirmou, também, para a imprensa, que não pretendia, em nenhuma hipótese, indicar um candidato comunista (26).

Diante desta negativa, percebe-se que os comunistas não acreditavam que poderiam vencer as eleições. O próprio Prestes não colocou seu nome na disputa para concorrer ao cargo majoritário, o qual seria o mais indicado.

(26) Declaração de Prestes sobre o momento Nacional, Jornal A Gazeta, 02 de julho de 1945, Florianópolis, S.C.

Por outro lado, a matéria do jornal A Gazeta, de Florianópolis, possui algo de contraditório, pois para o historiador e militante do Partido Eliezer Pacheco, nestas eleições, o PCB ficou numa posição um tanto complicada, porque não tendo estrutura suficiente para lançar candidato próprio, tentou fazer uma aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), lançando como candidato Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo. O PTB, porém, decidiu apoiar o General Eurico Gaspar Dutra, por outro lado, o PCB não poderia apoiar o General Dutra ou o Brigadeiro Eduardo Gomes, não por serem militares, pois no Partido sempre teve espaços para quem vestia fardas, mas, principalmente, por suas posições reacionárias (27).

Estudando melhor a análise feita por Eliezer Pacheco, percebe-se que a mesma possui muito mais seriedade do que a notícia veiculada pelo jornal local. Faltando aproximadamente quinze dias para a realização das eleições, finalmente foi lançado um candidato pelo Partido, Yedo Fiúza, desconhecido até mesmo dos militantes. Sabia-se dele somente que foi Diretor do Departamento de Águas da Prefeitura do Rio de Janeiro e que ocupou interinamente a Prefeitura de Petrópolis, município pertencente também ao Estado do Rio de Janeiro. Para Leônicio Masbaum, começava ali o culto a personalidade de Prestes, pois a escolha de Yedo Fiúza foi uma escolha de Prestes e não do Partido, o qual foi uma grande surpresa para esse militante ativo na época (28).

Para a realização dessas eleições que ocorreram em 2 de dezembro de 1945, o Partido deu início a campanha em busca de recursos, não tendo condições financeiras, pois acabava de sair da clandestinidade,

27) PACHECO, Eliezer. op. cit., p.186.

nde tinha permanecido desde 1926, no Governo Washington Luiz. conseguiu levantar nessa campanha uma soma extraordinária de dez milhões de cruzeiros, o que era muito para a época, demonstrando uma grande força de mobilização por parte dos militantes a nível nacional. Ainda sobre estas eleições, Eliezer Pacheco esclarece, enfaticamente, algumas surpresas que as mesmas trouxeram para a política nacional.

"Realizado o pleito, duas foram as surpresas: a vitória do General Dutra sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes e a votação de Yedo Fiúza, com cerca de 600 mil votos em um eleitorado de aproximadamente cinco milhões (...) conseguem ainda os comunistas, elegerem uma bancada Federal de 14 parlamentares e um senador, Luiz Carlos Prestes" (29).

Em Santa Catarina, num total de 214.688 votantes, foram os seguintes os resultados para a Presidência da República: Eurico Gaspar Dutra: 136.399; Eduardo Gomes: 69.676; Yedo Fiúza: 1.802 votos (30).

Percebe-se, através dos resultados fornecidos pelo T.R.E., que a votação de Yedo Fiúza no Estado foi muito fraca comparando-se aos dois outros candidatos. Essa diminuta votação em Santa Catarina está relacionada a três fatores, segundo Eglê Malheiros: Primeiro, o eleitorado percebeu que Yedo Fiúza não tinha reais condições de se eleger. Da mesma maneira que ele apareceu como convidado, também desapareceu. Em segundo lugar, no Estado, o Partido era muito fraco, isto é, havia alguns militantes com visão política bastante apuradas, mas em termos de números de filiados ou simpatizantes como também o domínio em sindicatos o Partido tinha sérios problemas de estrutura. Em ter-

28) BASBAUM, Leôncio. Uma Vida em Seis Tempos. (Memória). São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

29) PACHECO, Eliezer. op. cit., p. 187.

30) Tribunal Regional Eleitoral. 30 anos de Justiça Eleitoral. Florianópolis, S.C.

seio lugar, segundo ainda Eglê Malheiros, não havia um operariado já organizado nas indústrias catarinenses, como em São Paulo e em algumas cidades do Rio Grande do Sul, o que veio, conseqüentemente, a influenciar na baixa votação. Isso também se verificaria a nível estadual nas eleições de 1947 como se verá a seguir (31).

4. O POSICIONAMENTO DO PCB CATARINENSE NAS ELEIÇÕES DE 1947

Nas eleições de 19 de janeiro de 1947 para Deputado Federal e Deputado à Assembléia Legislativa dos Estados, o PCB no âmbito nacional repetiu o resultado das eleições de 1945. Estas eleições foram mais dois Deputados Federais ao Partido (eleitos sob outras legendas), além de também elegerem 46 Deputados Estaduais e uma expressiva bancada de Vereadores em cidades importantes como Rio de Janeiro, Recife, Santo André e outras (32).

Em Santa Catarina, o Partido Comunista lançou, através do Comitê Estadual, vários candidatos. Segundo a Ata Geral de apuração do T.R.E. datada de 15 de março de 1947, foram os seguintes os candidatos e sua respectiva votação para Deputados Federais: Álvaro Ventura, 895 votos; Luiz Carlos Prestes, 625 votos; Germano Donner, 256 votos; Hipólito do Vale Pereira, 52 votos; Severino Leite Sampaio, 40 votos; Edson Silveira Swain, 39 votos; Rita da Costa Ávila Malheiros, 36 votos; Sebastião Bous Field Vieira, 27 votos, e Manoel Alves Ribeiro, 8 votos. Na legenda votaram 34 eleitores totalizando 2.012 votos (33).

31) MALHEIROS, Eglê da Costa. *Entrevista* ao autor, op cit.

32) A luta do PCB através dos tempos. A classe operária. São Paulo, 25 de março de 1992.

33) Documentos dispersos nos arquivos do T.R.E. de S.C.

Luiz Carlos Prestes aparece nesta listagem pois o artigo 42, Lei Constitucional nº. 9, de 28 de fevereiro de 1945 assim o permitia. Qualquer candidato poderia concorrer simultaneamente para presidente, Senador e Deputado Federal num mesmo Estado ou em mais de (34).

Para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina somente cita-se mais votados e suas respectivas votações sendo que, no total foram vinte e quatro que disputaram uma cadeira. Germano Donner, 450 votos; Elvino Soares Ventura, 203 votos; Cesar Augusto da Costa Avila, 187 votos; Carlos Valentim, 155 votos; José Martins Neto, 139 votos; Oscar Manoel Ammon, 137 votos; Sebastião Bousfield Vieira, 119 votos; Waldemiro Monguilhott Júnior, 116 votos, Miguel José Boabaid, 91 votos. Como metade dos votos conseguidos por outros vinte e quatro candidatos o Partido obteve um total de 2.644 votos (35)

Desta maneira, o Partido Comunista do Brasil, em Santa Catarina, não conseguiu preencher nenhuma das 37 vagas à Assembléia Legislativa, por insuficiência de legenda.

Ao analisar mais detidamente as eleições de 19 de janeiro de 1947, principalmente para a Assembléia Legislativa do Estado, percebe-se nitidamente que foram muito fracas em termos de votos, o que demonstra claramente que o PCB em Santa Catarina não possuía um eleitorado afinado com suas idéias. O total de votos conseguidos pela legenda do Partido ultrapassou um pouco mais da metade do coeficiente eleitoral que era na época de 4.891 votos, sendo que o Partido conser-

(34) BRAGA, Hilda Soares. Sistemas eleitorais do Brasil (1921-1988). Senado Eleitoral Federal, Brasília, 1990.
 (35) Documentos dispersos nos arquivos do T.R.E. de SC.

iu chegar a 2.644 votos. Essa pequena votação do Partido não se deu por causa de seus militantes, pois houve um esforço muito grande para que o eleitorado conhecesse os candidatos através de vários comícios realizados pelos Comitês Municipais (36).

Por essa época, o Partido, no Estado, já havia estruturado seus Comitês Municipais. Mesmo com esse dado, há uma debilidade eleitoral referente às seções dos demais Estados, onde a seção Catarinense só veio a ficar na frente do Estado do Piauí, conseqüentemente, ficando atrás dos demais Estados da Federação (Ver Tabela sobre Resultados Eleitorais do Partido Comunista -1945/47, em anexo).

Para se ter uma maior clareza da fraca votação do PCB de Santa Catarina nas eleições de 45 e 47, recorreu-se novamente a Eglê Malheiros que citou algumas questões importantes a esse respeito. Segundo ela, o Estado de Santa Catarina foi um dos Estados de maior força do Integralismo. Em decorrência disso, havia um preconceito anti-comunista muito grande, principalmente dos habitantes do Vale do Itajaí. Conseqüentemente, a União Soviética representava o que de mais perigoso poderia existir a nível político, social e econômico (37).

Além desse dado importante e da falta de quadros no Partido, já detalhados anteriormente, houve também um outro fato que deve dar conta para explicar a baixa votação que o Partido obteve no Estado: a propaganda anti-comunista. É importante destacar o fato dessa propaganda anti-comunista dar-se após o fim da 2ª Guerra Mundial, onde há um retorno do "perigo vermelho".

(36) Comícios Comunistas. *A Gazeta*, Florianópolis, 27/11/1945.

(37) MALHEIROS, Eglê da Costa. *Entrevista*, op. cit.

Estudando-se alguns jornais catarinenses da segunda metade da década de 40, percebe-se, claramente, que a propaganda anti-comunista estava em alta. Nos jornais A Gazeta, A Notícia e O Estado, no período de janeiro de 1945 a outubro de 1947 (lembrando-se que este foi o período de legalidade do PCB), pode-se constatar inúmeros artigos de indústria anti-comunista, de responsabilidade do editor do jornal, pois muito pouco desses vinham assinados. Esses artigos eram escritos para abalar e enfraquecer a possibilidade do PCB em Santa Catarina vir fortalecer-se enquanto vanguarda da classe trabalhadora.

Alguns exemplos:

O jornal A Gazeta publicou:

"Um Perigo a evitar"

"Os que pretendem criar a questão comunista no Brasil cometem obra de perigosíssimas consequências para a unidade política e social de nossa terra. Não há entre os problemas brasileiros, nenhum que demonstre recursos extremos para uma solução satisfatória, porque todos eles se enquadram no esquema normal da administração pública. Se há muita pobreza ou se a classe trabalhadora não dispõe de suficiente poder aquisitivo, o fato não se deve a uma luta entre capital e o trabalho mas antes a um desafio de educação social. O apelo ao comunismo seria um caminho errado visto que sua simples infiltração nas massas suscita hostilidades desnecessárias e estimula a lutas sem quaisquer proveitos para a nação e com reais prejuízos para o trabalhador" (38)

Percebe-se o anti-comunismo desse artigo quando ele discorda da questão do poder aquisitivo que não estaria relacionado a questão entre o capital e o trabalho, mas sim no problema da educação social.

Este outro ainda publicado por A Gazeta, de Florianópolis, é mais radical:

(38) Um perigo a evitar. A Gazeta, Florianópolis, 19/09/1945.

"Eduquemos para impedir a expansão vermelha."

"O comunismo no Brasil não é uma questão de política nem de reação, não é também um fenômeno de posse e de miséria. O Credo vermelho é como o capim cebola: tem que ser arrancado com raiz. E esta raiz mergulha fundo no analfabetismo onde encontra a seiva rica que o alimenta. Eles sabem que a doutrinação Marxista só frutifica bem entre as massas incultas, nos momentos de crise" (39).

As notícias mais banais da época que eram vinculadas nesses jornais, afundavam cada vez mais o Partido. Na verdade os jornais são formadores de opinião pública enquanto meio de comunicação, pois em nenhum deles existe a neutralidade. Destaca-se mais um deles, do mesmo jornal.

"Comunista Sacrílego"

"Chegou ao nosso conhecimento que o comunista ISAC, viajando no caminhão de sua propriedade em praia dos Ingleses, pretendeu realizar um baile num recinto sagrado da Igreja local. Não podendo entretanto realizar o intento, devido a ameaça enérgica udenista Elpídio, que como bom católico, interveio na conversa que Isac fazia a uma senhorita. Em Ingleses, a população irritada aguarda a volta de Isac" (40)

São inúmeros artigos que a imprensa catarinense colocou no dia-a-dia com objetivo de abalar o Partido tanto a nível Nacional quanto estadual. Entretanto, no âmbito Nacional foi o período que mais o Partido cresceu, apesar da campanha anti-comunista em alta. O leitor não deve estranhar a posição do jornal A Gazeta, pois quando da sua fundação em agosto de 1934 em Florianópolis, A Gazeta possuía uma coluna com exclusividade para lançar a ideologia da Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) no Estado (41).

39) Eduquemos para impedir a expansão vermelha. A Gazeta, Florianópolis, 07/06/1946.

40) Comunista Sacrílego. A Gazeta, Florianópolis, 10/12/1946.

41) CORRÊA, Carlos Humberto. Um Estado entre Duas Repúblicas, op. cit, p. 173-74.

5. O FECHAMENTO DO PCB E A VOLTA A ILEGALIDADE

Durante o período que o PCB esteve legalizado, isto é, de 1945 a 1947, os analistas políticos como Francisco Weffort e os próprios militantes destacam que o Partido da "Ordem", adotando a regra do "apertar o cinto", em nome da democracia, batendo na tecla da União Nacional. Prestes dizia que era preferível apertar a barriga, passar fome, do que fazer greve e criar agitações, porque agitações e desordens só interessaria ao fascismo (42).

Ao que tudo indicava, não estava claro para os dirigentes do Partido Comunista a conjuntura nacional e internacional, como por exemplo o início da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Desta forma, no governo de Eurico Gaspar Dutra o Partido assumiu desvios para a direita. É importante destacar que esses desvios para a direita fazem parte de uma resolução do PC da União Soviética, para preservar a paz a qualquer custo e consolidar os regimes comunistas implantados por ela depois da Segunda Guerra Mundial. Essa mesma fórmula foi implantada no Brasil, como se a paz mundial dependesse de nós, o que trouxe sérios problemas para algumas classes que lutavam por reivindicações justas. Francisco Weffort faz uma análise do Partido nesse período que vale a pena destacar:

"Partido da Ordem, porém, combatido pelo governo, a posição do P.C. era realmente das mais penosas. Já submetidos em várias partes do país a uma severa repressão aos comunistas, buscavam desesperadamente oferecer provas da boa vontade ao

42) VINHAS, Moisés. *O Partido*, op. cit., p. 92.

Governo. Assim, a propósito da repressão, havida contra o movimento de unificação dos trabalhadores (MUT) ao mês de março de 1945, João Amazonas negava qualquer responsabilidade dos Comunistas pelas greves e declara seu apoio ao governo "porque sentimos que sem apoio de todas as camadas populares, jamais se poderá governar o Brasil e levar nossa Pátria para dias mais felizes". (Diário do Poder Legislativo, p. 378). No mesmo mês, já iniciada a campanha que deveria resultar na cassação do registro do PC, Prestes insistia em sua disposição de apoiar o governo e declarava "é contra a nossa vontade que atacamos o governo" (Diário do Poder Legislativo, p. 621). É na mesma linha que viria a manifestar-se, em maio, o representante comunista Osvaldo Pacheco em discurso que pronunciou sobre a greve dos estivadores de Santos em protesto contra Franco. "São as forças democratas que estão impedindo que este resolva os problemas que afligem o povo". Parece claro, portanto que os comunistas apoiaram naquele período a qualquer governo desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais" (43).

A seção catarinense do Partido não fugiu à regra do Comitê Central. Nesse período, fundou-se um jornal denominado de Folha Catarinense, e foi feito um trabalho de recrutamento no meio sindical estudantil. Entre 1945 e 1947 o Partido possuía 400 filiados.

Segundo Manoel Alves Ribeiro, durante a legalidade do PCB-SC, sempre procuravam comemorar as datas históricas como o 12 de maio, 13 de maio, 21 de abril, com passeatas e manifestações, além de serem realizado uma grande coleta de assinaturas pela paz e contra o uso da Bomba Atômica. Só em Florianópolis e municípios vizinhos colheram mais de 100 mil assinaturas (44).

A nível nacional e regional o que se tem na história do PCB neste período é que o Partido deu um salto qualitativo no sentido de crescer

(43) WEFFORT, C. Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. A conjuntura após guerra. Estudos CEBRAP, nº 4, abril/maio/junho de 1973, p. 86.

(44) RIBEIRO, Manoel Alves. Entrevista, op. cit.

numericamente, mesmo com desvios para a direita. Por outro lado, não há um avanço em termos políticos. Em Santa Catarina, os militantes permaneceram com as mesmas táticas dos anos 30, como manifestações em forma de passeatas, comícios, sem exercerem uma influência maior dentro da Classe Operária Catarinense, mesmo durante o período de legalidade (45).

Mesmo com vacilos para a direita, não tardou muito para o governo de Eurico Gaspar Dutra, que aceitava a política dos Estados Unidos no início da Guerra Fria, arranjar inúmeras maneiras para jogar o PCB na ilegalidade. Em primeiro lugar, deu-se o rompimento das ligações diplomáticas com a União Soviética, usando como pretexto dois elementos sem maior importância, como um artigo de uma revista que ultrajava a figura dos militares, e, em seguida, a prisão de um funcionário da Embaixada por motivo de embriaguês e desordens (46).

Em seguida, a imprensa nacional explorou ao máximo uma resposta dada por Prestes quando este foi questionado no sentido de que em caso de uma guerra envolvendo Brasil e URSS qual seria sua posição. Respondeu que, se o país fosse envolvido numa guerra imperialista contra o primeiro Estado proletário da história, sua posição seria a de lutar ao lado do proletariado. Para somar o número de pressões ao Partido, o Supremo Tribunal Federal, na figura de seus Ministros, classificou o Partido como uma organização estrangeira, por chamar-se Partido Comunista do Brasil e não brasileiro, o que para eles deixava claro sua condição de organização internacional (47).

(45) RIBEIRO, Manoel Alves. Caminho, op. cit., p. 36.

(46) FACHECO, Eliezer. O PCB: 1922-1964, op. cit., p. 196.

(47) Os três a dois cortaram a cabeça do PCB. Diário do Paraná, Curitiba, 09 de maio de 1967.

Em 10 de maio de 1947, o Ministro da Justiça Benedito Costa Neto determinou o encerramento das atividades do PCB. Todas as sedes do PC foram fechadas e não houve nenhuma resistência a não ser no campo burocrático, pois ainda restava a confiança na democracia do Presidente Dutra. O próprio exército surpreendeu-se com a atitude do PCB. O único trabalho de seus militantes foi o de retirar alguns papéis, panfletos e algumas máquinas dos comitês. Era uma atitude um pouco estranha para um Partido que possuía 130 mil filiados e um eleitorado de mais de meio milhão em todo o país. As notícias que chegavam de várias partes do país eram de calma (48).

Em Santa Catarina, o Comitê Estadual não poderia agir diferente dos demais, pois a cassação em 10 de maio de 1947 do registro do Partido pegou os comunistas desprevenidos, isto é, não conseguiam articular nenhuma reação contra a arbitrariedade do ato. Segundo Manoel Alves Ribeiro, o Partido, estando organizado em células, nos bairros, nos distritos e em vários municípios, não pode fazer absolutamente nada, a não ser esperar que lacrassem a sua nova sede que ficava defronte da Praça XV de Novembro, na Capital. Não houve prisões e em momento algum manifestação por parte da população, a não ser um "até logo" e "sejam felizes" de um capitão do Exército, homem designado para lacrar a porta da sede (49).

Atente-se para o fato de ter sido o Exército o responsável pelo fechamento das sedes do PC a nível nacional, responsável também pela perseguição de seus militantes. Segundo Manoel Elias da Silva, os mem-

(48) RIBEIRO, Manoel Alves. Entrevista concedida ao autor em 12/05/92.

(49) Idem.

os da cúpula militar do Exército, criaram o estereótipo de que todas as manifestações e agitações políticas eram manifestações comunistas passíveis de punição (50).

Com relação ainda ao fechamento do PCB em Santa Catarina, este recebeu o apoio da Associação Têxtil de Blumenau, que manifestou-se encaminhando telegrama ao Presidente da República tomando posição favorável ao combate à ideologia comunista no Brasil. Da mesma entidade foi enviado um outro telegrama ao Ministério do Trabalho, manifestando o total apoio da Associação às medidas de preservação das tradições cristãs e apoiando o Supremo Tribunal no cancelamento do registro do PCB (51).

Assim, percebe-se que não era gratuita a dificuldade encontrada pelos comunistas de penetrarem com seus programas nas classes operárias do Vale do Rio Itajaí. Além dessa região ser monopólio dos integralistas no período da qual já se fez menção, havia também um bom número de Sindicatos e Associações que apoiavam as medidas do Governo, principalmente aquelas que diziam respeito aos comunistas, os chamados "Sindicatos Amarelos".

Após o cancelamento do registro do PCB o Partido pouco se mobilizou. Todo o Comitê Central, inclusive Prestes, o Secretário Geral, passou a viver na mais absoluta clandestinidade. Segundo Liezer Pacheco, durante nove anos o Secretário Geral do Partido viveu rigorosamente isolado, não só das massas como da própria direção, pois

50) SILVA, Elias Manoel. Os militares e o golpe de 1937. A estratégia do poder. Florianópolis: UFSC, 1991. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História.

51) DIAS, Maria de Fátima Sabino. Sindicalismo e Estado Cooperativista. op. cit., p. 87.

apenas um reduzido número do Comitê Central sabia seu endereço (52).

Em Santa Catarina, os comunistas tiveram que rever novas táticas de lutas, mergulhados completamente na ilegalidade. O trabalho dos militantes não paralizou, apesar de ter desaparecido muito dos seus quadros. Nas datas de 12 de maio eram realizados comícios e manifestações. Para poderem dar em caráter legal, esses atos eram feitos através da antiga "Sociedade União Operária", embrião do PCB-SC, e também dos Sindicatos, principalmente o da Construção Civil.

As fontes pesquisadas indicam que foi no período de ilegalidade que o PCB-SC teve um maior destaque do que no período de legalidade. Os comunistas catarinenses participaram em várias campanhas, destacando-se a Campanha do "O Petróleo é nosso", pelo não envio de jovens a guerra da Coréia, além de promoverem discussões em bairros, morros, construções e participarem ativamente de campanhas salariais e do Movimento Estudantil através da União Catarinense dos Estudantes.

Segundo Manoel Alves Ribeiro, além do Partido ter participado em várias ocasiões da vida política nacional e estadual, também foi no período de ilegalidade que o Comitê Estadual financiou a vinda de intelectuais e militantes a Santa Catarina, com o objetivo de dar palestras nos Sindicatos e Associações como foi o caso do historiador Nelson Werneck Sodré, Jucélio Santos e de Aparício Torelli, mais conhecido como o Barão de Itararé que escrevia no jornal "A Manhã" (53).

(52) FACHECO, Eliezer. O PCB: 1922-1964, op. cit., p. 197.

(53) RIBEIRO, Manoel Alves. Entrevista, op. cit.

Em 1953 o PCB-SC lançou, a nível Estadual, a Revista "Novos dias", cujo diretor era Mário Bastos. Por viver o Partido na legalidade, a revista não era declaradamente comunista e assumia mais um caráter de frente democrática (54).

Com uma política de vigilância acirrada do Estado sobre o PCB, um questionamento surge nesse momento, isto é, o que impediu realmente os comunistas de desaparecerem da cena Política Nacional, principalmente após a cassação de seu registro em 1947 e a perda dos mandatos parlamentares em 1948. Para se obter alguma luz a esses problemas pode-se observar o que um dos militantes intelectuais do Partido fala a esse respeito.

Para Moisés Vinhas, o que impediu o desaparecimento do PCB foi, provavelmente, sua participação nas campanhas pela paz, contra a Bomba Atômica, quando conseguiram milhares de assinaturas, e principalmente a atividade desenvolvida em defesa do monopólio estatal do Petróleo e a Construção da Petrobrás. Essas campanhas mantiveram a política do Partido ligada à realidade do país (55).

A campanha "O Petróleo é nosso" em Santa Catarina, teve o apoio de Operários e do Movimento Estudantil, através da extinta U.C.E., como também de membros do Poder Judiciário, através do Desembargador José do Patrocínio Gallotti, chegando a muitos municípios onde realizavam palestras e comícios. Diretamente, o Partido mobilizou seus militantes, que à noite pichavam muros e calçadas com o slogan da campanha.

54) PCB se estrutura no Período da Legalidade. O Estado, Florianópolis, 30/03/82.

55) VINHAS, Moisés. O Partido, op. cit., p. 96.

Ainda na década de 50, os militantes comunistas catarinenses eram muito vigiados. Não era raro a abertura de inquéritos de direção de estabelecimentos escolares no Estado, como a que ocorreu em 1952 no Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis, com a suspeita da antiga direção do professor Milton Eduardo Sullivan de ser condescendente aos comunistas, sendo substituído pelo Major Jalo Jr. Austino da Silva, também professor da casa.

Por outro lado, a vigilância também era acirrada quando tratava-se de algum material impresso e deixava margem a suspeitas quanto ao conteúdo, ainda que nesse período estivesse garantido a liberdade de imprensa pela Constituição promulgada em 1946. Esse fato ocorreu quando militantes comunistas de Florianópolis lançaram o jornal *Novos Rumos*. A Secretaria de Ordem Política e Social foi informada e imediatamente solicitou informações de outros Estados como o Paraná sobre a propaganda comunista nos mesmos, o que deu margem a um grande "cerco" aos comunistas do Estado (56), conforme mostra documentação consultada.

Entretanto, apesar de toda a vigilância dos órgãos de informação e repressão do Estado, o Partido Comunista conseguiu eleger na década de 50, dois vereadores, para a Câmara Municipal de Florianópolis, através do PSP, Partido Social Progressista. Em 1953, foi eleito Venésio Leocádio da Cunha, e em 1959 o Partido elegeu Manoel Alves Ribeiro, o "Seu Mimo" bastante citado, que permaneceu na vereança até 1963 (57).

(56) Secretaria de Ordem Pública e Social, Ofício 125, DOPS, Florianópolis, 23 de março de 1953. Arquivo Público do Estado do Paraná.

(57) RIBEIRO, Manoel Alves. *Caninho*, op. cit., p. 68.

Segundo este último, seu trabalho como vereador foi realizado em prol das reivindicações dos trabalhadores. No período em que exerceu a função (1959 a 1963) foram realizadas várias manifestações com cinco a seis mil pessoas em frente à Prefeitura Municipal de Florianópolis, contra a carestia e contra os aumentos abusivos das passagens dos transportes coletivos. Essas manifestações contavam com o apoio de vários membros do Judiciário Catarinense, simpatizantes do PCB-SC como Valdemiro Cascaes, Carlos Aduato Vieira, Mário Bastos, César Ávila e o desembargador José do Patrocínio Gallotti.

Assim, o que depreende-se é que as décadas de 50 e 60 foram de intensa atividade para o PCB-SC, sendo que no município de Criciúma, segundo a historiadora Luiza Maria Fernandes, esse crescimento não foi diferente principalmente nos sindicatos dos mineiros:

"De acordo com as entrevistas feitas com ex-dirigentes sindicais e pessoas ligadas ao Partido, a maioria dos mineiros era petebistas, sendo que por outro lado, a maioria dos dirigentes sindicais, de 1964 a 1973, eram do PCB. As diretorias eleitas nesse período, Antônio Parente de 1957 a 1959 e reeleito para o período de 1959 a 1961, Manoel Ribeiro de 1961 a 1963 e Jorge Feliciano de 1963 a 1964, eram encabeçados por pessoas do PCB e comandaram muitos movimentos de paralização seja por motivos salariais, seja por motivos de melhores condições de trabalho (58).

(58) FERNANDES, Maria Luiza. Partidos e Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão em Criciúma. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, SC, 1992.

CAPÍTULO II

A SOBREVIVÊNCIA DO PCB NO ESTADO DEPOIS DO GOLPE DE 1964

1. O PARTIDO COMUNISTA E O GOLPE DE 1964 NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

Este capítulo não tem a intenção de apresentar novas interpretações sobre o golpe de 64, contudo, tem o objetivo de evidenciar o que ele representou para o Partido Comunista Brasileiro, que sofreu uma perseguição implacável das novas classes dirigentes: as Forças Armadas, dificultando em muito a sua organização. Por outro lado, vai tratar desse processo no âmbito regional, na tentativa de verificar o PCB em Santa Catarina e sua situação após o golpe.

O golpe de 1964, no Brasil, e a hegemonia dos militares, representou para o Partido a destruição de suas avaliações e perspectivas do país chegar ao socialismo através da linha pacífica. Esta era a idéia corrente, principalmente do Comitê Central, no início dos anos sessenta. Em reunião nacional do Partido, realizada a 22 de março de 1964, Prestes chegou a afirmar que se os conspiradores levantassem a cabeça, o Exército a cortaria (1).

O golpe que colocou os militares no poder não foi um movimento conspiratório, mas, ao contrário disso, uma campanha bem elaborada do ponto de vista ideológico, político e militar, organizada através de grupos multinacionais e associados dentro do complexo IPES/IBAD

(1) PACHECO, Eliezer. O PCB 1922-1964. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984. p. 228.

(2). Essa campanha teve o seu término em abril de 1964 com ação militar para derrubar o governo de João Goulart e contar, daí para frente, a participação dos movimentos populares. É dessa forma que nos esclarece Dreifuss:

"A história do complexo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classes capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado" (3).

O complexo IPES/IBAD era formado por oficiais da Escola Superior de Guerra que desejavam um Estado forte, centralizado e modernizador e de empresários que defendiam uma ordem econômica favorável à abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro. Para Denis de Moraes (4) foram três os pontos cruciais que os institutos IPES/IBAD desenvolveram para dar êxito aos seus projetos: a) conter o avanço das reformas sociais comprometidas com transformações; b) contrapor as reformas de base de João Goulart num programa de cortes conservadores; c) desenvolver um intenso plano de agitação e propaganda para impressionar a classe média, cujo eixo seria a denúncia da comunização do país. Dessa forma, a derrubada do governo João Goulart trouxe modificações profundas na vida política e econômica do Brasil em primeiro lugar, assinalando a derrota da democracia, que por sua vez deu a vitória a correntes reacionárias e conservadoras do país. Depor

(2) DREIFUSS, René Armond. 1964 a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 3ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p. 161-62.

(3) *Ibid.*

(4) MORAIS, Denis. A esquerda e o golpe de 64. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986. p. 128-129.

João Goulart foi liquidar as forças democráticas que se ampliavam, dentro delas o PCB. Estes eram os objetivos bem definidos das classes dominantes como banqueiros, latifundiários e industriais ligados ou não ao capital estrangeiro.

Após o golpe, os militares começaram a demonstrar claramente o que seria o Brasil dali para frente. A Junta Militar formada pelo General Artur da Costa e Silva, Almirante Augusto Hamman Rademaker e Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello, distribuiu uma nota oficial, no dia 3 de abril de 1964, prometendo eliminar o perigo da subversão e do comunismo (5).

Uma das melhores descrições do sentido do golpe está contida nas palavras de Herbert de Souza, o Betinho:

"(...) num primeiro momento o golpe paralisou, para em seguida desarticulou as forças embaladas na mobilização social por um país novo, diferente, mais justo e mais livre. Era um processo que seguramente levaria o Brasil para o caminho das reformas. Não estávamos a caminho da Revolução, mas da liberação. Mas aqueles setores extremamente atrasados, temendo que isto se transformasse na revolução, resolveram se unir para matar a criança ainda no útero. Foi o primeiro golpe absolutamente preventivo contra a liberalização e a democratização da sociedade brasileira" (6).

As primeiras medidas do regime ditatorial foram, como não poderiam deixar de ser, de caráter repressivo. A rápida vitória do golpe, apanhou desprevenidas as organizações comunistas a nível nacional. O Partido não possuía nenhum trabalho de base à população para resistir. A desmobilização que ocorreu em 1947, quando o PCB foi

(5) BORGES FILHO, Nilson. O Estado e Militarização. As Políticas Militares como aparelhos repressivos de Estado. Florianópolis: UFSC. Tese de Doutorado, 1987. Programa de Doutorado em Direito, p. 143.

(6) BARROS, Edgard Luiz. Os Governos Militares. São Paulo: Contexto, 1991. p. 18.

declarado ilegal, repetia-se agora, como esclarece Eliezer Pacheco:

"Eram tão grandes as ilusões quanto a ascensão pacífica e irresistível ao poder, do próprio PCB ter sido arrastado por um certo radicalismo verbal, não se tomou nenhuma medida concreta no sentido de preparar as massas e o partido para uma possível reação da burguesia, no momento em que ela sentisse seus privilégios ameaçados.

A facilidade com que foi dado o golpe militar em 1964, sem a menor resistência popular, com o PCB assistindo perplexo e impotente a derrubada do Presidente João Goulart, chefe de um governo que até o dia anterior conseguia colocar nas ruas milhares de trabalhadores e populares, foi um dos episódios mais melancólicos na história das lutas sociais do Brasil" (7).

Se o Partido não tinha nenhum trabalho de base nos grandes centros do país para resistir às forças antidemocráticas em 1964, essa questão não foi diferente em Santa Catarina, mesmo que no Estado o PCB tenha experimentado um crescimento bastante acentuado em termos de número de militantes e organização partidária.

No período pré-golpe, o Partido viveu uma das melhores fases e, como consequência, conseguiu editar um novo jornal, a "Folha Catarinense". Foi a mais regular publicação até então, tendo como redatores Antônio de Mello, Fernando Pereira Cristiano e Samuel Dutra da Silva. O primeiro número data de 21 a 27 de novembro de 1963 e o último dia 26 a 2 de março de 1964. A Folha Catarinense tinha sua redação e administração na Praça XV nº 20, em Florianópolis.

No primeiro número notificava que os camponeses de Piratuba revoltaram-se contra a invasão do campo por parte do grupo Diomicio Freitas. Além disto, defendia as reformas de base propostas por João Goulart como o monopólio do comércio exterior e do câmbio, e a

(7) PACHECO, Eliezer. op. cit., p. 225-226.

uspensão do pagamento da dívida externa, o controle e a redução das despesas de lucros do capital estrangeiro, a estatização da indústria farmacêutica, dos frigoríficos, moinhos e fábricas de leite em pó, e, finalmente, a reforma universitária. Em seus diversos números a Folha Catarinense fazia campanha cerrada contra a União Democrática Nacional (UDN) e denunciava as articulações de um golpe de Estado contra o governo constituído (8).

Para Manoel Alves Ribeiro todo o ano de 1963 decorreu num clima de agitação política. A bandeira da organização fascista - Tradição Família e Propriedade (T.F.P.) - percorria as ruas de Florianópolis com a ajuda da Igreja Católica. Por outro lado, crescia o Movimento Sindical no Estado como também o Movimento Estudantil (9).

Nesse período, com o apoio dos comunistas, foram eleitos Paulo Stuart Wright pelo Partido Social Progressista (P.S.P.) e o vice-governador do Estado Francisco Da Linha que compôs a chapa com Celso Ramos, através da coligação do Partido Social Democrático (P.S.D.) com o Partido Trabalhista (A.S.T.). Tinha Wright como Da Linha foram cassados após o golpe de 1964.

2.2. O GOLPE E O PARTIDO EM SANTA CATARINA

Na capital catarinense, o golpe de abril de 1964 foi apoiado pelo Círculo Operário, um grupo pertencente a Igreja Católica que era contrária às idéias dos comunistas. O Círculo Operário nasceu no mesmo período da União Operária. Segundo Valmir Martins, as pessoas

(8) CANCELIER, Luiz Carlos. PCB é desmantelado. Hoje ainda busca a legalidade. O Estado, 31.03.82, Florianópolis, SC.

(9) RIBEIRO, Manoel Alves. Caninho. Florianópolis: Gráfica Edeme, 1989. p. 170.

que se reuniam em torno do Círculo Operário davam prosseguimento ao seu trabalho como um grupo de fanáticos contra o comunismo. Na verdade, não faziam reuniões para discutir ou repensar questões, simplesmente encontravam-se para receber tarefas. Eram, segundo entendiam, tarefas democráticas e de combate ao comunismo e à corrupção (10). Ainda, segundo essa fonte, em Santa Catarina já existia um movimento de maior envergadura para dar total apoio ao golpe de 64. Do lado militar, encontrava-se o coronel Silvio Pinto da Cruz, o comandante do 5º Distrito Naval, ao lado de figuras como Veiga Lima e Vieira da Rosa. Entre os civis destacam-se nomes como o do Dr. Antônio Murilo Aragão, a professora Carolina Galloti Koerich e Nereu do Vale Pereira, este último, responsável pelo incêndio criminoso da Livraria Anita Garibaldi (11) um dos fatos mais marcantes em Florianópolis, três dias após o golpe de Estado de 1964.

Em algumas cidades do Estado, o Partido Comunista tentou reagir, como na cidade de Criciúma. A Rádio Difusora foi controlada e o Sindicato dos Mineiros realizou uma assembléia. Em diversos pontos do município foram feitos piquetes e mobilizações, esperava-se que o 3º Exército viesse em auxílio, como ocorreu em 1961, na defesa da legalidade, pela posse de João Goulart. O batalhão do Exército sediado em Blumenau deslocou-se até Criciúma e controlou a situação, tendo como resultado muitas pessoas presas (12).

Já em Florianópolis, foram presas aproximadamente quarenta pessoas, entre elas Genésio Leocádio, ex-vereador pelo PSP; Aldo Ávila

(10) MARTINS, Valmir. O golpe de 64 - a participação do grupo civil em Florianópolis. In: Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis, Vozes, 1989. p. 127 a 142.

(11) *Idem*, p. 135.

(12) CANCELIER, Luiz Carlos. *op. cit.*, O Estado, 31.03.82.

a Luz, advogado; Nésio Jaques Pereira, carteiro; Mário Moraes, funcionário público estadual e secretário de massa e alistamento do PCB; Mário José Caldeira Bastos, funcionário público federal; Políbio Adolfo Braga, ex-presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e Manoel Alves Ribeiro, que só foi preso dois meses depois, pois tinha ficado em um esconderijo construído por ele próprio em sua casa no Morro do Céu (13). Este, em entrevista, afirmou que não sofreu tortura física quando foi efetuada a sua prisão, e não em conhecimento de companheiros que tivessem sido torturados em 1964. Porém, houve tortura psicológica, como a simulação de fuzilamento de estudantes em muitas das madrugadas em que permaneceu preso (14).

Importante nesse momento destacar que a repressão não só aconteceu em Florianópolis ou Criciúma, os dois municípios que o partido tinha maior atuação, mas desencadeou-se na maioria dos municípios do Estado, visando, principalmente, prender companheiros que estivessem ligados ao PCB. Foi o caso de Romualdo Pereira de Deus, ex-presidente do Sindicato dos Estivadores, destituído do cargo e preso pelo Comando Militar de São Francisco do Sul; Orlando Pereira, presidente do Sindicato dos Empregados de Seguros e Capitalização de Itajaí; Durval Dellê, dentista preso em Xanxerê, condenado a um ano de reclusão; Dibo Elias, gráfico, condenado a dois anos de reclusão; Conrado De Mira, assessor de vários sindicatos em Joinville; Linésio Laus, preso em Joaçaba; Francisco de Mattos Dutra, líder sindical em Itajaí (15).

(13) CENIMAR - Centro de Informações da Marinha. Relação de militantes do PCB no Estado de Santa Catarina, 19 de dezembro de 1972. Arquivo Público do Estado do Paraná (Pasta PCB).

(14) CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistemas partidários em Santa Catarina (1945-1979). Florianópolis: UFSC, 1980. p. 55

(15) CENIMAR, op. cit.,

Todas essas pessoas foram presas a partir de 1964, com o objetivo claro de impedir o avanço do movimento e principalmente para conter o crescimento do PCB a nível nacional, já que esse era uma das principais metas das novas classes dirigentes do país.

Percebe-se que dentro de um contexto geral o PCB tinha começado a se estruturar, principalmente na década de cinquenta e início da de sessenta, ensaiando tornar-se um partido de massas (16). As fontes demonstram que o PCB em Santa Catarina acompanhou gradativamente esse crescimento a nível nacional. Com o golpe de 64, porém, o Partido se desestruturou completamente.

O Comitê Estadual teve a maioria de seus dirigentes presa ou exilada, vindo, conseqüentemente, a esvaziar seu potencial principalmente nos sindicatos e também no Movimento Estudantil, órgãos da sociedade civil organizada onde o Partido tinha grandes influências. Foi o caso de Manoel Alves Ribeiro que foi obrigado a sair do Estado, estabelecendo-se em Porto Alegre em 1968 e só retornando a Santa Catarina em 1973. Nesses anos o Partido teve um recesso, mas continuou um trabalho de ajuda aos presos políticos, a nível nacional, mandando advogados para alguns militantes no Estado.

Mas para Manoel Alves Ribeiro houve realmente um recuo (17), e esse recuo não se deu somente em Santa Catarina, mas em todo o Brasil, durante os anos de 1964 a 1968, principalmente devido à repressão desencadeada em todo o território nacional, o que levou a um desmoronamento, resultando a zero as atividades do Partido. Esse recuo

(16) VINHAS, Moisés. O partido - a luta por um partido de massas - 1922-1974. São Paulo, Hucitec, 1982. p. 191.

(17) Entrevista realizada com Manoel Alves Ribeiro, cop. cit.

o Partido, segundo avaliação do Comitê Central, foi para evitar o massacre da classe operária e a liquidação física do Partido (18).

3. REORGANIZAÇÃO DO PCB APÓS O GOLPE DE 1964

A nível nacional, o PCB iniciou a sua reestruturação efetivamente, após o seu VI Congresso Nacional, realizado totalmente em clandestinidade em São Paulo, em 1967. Nesse fórum de debates que é o órgão máximo de decisão do Partido, o PCB consolidou a posição de combater o Regime Militar através de uma frente única de oposição, com vários mecanismos legais existentes ainda na sociedade civil brasileira como sindicatos, Movimento Estudantil, movimento de mulheres, além de criar outros como a Juventude do Movimento Democrático Brasileiro (J.M.D.B.), anexo ao partido político do mesmo nome.

Por outro lado, o Partido fundamentou neste Congresso sua posição quanto à participação em eleições dos militantes comunistas em todos os níveis dentro da nova ordem, como forma de unir as correntes de esquerda que também contrariavam a posição da nova classe dirigente do país. Além desse Congresso ser importante para direcionar como o Partido iria trabalhar dali pra frente, também foi combatido veementemente a propaganda espalhada por vários cantos do país, sobre a criação de "focos" guerrilheiros para a tomada do poder. Assim, ficou decidido que o Partido iria combater o regime, a ditadura, através de vias legais e não através de luta armada (19).

(18) PCR - vinte anos de política - 1958-79 (documentos), São Paulo: Editora ECH, 1980.
 (19) CARONE, Edgard. O PCB 1964 a 1982, 3º volume, Difel, 1982.

Essa posição do Comitê Central, de 1968, levou o PCB a rachar praticamente, sendo repudiado por todas as demais esquerdas em função de sua tese, apregoada cada vez mais insistentemente de uma "frente única" de oposições contra o governo militar e, por outro lado, envolvendo sua participação no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nos sindicatos oficiais.

Gostaria-se de esclarecer, ainda, que por falta de uma documentação apropriada, esta pesquisa não adentrou com profundidade a questão do "racha" do PCB em 68 em Santa Catarina, isto é, não foi possível verificar o comportamento de alguns militantes que não concordaram com as teses do Partido a partir do VI Congresso.

Nesse Congresso de 1968 não houve a participação de representantes catarinenses, pois muitos dos membros do Comitê Estadual ou estavam presos como foi o caso de Dibo Elias, Nário Bastos, ou estavam exilados (20). Mesmo sem ter representantes, o Comitê Central encarregou-se de enviar para Santa Catarina o romeno Teodoro Chercov, que foi eleito no IV Congresso como suplente do Comitê Central.

Chercov ingressou no PCB em 1950 e veio a tornar-se um militante profissional, distribuindo material, marcando reuniões e arrecadando fundos para o Partido. Por decisão do Comitê Central em 1968, foi deslocado de São Paulo para Santa Catarina com a responsabilidade de reestruturar o PCB no Estado. Aliado ao bloco ortodoxo do PCB que se reunia em torno de Luiz Carlos Prestes, insistia quando das reuniões para a reorganização do comitê estadual, que os militantes em Santa

(20) DENIKAR, op. cit.

atarina participassem das lutas eleitorais e partidárias, apoiando com todo empenho o MDB, a oposição consentida pelos governos militares de então (21), para que dessem ao seu trabalho um caráter extremamente legal. Não se importava que o Partido carregasse o fardo de uma acusação lançada por setores da própria esquerda de "convivência política" ou "ação direitista" (22).

Durante os anos de 1968 e 1975, Teodoro Chercov empenhou-se ao máximo na reestruturação do PCB no Estado, principalmente nos municípios de Florianópolis, Itajaí, Joinville e Criciúma, locais de maior penetração do Partido desde a sua fundação.

No município de Criciúma, a reorganização do Comitê Municipal deu-se logo após o VI Congresso do Partido, mesmo havendo uma intervenção muito forte em seus canais de atuação, como o Sindicato dos Mineiros, por exemplo. Apesar disto, este sindicato foi retomado pelos comunistas a partir de 1967 a 1972, quando houve novas intervenções pelos militares. Durante o período citado, o Partido levava ao ar um programa diário na Rádio Eldorado dedicado aos seus associados. Este programa tinha o patrocínio oficial do sindicato, no qual o Partido controlava a direção. Também tinha um jornal próprio do sindicato, além de fazerem planfetes quase que semanalmente (23).

A partir de 1970, o Comitê Municipal de Criciúma já havia se reestruturado, ficando composto da seguinte forma: Luiz Geraldo Bresiani, 1º Secretário e setor político; Roberto Cologni - 3º secretário e setor financeiro; Amadeu Hercílio da Luz e Sebastião

Massacre sob encomenda. *Revista Senhor*, São Paulo, 19 de maio de 1987.

(21) DIAS, Maurício. *Massacre sob encomenda. Revista Senhor*, São Paulo, 19 de maio de 1987.

(22) CANCELIER, Luiz Carlos. PCB é desmantelado. Hoje ainda busca a legalidade. *O Estado*, Florianópolis, 31 de março de 1982.

(23) FACHECO, Ciro Manoel. *Entrevista* concedida ao autor em 17 de julho de 1991. Criciúma, SC.

Ernesto Boulart - setor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
(24).

Em Florianópolis, a reestruturação do Comitê Municipal foi um pouco mais demorada. Para Alécio Verzola um dos militantes responsáveis por essa reestruturação na capital, esse atraso foi consequência da repressão desencadeada a partir de 1964. Assim, que assumiu o Partido na Capital foram pessoas muito jovens como o próprio Alécio, Roberto Motta, Celso Padilha, Marcos Cardoso Filho, Rosimere Cardoso Bittencourt além de outras, oriundas das mais diversas profissões como: estudantes, profissionais liberais, professores, etc.

Mesmo com militantes sem muita experiência, houve, em 1968, a primeira reunião em Florianópolis para a reestruturação do Comitê Municipal. Dela participaram Teodoro Chercov, Roberto Motta e Rosimere Cardoso Bittencourt, tendo como principal objetivo achar um caminho adequado para que o Partido pudesse penetrar no Movimento Estudantil
(25).

Já em Itajaí, só foi possível constituir uma comissão provisória do Comitê Municipal com a devida orientação de Teodoro Chercov, que era o mentor intelectual do PCB no Estado. Essa comissão ficou composta apenas pelo próprio Teodoro e por Nahor Cardoso como 1º secretário e setor de finanças (26).

Somente em janeiro de 1973, os militantes do PCB catarinense conseguiram eleger o comitê estadual do partido no Estado, contando na

(24) Auditoria da 5ª circunscrição judiciária militar. Curitiba-PR, 16 de fevereiro de 1976 - partes destas informações foram confirmadas por Ciro Manoel Pacheco, juntamente com a entrevista concedida por Alécio Verzola. Por outro lado há informações colocadas arbitrariamente nos autos de acusação que foram conseguidas através de torturas físicas e psicológicas, quando da prisão efetuada em 1975, através da Operação Barriga Verde.

(25) Idem.

(26) Idem.

época da eleição com a presença destacada de Newton Cândido, representante do Comitê Central, e Teodoro Chercov. Esta eleição foi realizado numa reunião em Picarras, município do litoral catarinense. O Comitê Estadual do Partido ficou constituído da seguinte forma: Teodoro Chercov - 3º secretário e responsável pelo setor de organização; Marcos Cardoso Filho - responsável pelo setor de propaganda; Wladimir Salomão do Amarante - setor universitário (27).

Nos autos dos inquéritos de acusação da 5ª Região Militar da Curitiba, onde foram retiradas partes dos dados apresentados acima, existem detalhes surpreendentes de todos os passos das pessoas envolvidas com o PCB em Santa Catarina, como por exemplo, uma reunião realizada numa discreta e distante praia, como a terceira, num camping em Pântano do Sul, litoral sul da Capital, ou a quarta, na praia da Pinheira, ou a quinta, em 1975 numa praia chamada Esplanada (28), pertencente ao município de Morro da Fumaca, também no Estado.

Traçado esse quadro da reorganização do PCB em Santa Catarina, cada comitê municipal, seguindo a orientação do VI Congresso, procurou desenvolver seus trabalhos políticos obedecendo as possibilidades e as suas próprias características.

Em Criciúma, como já foi citado anteriormente, os militantes comunistas orientavam seus trabalhos via Sindicato dos Mineiros, onde os comunistas sempre tiveram participação em sua direção, desde a década de 40, lutando por questões salariais, insalubridade dos mineiros e segurança nos locais de trabalho. Por outro lado, procuravam apoiar candidatos do MDB para a Câmara dos Vereadores. Na

(27) Iden.

(28) Iden.

década de 70, com o voto dos comunistas no município conseguiram eleger dois vereadores. Um deles foi Sebastião Goulart (29), o que deixa claro que o Comitê Municipal de Criciúma procurou também o MDB como um canal legal para o exercício da militância.

Já no Comitê Municipal de Florianópolis, foi usado o caminho do Movimento Estudantil, devido à impossibilidade da atuação em sindicatos da Capital. Isso porque a maioria de seus militantes ou estava no Movimento Estudantil ou já tinha passado pelo mesmo, como foi o caso de Roberto Motta, presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFSC, gestão 1968 a 69, e Alécio Verzola, entre outros iniciadores da reorganização na Capital do Estado. Praticamente na Capital o Movimento Estudantil era um caminho para lutarem pela abertura democrática do país, afirmou, em entrevista, Roberto Motta (30).

Além da atividade no setor estudantil que deu diversos quadros ao PCB catarinense, os militantes comunistas tiveram uma atuação também no Parlamento, a exemplo de Criciúma. Lutando via eleições municipais e estaduais para elegerem candidatos que afinassem com as idéias do Partido Comunista em Santa Catarina, eram os militantes do Partido que faziam a campanha de alguns candidatos do MDB, com carros de som e outros equipamentos, por diversos municípios do Estado. Para Alécio Verzola, eram os jovens militantes do PCB em Santa Catarina que saíam à frente para a realização de tal serviço. Ele também afirma que a Juventude do MDB deu quadros importantes para o MDB (31), a nível

(29) LUZ, Amadeu Hercílio da. Entrevista concedida ao autor. Criciúma-SC, em 26.07.91.

(30) MOTTA, Roberto. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis, 30.06.90.

(31) VERZOLA, Alécio. Entrevista concedida ao autor, Florianópolis, 27.05.91.

ional.

Por outro lado, em Florianópolis, os militantes do PCB foram ativos quando fundaram, em 1972, a Juventude do Movimento Democrático Brasileiro, que teve a direção dos militantes do PCB. Assim, através do J.M.D.B. o Comitê Municipal de Florianópolis fazia um trabalho político amplo em todo o Estado dando, por sua vez, um caráter aparentemente legal à sua militância.

Através desse órgão legal e oficializado pelo Estado, sendo o primeiro a ser criado em todo o Brasil (o primeiro foi a Juventude de São Paulo), os militantes do Comitê Municipal de Florianópolis atuaram diretamente no Movimento Estudantil do Estado até a metade da década de 70, quando foram presos em novembro de 1975 pela "Operação Barriga Verde". Essa mesma juventude deu início, na Capital, numa série de municípios do Estado, a diversas promoções e eventos como palestras na Assembléia Legislativa com economistas, cientistas políticos e sociólogos para esclarecer a uma parte da juventude florianopolitana as reais condições do Brasil no período e um quadro de apreensão da conjuntura nacional, principalmente no que dizia respeito aos Direitos Humanos que eram constantemente violados. Essas palestras eram divulgadas na Universidade Federal de Santa Catarina e, principalmente, nas escolas da Capital, como o Instituto Estadual de Educação e a Escola Técnica Federal de Santa Catarina, as duas grandes escolas de nível médio na capital.

Foi essa juventude também a responsável pela primeira Convenção dos Militantes Jovens do MDB no Estado (32).

Para Alécio Verzola, a Juventude do MDB, que possuía militantes do PCB em sua direção, fez um trabalho de profundidade política no Estado e principalmente na Capital. O trabalho político realizado por eles era tão às claras que órgãos do Exército na Capital intervieram em várias ocasiões para impedi-los de continuar no Movimento. Um jornal, que parecia mais um panfleto, organizado por militantes, ficou duas vezes proibido de circular (33) (Ver anexo nº 2).

Os militantes do Partido Comunista Brasileiro na Capital catarinense começaram a romper o medo que tinham, da Ditadura Militar foram para as ruas, para a Universidade e para as Faculdades do interior do Estado, rompendo, inclusive, com a apatia do Movimento estudantil e a política em geral, apesar de não terem experiência no setor sindical e nem os meios para atingir a maioria da população estudantil do Estado como uma gráfica e um jornalismo profissional.

Politicamente, em termos de juventude, foi durante o período de 1972 a 1975 que o PCB de Santa Catarina mais cresceu. Nunca houve um crescimento igual criado num momento histórico da ditadura militar (34).

Todas as correntes de esquerda lutavam por bandeiras semelhantes. Em Santa Catarina, os militantes comunistas através da Juventude do M.D.B., ou no próprio Partido do M.D.B., lutavam, principalmente, contra a política econômica entreguista do Governo, contra o Ato Institucional número 5 que assassinou pela segunda vez a cidadania brasileira, sem vigência de prazo para seu término, e contra o Decreto Lei 477 que influía diretamente na organização estudantil, impedindo

33) Iden.

34) Iden

tudantes de se organizarem com o objetivo de fazerem manifestações sobre assuntos de natureza política. Em suma, era uma luta travada a favor da democratização do país dentro de uma linha pacífica encaminhada através das teses do VI Congresso do PCB (35).

35) ALVES, Maria Elena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1987. p. 135.

CAPÍTULO III

A "LINHA-DURA" E A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE

3.1. A ÚLTIMA "RESERVA DE CAÇA DA REPRESSÃO": O PCB

Antes de se falar da "Operação Barriga Verde" é necessário alguns esclarecimentos da política iniciada com o novo Presidente do País, o General Ernesto Geisel, e do seu Vice-Presidente Adalberto Pereira, ambos pertencentes ao "grupo Castelista", quando assumiram o poder, em 1974. Data dessa época, o projeto político da nova administração, denominado de "Distensão". A "Distensão", para o grupo que idealizou no qual se incluía também o General Golbery do Couto e Silva, célebre intelectual ou bruxo, tinha como objetivo proporcionar a abertura política do País, no sentido de liberalizar aos poucos o regime ditatorial que estava em vigor desde 1964. Em outras palavras, a "Distensão" do Presidente Ernesto Geisel comprometia-se a descentralizar o processo decisório da administração da máquina do Estado em todos os sentidos.

Thomas Skidmore apresenta alguns indícios da teoria política da "Distensão" e as metas que o novo Governo e seus colaboradores gostariam que fossem alcançadas. Em primeiro lugar, para Skidmore, o projeto tinha como objetivo manter a coesão do Exército e obter o apoio da maioria para neutralizar o poder da linha-dura, restabelecendo, desta forma, um caráter mais profissional das Forças

(1) SKIDMORE, Thomas. De Castelo a Tancredo, p. 219 a 320.

armadas. A segunda meta seria a de ficar atento a qualquer movimento de subversão, porém, o mais importante objetivo desse projeto seria o retorno do País à democracia lenta e gradual (1).

Maria Moreira Alves é mais crítica a respeito dessa teoria. Para ela, o Estado, através dessa política, estaria tentando legitimar o próprio estado de exceção, dando, por sua vez, a continuidade do regime Militar com algumas concessões feitas a oposição de elite, a que ela chama a Imprensa, a Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil (AIB, CNBB, OAB).

"...A teoria da distensão e as políticas derivadas dessa análise constituem uma derradeira busca de legitimação do Estado. Tentava-se negociar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado. Simultaneamente, garantia-se o controle da sociedade civil pela ampliação seletiva do poder coercitivo" (2).

Essa análise de Maria Moreira Alves faz sentido, quando sabe-se que a segunda meta do Governo Ernesto Geisel era controlar qualquer movimento considerado "subversivo", mesmo sabendo-se que nenhum movimento de guerrilha armada tenha sobrevivido nos Governos Costa e Silva e Médici. Por outro lado, também sabe-se que as leis do Estado de Exceção não foram suprimidas, como o Ato Institucional número 5, ou o Decreto Lei nº 477, e que, por sua vez, poderiam ser usados pelo Governo de Geisel a qualquer momento, sem provocar nenhum "alarde" maior, ou qualquer constrangimento, já que era uma reserva de poder legalmente constituído nas mãos do executivo.

(2) ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

Dessa forma, pode-se ver a importância de salientar nesse momento da análise, o Projeto Político da "Distensão", que o mesmo não significava a democratização do País, pois a Democracia requer, além de outras coisas, a participação do povo nas disputas eleitorais, em todos os níveis. A distensão possibilitaria somente algumas mudanças de orientação política e social, como o abrandamento na censura, nos meios de comunicação, um espaço para a classe trabalhadora melhor se organizar, enfim, uma certa tolerância com relação à sobrevivência da oposição política (3). Entretanto, essa liberdade poderia também ser cortada a qualquer momento.

Estando mais claro o que significou esse projeto do novo governo, sabe-se que o mesmo sofreu uma oposição extremamente forte por alguns elementos das Forças Armadas, a que convencionou-se chamar de "linha-dura". Esses mesmos elementos do Exército, principalmente, tinham adquirido através dos tempos, nos Governos de Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici muita autonomia, a partir de quando foram criadas as Comunidades de Segurança. Dessa forma esclarece Alfred Stepan:

"Desde o começo da abertura no final de 1973 até o final do Governo Militar em 1985, os oficiais associados com a comunidade de segurança - na Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar ou no S.N.I. - previsivelmente eram alguns dos mais ferrenhos partidários do argumento que os conflitos sociais colocavam ameaças para a segurança interna e para o desenvolvimento nacional e portanto precisavam ser reprimidos. Eles tinham poder substancial e nenhuma participação institucional para mudar as regras do jogo em direção a abertura política" (4).

Importante notar que o autor citado coloca uma questão essencial-

(3) STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura a Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 12.

(4) *Idem*, p. 39.

que merece um certo apreço de nossa parte; havia um poder substancial, devido aos homens da linha-dura estarem naquele momento dentro dos aparelhos de repressão do Estado, trabalhando com certa autonomia, principalmente em virtude da criação dos DOI-CODI no governo de Costa e Silva, e sem nenhuma participação institucional devido as decisões sobre a "abertura" do País serem tomadas pela alta cúpula que, naquele momento, estava representada pela figura do presidente da República, o General Ernesto Geisel, no chefe do Serviço Nacional de Informações, João Batista de Oliveira Figueiredo e também a figura do General Golbery do Couto e Silva, o intelectual da política de "descompressão" do país. Esses dois grupos vão representar esse momento, forças adversas dentro das forças militares, não fazendo a homogeneidade dentro da corporação militar. Em outras palavras, pode-se dizer que não existiu, naquele momento, um controle dos altos escalões sobre os escalões intermediários, seja da Marinha, Aeronáutica e principalmente do Exército. Digase que o General Golbery do Couto e Silva era visto com enorme hostilidade pelos setores mais truculentos do Exército e até acusado de "besta" por ler muito (5)

Desta maneira, existiam duas forças antagônicas dentro das Forças Armadas. A chamada "castelistas" e também conhecida como grupo da "SORBONE" e o grupo da "linha-dura", que, pode-se repetir, conquistou um poder muito grande dentro da comunidade de Segurança Nacional advindo dos tempos da criação do Serviço Nacional de Informações, o S.N.I. Esta força cresceu muito a partir de 1969 com a criação

(5) BARROS, Edgard Luiz. Os governos militares. São Paulo: Contexto, 1991. p. 73.

stitucionalizada da repressão, através de um organismo denominado de "Operação Bandeirantes", mais conhecido como OBAN. A partir da década de 70, esse organismo foi institucionalizado em várias regiões do país.

A OBAN (Operação Bandeirantes) surgiu primeiro como uma estrutura formal. O Brasil vivia um clima de guerra revolucionária. Nilson Borges clarifica melhor o que foi a OBAN:

"A OBAN nasceu na esteira da luta armada que se desensolvia no país, onde a prática da tortura era a forma de arrancar informações e confissões, ou simplesmente humilhar prisioneiros políticos. Constituindo-se na primeira organização de repressão violenta, a OBAN operava sob a ajuda financeira de empresários brasileiros e internacionais.

"Combinando forças da Polícia com oficiais de segurança das Forças Armadas e recebendo apoio financeiro de conhecidos empresários, a OBAN se transformou no inferno para os presos políticos" (6).

Na verdade, o aparelho de segurança do Estado já era grande, mas os organismos existentes ou funcionavam isoladamente; com arquivos próprios e disputas entre si, ou mantinham, como o DOPS e os Policiais Militares, uma estrutura burocrática com recursos insuficientes e elementos mal preparados. Com o objetivo de aglutinar as forças do Estado de exceção surgiu a "OBAN" (7). Em janeiro de 1970 foi dada por encerrada a "Operação Bandeirantes". Suas funções passaram a ser exercidas pelo CODI-CODI, (Destacamento de Operações Defesa Interna).

O CODI foi oficialmente subordinado ao Comando do Exército que passou a coordenar a atuação dos três centros de informação das Forças

BORGES FILHO, Nilson. O Estado e a militarização - as políticas militares como aparelhos repressivos de Estado. Florianópolis, UFSC. Tese de Doutorado, 1989.

Dossiê da Repressão. Isto É, ano 2, nº 92, 27 de setembro de 1978. p. 32.

Forças Armadas (CENIMAR - Centro de Informações da Marinha; CIEEX - Centro de Informações do Exército e CISA - Centro de Informações da Aeronáutica). Esse novo aparelho começou a ter vínculo com todos os demais organismos policiais e militares. Seu braço executivo foi o DDI (8).

Toda essa máquina, a partir da aparente informal "Operação Bandeirantes", tornou-se extraordinariamente poderosa com o passar dos anos e foi responsável por um grande divisor dentro do Exército. Recorre-se novamente a Alfred Stepan para melhor clarear essa questão:

"Através de uma série de mecanismos informais em São Paulo, no começo de 1968 emergiu uma força unificada anti-guerrilheira que recebeu fundos privados e públicos chamado "Operação Bandeirantes". No começo dos anos de 1970, o sistema OBAN foi institucionalizado. Em cada região militar havia uma repartição com amplas atribuições de integrar as operações de inteligência chamado centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que sem levar em conta a antiguidade específica dos combatentes do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica na região, foi situado sob a jurisdição do comando regional do Exército tal como o II Exército em São Paulo. Essa fórmula em essência dava ao Exército autoridade sobre a Marinha e a Aeronáutica, no que diz respeito a assuntos de Segurança Interna" (9). Essa estrutura de poder passou a fazer parte do que poderia ser chamado de um poder paralelo, sem igual na história das Forças Armadas. Tornou-se o maior responsável, na metade da década de 70, por diversos tipos de operações, procurando "inimigos do Estado". Dentre essas ocorrências no Brasil, encontra-se a que aconteceu no Estado de Santa Catarina, em novembro de 1975, que passa-se a estudar mais atentamente, denominada "Operação Barriga Verde" (9).

Toda a documentação analisada, leva a crer que essas operações foram realizadas para justificar o perigo que os comunistas representavam para a sociedade. Logicamente o objetivo concreto de tais operações era o de impedir concretamente que o projeto de "Distensão",

8) *Idea*.

9) STEPAN, *op. cit.*, p. 37.

o Presidente Ernesto Geisel não fosse concretizado. Para a comunidade de Segurança, que nesse período estava principalmente nas mãos dos "linhas-duras", havia muitos conflitos sociais que precisavam ser reprimidos e, para provar as suas teses, começaram a reprimir militantes do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para ficar clara esta afirmação, recorre-se a uma informação prestada por um militante do PCB numa entrevista à revista "Senhor" de maio de 1987.

"Para Hércules Corrêa, militante engajado do Partido na década de 60 e 70, quem agiu contra o PCB foi um aparato da repressão que se articulou fora do aparelho de Estado. Um exemplo citado por ele foi o sítio do delegado Fleury. Trilhando esta mesma linha de reflexão que explica também a moderação do PCB nesta fase de liberalização política - Hércules Corrêa e todos os demais dirigentes do PCB concluíram que a violência contra o PCB foi um desafio dos grupos radicais de direita à política de "distensão" iniciada no governo Geisel" (10).

Assim, de 1973 a 1975 o PCB sofreu o seu mais sério golpe, principalmente por ter sido um alvo bastante fácil, pois tinha se escudado da ditadura e da segurança clandestina. Duas pessoas colaboraram e serviram de "bode-expiatório" para um ataque frontal da "linha-dura" sobre o PCB. Em primeiro lugar, saiu vencedor das eleições de 1974, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 16 Estados nas eleições majoritárias, conseguindo fazer também 16 Senadores dos 24, e 160 dos 364 Deputados Federais. Em segundo lugar, foram encontradas, em fevereiro de 1975, duas gráficas clandestinas do PCB, uma em São Paulo e outra no Estado do Rio de Janeiro, onde era

(10) DIAS, Maurício. Massacre sob encomenda. Revista Senhor, 19 de maio de 1987.

impresso o jornal oficial do Partido "A Voz Operária". A partir desses dois acontecimentos formou-se um excelente motivo para que os delatores, militares torturadores e grupos terroristas desenferujassem seus músculos, logicamente possuindo o aval político de um dos porta-vozes da linha-dura, o Ministro da Justiça do Presidente Geisel, Armando Falcão.

"A grande caça às bruxas praticada durante o ano de 1975, indicava claramente que os órgãos de repressão tinham estabelecido como meta uma "Varredura Geral" em todos os agrupamentos de esquerda que eles ainda pudessem encontrar, para aniquilar tudo o que tivesse resistido até então. Ameaçados de perder pelo menos parte de seus privilégios políticos e econômicos, a "linha-dura" e os torturadores tudo fizeram para escapar do controle pretendido por Geisel e Golbery" (11).

Através dessas operações que parte do Comitê Central do PCB foi capturado, segundo informações do Ex-Sargento do Exército, Marival Dias Chaves do Conto, que pela primeira vez falou o que sabia à revista "Veja" em novembro de 1992:

"Foi com a Operação Radar iniciada em 1973 que parte do comitê central do PCB foi presa. é o caso de Hiram de Lima Pereira, interrogado em Itapévís, e de Luiz Inácio Maranhão Filho, preso em São Paulo em 1974. Levado para Itapevi, Maranhão Filho morreu com a injeção para matar cavalo. João Massena Melo é outro. Também está no rio e morreu com a injeção para matar cavalo. Orlando Bonfin Júnior, da cúpula do PCB, está no rio de Avaré. Outro que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapevi, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banham-no com álcool e tocaram fogo depois. Elson ainda recebeu injeção para matar cavalo. O corpo de Itair José Veloso também foi jogado da ponte (...). Jaime Amorim de Miranda, também foi preso na Operação Radar foi morto. O último corpo que sei ter sido jogado da ponte é o de José Montenegro de Lima" (12).

(11) BARROS, op. cit., p. 77-78.

(12) Expedito Filho. A autópsia da sombra. *Veja*, ano 25, nº 47, Ed. Abril, 18 de novembro de 1992.

Importante aqui ressaltar que a "abertura" apregoada por Geisel é totalmente diferente da palavra democratização, e essa diferença não foi entendida pela "linha-dura", pois lhe interessava muito mais o poder e a manutenção dos privilégios, conseguidos em governos anteriores. E dessa forma começaram a surgir uma série de operações no interior do Brasil.

Em 1975 a 5ª Região Militar do Exército, com sede em Curitiba, foi responsável por uma série de prisões numa Operação denominada "MARUMBI", com grande sucesso no Paraná. Uma outra realizada no Rio Grande do Sul, no mesmo período, teria tido o mesmo sucesso da anterior, se não fosse a intervenção do governador Sival Guazelle. Em Santa Catarina ela instalou-se como nome de "Operação Barriga Verde". O objetivo desta como de outras era o de procurar "subversivos" ou inimigos do Estado militarizado. Passa-se, então, a analisar com mais detalhes a Operação Barriga Verde, realizada no Estado em Novembro de 1975.

2. A OPERAÇÃO BARRIGA VERDE

A Operação Barriga Verde teve sua montagem em São Paulo e principalmente na Capital do Paraná, quando foi efetivada a prisão de um catarinense, Wladimir Amarante, que pertencia ao Partido Comunista em Santa Catarina e que também era membro da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro (J.M.D.B.). Wladimir Amarante foi preso com outro militante de nome Nilton Cândido, natural de São Paulo, membro do Comitê Central do PCB, sob a acusação de participação em reuniões clandestinas e por distribuição de material político subversivo.

realizadas nessas prisões foi possível, através de torturas físicas e psicológicas usadas com Wladimir do Amarante no DOI-CODI de Curitiba, para chegar ao PCB de Santa Catarina. Uma dessas torturas foi a "Cadeira do Lagão", que consistia numa cadeira com um buraco no centro, onde era introduzido um ferro no ânus com descargas elétricas. Também a mulher de Wladimir foi torturada (13).

Foi dessa forma que os órgãos de repressão, sediados na 5ª Região Militar no Estado do Paraná, conseguiram nomes, endereços, locais de trabalho dos militantes e simpatizantes catarinenses que faziam oposição ao regime militar. Os órgãos da repressão passaram a fazer investigações com o objetivo de descobrir o funcionamento de núcleos do extinto Partido Comunista Brasileiro no Estado. Essas investigações duraram precisamente cinco meses. Após esse longo tempo, considerados "subversivos" foram seguidos, fotografados e até tiveram suas reuniões informais devidamente gravadas.

Depois das investigações, foi desencadeada em boa parte do Estado de Santa Catarina, em 4 de novembro de 1975 a "Operação Barriga Verde", comandada pelo Exército com a ajuda da Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar. Este dia foi marcado pelas primeiras prisões em vários municípios do Estado como Florianópolis, Criciúma, Blumenau, Itajaí e Joinville. Todas as prisões foram feitas ilegalmente pois não havia mandados de busca e apreensão dos órgãos competentes. Na verdade, o que houve, segundo os envolvidos, foram raptos realizados por mercenários contratados por esses órgãos. Roberto Motta recordou:

13) VERZOLA, Alécio. Entrevista concedida ao autor em 27 de maio de 1991. Florianópolis-SC.

"Eu fui preso quando chegava para trabalhar no meu escritório na rua Deodoro, centro de Florianópolis, no aterro da Baía Sul. Ali fui preso, algemado, encapuzado e encaminhado ao 63º Batalhão de Infantaria do Exército" (14).

Alécio Verzola disse:

"Eu fui preso da seguinte forma: no centro de Florianópolis, quando me encaminhava para meu trabalho. O cara me deu uma porrada na cabeça com um revólver, um outro colocou um óculos de soldador, depois me algemaram e colocaram-me dentro de uma Brasília e fui levado para o 63º B.I. Colocaram-me numa cela isolada e já ali começaram os interrogatórios" (15).

Amadeu Hercílio da Luz, por seu lado relata:

"Apareceu um garoto no meu Cartório em Criciúma de 18 a 19 anos, dizendo que o pai dele estava com a perna quebrada, e se eu poderia ir até a rua conversar, porque ele estava precisando de uma autorização. Segui atrás do garoto até a porta do cartório, quando cheguei, um cara de quase dois metros de altura me deu um golpe no pescoço, algemaram pés e mãos e jogaram-me no porta-malas de uma Veraneio. Sairam comigo, rodaram, rodaram e na estrada amarraram-me num eucalipto, ali tive a minha primeira sessão de tortura, em seguida fui levado para a 5ª Região Militar de Curitiba" (16).

Somente para evidenciar a prática de como foram efetuadas as prisões, apresenta-se a de Valci Lacerda, que aconteceu em Florianópolis:

"Eu trabalhava na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como escriturário. No dia 04 de novembro ao meio-dia apareceu um cidadão e veio falar comigo. Acrescentou que eu teria que ir a Polícia Federal, pois teria que servir de testemunha de um roubo acontecido na UFSC. Entrei dentro de

4) MOTTA, Roberto. Entrevista concedida ao autor em 30 de junho de 1990. Florianópolis-SC.

5) VERZOLA, Alécio. Entrevista. op. cit.

6) LUZ, Amadeu Hercílio da. Entrevista concedida ao autor, Criciúma, 20.07.91.

uma Veraneio azul e me levaram. No caminho fui algemado e colocaram um óculos escuro desses de soldador e me levaram para o 63º Batalhão de Infantaria" (17).

Importante destacar que após analisar boa parte das prisões, percebe-se que a maioria foi efetuada de forma bastante sutil, e como já foi dito, com pessoas especializadas para a realização do "serviço". Por outro lado, percebe-se, também, que a grande maioria das prisões foram realizadas quase que simultaneamente, ou com no máximo dois dias de diferença com relação as primeiras impossibilitando dessa forma a comunicação entre os perseguidos.

Se forem analisadas essas prisões a luz do Estado de Exceção percebe-se que estavam amparadas pela lei imposta pelo Governo Costa e Silva, o Ato Institucional número cinco, o AI-5 como é mais conhecido. Tinha como objetivo, além de outros, a proibição de atividades ou manifestações sobre assunto de natureza política. Recorre-se mais uma vez a Maria Moreira Alves que relata uma consequência importante do AI-5:

"A consequência mais grave do Ato Institucional terá sido talvez que abriu caminho para a descontrolada utilização do aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional. Crucialmente importantes a esse respeito foram as restrições impostas ao judiciário e a abolição do Habeas Corpus para crimes políticos. Podia-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandato. Juntamente com as restrições ao judiciário, isto impedia advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar as garantias legais. Não podiam assim evitar sérios abusos de poder e a tortura de presos políticos" (18).

Nicos Poulontzas vai mais longe e diz que a Lei é parte

7) LACERDA, Valci. Entrevista concedida ao autor em 29.08.92, Florianópolis-SC

8) ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit., p. 135.

integrante da ordem repressiva e da organização da violência exercida por todo o Estado. O Estado está legitimado através da lei, neste caso a Lei AI-5, para prender e torturar da forma em que seus representantes o julgarem melhor (19).

3.3. AS TORTURAS

Depois de presos, os militantes e simpatizantes do PCB de Santa Catarina foram enviados ao Comando da 5ª Região Militar, em Curitiba, para serem interrogados e julgados. Até aquele momento ninguém sabia o que estava havendo, pois nem a imprensa poderia se manifestar dando detalhes do ocorrido no Estado. Somente no dia 15 de novembro um comunicado do 5º Comando anunciava que algumas pessoas estavam sendo presas para desfazer a trama comunista subversiva e anunciava que quem não estivesse envolvido, não teria o que temer. Detalhe importante que esse comunicado à imprensa fora feito onze dias após as prisões, tempo suficiente para elaborar um processo sobre tortura e aceito de direito pelos acusados.

Segundo Luiz Carlos Cancelier do Jornal O Estado, por essa época as redações dos jornais, rádios e televisões eram frequentemente visitadas por oficiais militares que determinavam o que poderia ser ou não publicado, ou levado ao ar. Entre esses assuntos encontravam-se a "Operação Barriga Verde" (20).

(19) POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

(20) CANCELIER, Luiz Carlos. A Operação sem Leis contra A subversão. O Estado, 27.09.81. Florianópolis-SC.

Os catarinenses presos na "Operação Barriga Verde", passaram dez dias em Curitiba incomunicáveis. Seus familiares não sabiam ao certo o que havia acontecido e para onde tinham sido levados. Bateram às portas do Exército, da Aeronáutica, da Marinha, da Polícia Federal e não obtiveram respostas de ninguém. Ao que tudo indicava, parecia que nada tinha acontecido. Esses dias de cárcere em Curitiba nenhum deles conseguiu apagar da memória, pois foram marcados por uma extrema violência física e psicológica. Alguns deles dispuseram-se a relatar parte desses momentos, quando estavam sendo interrogados pelos órgãos de segurança.

O de Alécio Verzola:

"Para mim (Alécio Verzola) a pior tortura que recebi foi a tortura psicológica porque era uma tortura para desestruturar o indivíduo. Porque porrada, choque elétrico, pau-de-arara, latinha, telefone, este tipo de tortura não engana mais ninguém. Agora o pior foi ser colocado num lugar sozinho, porque não se tinha nenhum momento para descansar. Havia dias que duas horas da manhã, tu estavas numa boa e de repente ouvia-se aquele barulho na fechadura e já vinham te buscar. Dois homens de metralhadoras entravam na cela, te algemavam, colocavam um capuz e começavam a te conduzir. Falavam que tinha chegado a minha hora - agora nós vamos te matar, seu filho da puta. Pediam que eu falasse, daí eu afogavam, te davam umas porradas, alguns choques, daí eu voltava para a cela. Dali a vinte minutos eles vinham te buscar novamente era assim a noite inteira. Em seguida eles colocavam fitas com gritos de crianças, com gritos de pessoas sendo torturadas, correntes arrastando, etc ... Todos que estavam presos acharam que a tortura psicológica foi uma inovação dos órgãos de segurança que desestruturava o indivíduo ..." (21).

Por seu lado, Cirineu Martins parece confirmar a afirmação de Verzola:

"As duas primeiras noites, a todo instante, de cinco em cinco minutos me tiravam da cela, botavam um capuz, atravessavam uma área, eu sentava numa mesinha, um cara escutando música clássica, preparava um cachimbo, olhava para mim, olhava uma papelada e mandava o carcereiro me levar de volta para a cela. Foi assim uns dois dias. No terceiro dia veio um cara diferente dizendo:

- Eu sou teu amigo, tem um pessoal aí que é ruim, que é brabo, faz isso, faz aquilo, e que eu não gosto, mas eles fazem, tu tens que te abrir para mim.

Em outro interrogatório o cara me ameaçou de esbofetear, levantando da mesa, mas não o fez. Mandou, então, o carcereiro me levar para cela dizendo que iriam me dar um "trato", que amanhã eu estaria melhor. Então me colocaram numa cela bem estreita onde corria um cano de fora a fora onde fui algemado. Fiquei assim uma noite inteira. Quando me soltaram foi lambada, socos no estômago, na cabeça. Me levaram de novo para a mesa, e recomeçaram o interrogatório. Perguntavam:

- Como é que estava estruturada a organização?

- Quem eram as pessoas que ainda não estavam presas?

Citaram o nome de algumas pessoas para a gente entregar. Na cela havia gravações à noite inteira. A gente escutava o barulho de uma máquina de datilografia tocando, mulher gritando, crianças, gritos de horror. Uma fita atrás da outra. Gritaria de gente correndo atrás não sei de quem. E no meio disso aí a gente apanhava. No fim, já não se sabia mais quem estava, ameaçavam também trazer gente de nossa família" (22).

Marcos Cardoso Filho, em carta aos seus familiares relata sua experiência nos porões da ditadura:

"Ao chegarmos em Curitiba, fui imediatamente levado ao interrogador que me disse: - Estás nas garras da polícia - da ditadura militar - fascista e que é melhor que a Gestapo. Como mantivesse a mesma posição fui levado para a sala de torturas. A tortura ficou a cargo de Jorge. Fez-me tirar as roupas, mandou então ficar sobre uma lata de cera destampada (estava descalço), ficando genuflexionado, com braços horizontais e as palmas da mão para cima. Recebi várias raquetadas na mão para experiência. Se caísse ou mudasse de posição receberia duas delas em cada mão. Deram-me então,

(22) Entrevista de Cirineu Martins citada em SANTOS, Patrícia. T.C.C. op. cit.

vários eletro-choques. Fiquei nessa posição mais de trinta minutos. Como continuasse negando as acusações fui colocado no pau-de-arara. Deram-me, então várias raquetadas nas nádegas e na sola dos pés. Depois derramaram inúmeros copos de café fervendo sobre meus órgãos sexuais. Como estava encapuzado, molharam o capuz que passou a aderir ao nariz e o saco, tornando a respiração praticamente impossível. Derramaram então água sobre a cabeça e então era obrigado a inspirar água que causava o afogamento. Fizeram em torno de uma dezena de afogamentos quando então desmaiei. Quando recobrei os sentidos estava ainda no pau-de-arara e recebia o eletro-choque. Permaneci ainda bastante tempo neste estado até que me retiraram, sendo atendido por um enfermeiro que fez um exame físico. Depois disso fui colocado na lata novamente sujeito as raquetadas. Dessa vez o torturador tomou um revólver, mostrou-me que estava carregado com projéteis novos. Engatilhou-o e colocou-o no meu ouvido, soltando várias vezes o cão. Disse que iria me matar porque eu não ia admitir as acusações. Fui colocado de pé e o mesmo elemento passou a me agredir com socos e pontapés, em várias partes do corpo, notadamente do estômago e nos órgãos sexuais. Esta sessão de torturas durou desde às 11 horas do dia 4 até a manhã do dia seguinte" (23).

Amadeu Hercílio da Luz, lembrou também do dia de sua prisão:

"Eu comecei a apanhar aqui em Criciúma, no meu caso acho que fui muito feliz. A tortura física o que você sente é o primeiro impacto, você leva o primeiro telefone, a primeira porrada, os primeiros cinco ou dez minutos depois você fica dormente. Telefone você leva uns dois, depois você fica meio aéreo, o que eu senti mais, o que eles chamam de método "inglês" e eu acho que eles não perceberam, foi quando eles me deram o isolamento. Eu fiquei trinta e oito dias em isolamento, sem falar com ninguém. Aí eu comecei a perder a noção do tempo. Muitos companheiros quando saíram do isolamento tiveram que fazer tratamento psiquiátrico, é o caso do Roberto Motta e do Teodoro que tentou o suicídio. Quando eu estava isolado eu estava já pensando besteira, quando eu saí eu virei um papagaio" (24).

Para Theodoro Ghercov a coisa não foi diferente. Entrevistado

1) Ideia. Carta de Marcos Cardoso. Joinville, 29 de dezembro de 1983.

2) LUZ, Amadeu Hercílio da Luz. *Entrevista*, op. cit.

Quando foi libertado da prisão em 1977 falou que permaneceu isolado no DOI-CODI de Curitiba por quase 30 horas. Foi submetido a interrogatórios intercalados com sessões de "pau-de-arara" e afogamento, para que fornecesse nomes de pessoas que, junto com ele estivessem tentando reorganizar o Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina. As perguntas na fase inicial do interrogatório eram intercaladas por períodos no "pau-de-arara", onde o torturado ficava endurecido com os braços e pernas amarradas, sob o perigo de perder, nos poucos, a circulação, e além do afogamento, em que o preso era obrigado a permanecer com a cabeça dentro d'água até perder o fôlego (25).

Para concluirmos essas primeiras partes é importante ressaltar Jacob Gorender afirmando que os brasileiros são verdadeiros mestres na arte de torturar:

"É uma tolice a idéia que os brasileiros aprenderam com os norte-americanos. Os descuidados acadêmicos suecos ainda não concederam sequer prêmio nobel ao Brasil. Mas, se houvesse prêmio nobel para torturadores, estou certo de que os suecos estariam atentos às credenciais dos candidatos brasileiros. Nesta esfera, contamos com Know-How de prestígio internacional. Talvez o pau-de-arara não tenha sido inventado no Brasil, porém se nacionalizou mais do que o futebol" (26).

Um dos poucos que conseguiu escapar a todas essas atrocidades foi Wilson Rosalino, que na época estava militando junto a J.M.D.B. e na formação do Instituto Pedroso Horta. Numa entrevista concedida ao jornal O Estado, após a volta do exílio ele relatou que vinha sendo seguido a algum tempo e quando estava saindo da UFSC percebeu que uma

25) Correios de Notícias. Ghercov em liberdade condicional. Paraná, 02.06.79

26) GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. op. cit.

lancheonete Veraneio estava estacionada perto do seu carro. Saiu dali e estacionou no pátio da Reitoria e seus seguidores ficaram meio perdidos.

Passados alguns minutos Wilson dirigiu-se à lanchonete do Centro Tecnológico e almoçou com colegas professores. Em seguida chegou o seu irmão e lhe avisou que deveria ir até a Assembléia Legislativa, pois várias pessoas estavam sendo presas. Chegando na Assembléia encontrou com vários familiares de presos. No dia cinco de novembro viajou para Porto Alegre e um mês depois para Paris de onde retornou em 1979, com a Anistia decretada (27).

Depois de conseguirem o que queriam, os órgãos de segurança distribuíram nota na imprensa no dia 14 de dezembro de 1975. Os jornais passaram a nota ao comando da 5ª Região Militar com sede em Curitiba e jurisdição no Estado de Santa Catarina no desencadeamento da "Operação Barriga Verde", que tinha como objetivo, segundo eles como já foi enfatizado, investigar as atividades do Partido Comunista brasileiro. A organização ilegal segundo a nota do Exército vinha atuando no Estado de Santa Catarina, desde longa data.

É a seguinte a relação dos 42 presos políticos de Santa Catarina envolvidos na "Operação Barriga Verde" fornecida pelo Comando da 5ª Região Militar.

1. Alécio Verzola, 27 anos, natural de Florianópolis;
2. Amadeu Arcílio da Luz, 42 anos, natural de Porto Alegre;
3. Antônio Justino, 22 anos, natural de Criciúma;
4. Celso Padilha, 26 anos, natural de Itapicó;
5. Cirineu Martins Cardoso, 26 anos, natural de Laguna;
6. Cláudio Arnaldo Vicente, 36 anos, natural de Itajaí;
7. Ciro Manoel Pa-

heco, 37 anos, natural de Jaguaruna; 8. Edésio Ferreira, 51 anos, natural de Tijucas; 9. Edgar Schtzman, 35 anos, natural de Joinville; 10. Elenice C. Martins, 25 anos, natural de Porto União - Securitária; 11. Emanuel Alfredo Maes, 40 anos, natural de Itajaí, Auxiliar Administrativo; 12. Everaldo Brodberck, 36 anos, natural de Joinville; 13. Irineu Ceschim, 32 anos, natural de Curitiba, contador; 14. João Augusto de Melo Saraiva, 44 anos, natural de Florianópolis, médico; 15. João Borges Machado de Souza, 28 anos, natural de Florianópolis, advogado; 16. Jobê Silva da Nova, 43 anos, natural de Santiago-RS, advogado; 17. João Jorge Feliciano, 46 anos, natural de Turvo, Inspetor securitário; 18. Jorge Vieira, 35 anos, natural de Sombrio, minerador de carvão; 19. Júlio Abelardo Serpa, 26 anos, natural de Guaramirim, ajustador mecânico; 20. Lourival Espíndola, 38 anos, natural de Lauro Muller, economista; 21. Luiz Geraldo Bresciani, 28 anos, natural de Orleans; 22. Luiz Jorge Leal, 31 anos, natural de Tubarão, mecânico metalúrgico; 23. Márcio Cardoso Filho, 25 anos, natural de Tubarão, professor; 24. Nahor Cardoso, 45 anos, natural de Joaçaba, bancário aposentado; 25. Nelli Osmar Caldoro Piccoli, 60 anos, natural de Porto Alegre, dentista; 26. Newton Cândido, 39 anos, natural de Bauru-SP, marceneiro; 27. Osni Rocha, 27 anos, natural de Joinville, mecânico; 28. Paulo Antônio, 31 anos, natural de Urussanga, ajudante de mineiro; 29. Roberto Cologni, 37 anos, natural de Bérgamo-Itália, eletrotécnico; 30. Roberto Motta, 28 anos, natural de Criciúma, advogado; 31. Roque Felipe, 39 anos, natural de Criciúma, eletrotécnico; 32. Rosimere Cardoso Bitencourt, 28 anos, natural de Pedras Grandes-SC, assistente social; 33. Sebastião Ernesto Goulart, 45 anos, natural de Jaguaruna, ajudante de

ferreiro; 35. Teodoro Ghercov, 56 anos, natural de Bessarabia-Romênia; 36. Túlio Volmar Bresciani, natural de Orleans-SC, servente; 37. Ury Coutinho de Azevedo, 48 anos, natural de Florianópolis, tipógrafo; 38. Valci Lacerda, 37 anos, natural de Florianópolis, professor; 39. Vladimir Salomão do Amarante, natural de Videira, professor; 40. Waldemar Domingos, 37 anos, natural de Laguna, mecânico; 41. Walter Hernich Wily Horn, 43 anos, natural de Porto Alegre-RS, torneiro mecânico; 42. Wilson Rosalino da Silva, 25 anos, natural de Içara, professor (28). Importante ressaltar que este último não fora preso, mas fazia parte dos inimigos da linha-dura.

Segundo a nota da 5ª Região Militar pode-se concluir que se não todos, mas 98% dos envolvidos com a Operação Barriga Verde possuíam residência fixa e também a maioria era profissional liberal como: advogado, médico, dentista, corretor de imóveis, além de estudante universitário e operário. Esse detalhe fora esquecido pelos militares. Dessas 42 pessoas envolvidas na "Operação Barriga Verde", 38 tiveram prisão preventiva, e 4 foram liberadas em seguida. Iniciou-se um longo processo para essas pessoas que demorou, para alguns, 4 anos para ser concluído.

Importante ressaltar que todas as formas de tortura estavam baseadas na Doutrina de Segurança Nacional, que era a ideologia do Sistema. O interesse nacional tem a primazia sobre o interesse privado ou individual, essa era a tese central da Escola Superior de Guerra.

Por outro lado, é importante destacar que dentro ou fora dessa escola, os comunistas sempre foram considerados como inimigos número um do Exército, e sempre estiveram, nos discursos destes. Essa prática

(28) Presos 38 ativistas do PCB em SC. O Estado do Paraná, 14.12.75.

Exército foi arrastada principalmente após 1964. Assim a linha-dura manteve no inimigo comunista o elemento chave para a condução de ações repressivas, fazendo com que houvesse um recuo do processo de expansão, elaborado por Golbery de Couto e Silva. É Eder Sader que esclarece melhor essa questão:

"A onda repressiva leva a oficialidade militar a introduzir-se em todos os aparatos políticos e ideológicos, dando vazão a ambição de poder de seus membros. Orientados por um pensamento autoritário, moralista e ferozmente anti-comunista, um setor de oficiais e sub-oficiais que será conhecido como linha-dura, busca golpear toda a representação civil, contaminada pela corrupção ou subversão, e submetê-la a autoridade revolucionária. Essa "linha-dura" não tem qualquer base social e a própria burguesia não esconde seu desgosto com os excessos de sua ação. Esse projeto da pequena burguesia reacionária não terá sequer apoio de comandos significativos da pequena burguesia. Ela jamais assumirá o comando político da contra-revolução, mas sua ação cria inúmeros fatos consumados que terminam por alterar os rumos seguidos pela ditadura" (29).

Nesse sentido, a "linha-dura" fora a responsável pela desmobilização em parte de vários setores da sociedade civil que tinham como objetivo fazer frente ao regime militar. Isso ficou evidenciado a partir de 1969, quando esse grupo atingiu em cheio o Movimento Estudantil e a Igreja, e a partir da década de 70 começou a vigiar de perto os militantes do PCB que naquele período militavam no U.D.B., que seguiam a risca a orientação do VI Congresso do Partido. Essa mesma "linha-dura" foi também a responsável direta do governo Geisel, ter literalmente mudado a sua política de "abertura" do país.

Assim, o que se tenta demonstrar nesta pesquisa é que um grupo do Exército, denominado de "linha-dura", usava os militantes ou até mesmo

Compatizantes do PCB como bodes-expiatórios em seus projetos políticos. Isso fica evidenciado também em outras operações realizadas, como a de São Paulo, a "Operação Radar"; em Curitiba a "Operação Marumbi"; e em Porto Alegre que não obteve sucesso; e em Santa Catarina com a "Operação Barriga Verde".

Para que tal estratégia tivesse uma base concreta, muitos dos envolvidos na "Operação Barriga Verde" foram convidados a colaborar com o regime, para irem aos meios de comunicação e denunciar a existência de núcleos do PCB em Santa Catarina. É o caso, por exemplo, de Amadeu Hercílio da Luz, que recusou ir à televisão com um documento em seu nome entregue por Rubem Solto, major do DOI-CODI que comprometia a liderança do Partido em troca de sua liberdade.

"Se eu for à televisão ler esse documento que vocês estão me impondo, com a condição da minha liberdade, eu não vou ter coragem de chegar perto da minha família. Eu cometo um suicídio antes" (30).

Outros não tiveram a mesma atitude. Um dos presos políticos, Jobe Silva, de Criciúma, foi à imprensa e repudiou o comunismo, considerando-o uma forma evoluída de escravidão humana. Entretanto, também na televisão, declarou que durante o tempo em que esteve preso não sofreu nenhuma espécie de coação. Logicamente essa cooptação não ocorreu de graça, pois diante da tortura toda carne se trai.

"Eu não sofri qualquer tipo de constrangimento ilegal. O tratamento comigo foi cordial, foi amistoso. Eu também não tive oportunidade de ver qualquer tipo de coação, condenado pelo direito e praticado contra as pessoas" (31).

1) LUZ, Amadeu Hercílio da. op. cit.

2) JOBE. Repúdio ao comunismo. Tribuna Catarinense, Criciúma, 23 de setembro de 1976.

Essa cooptação de pessoas foi uma prática muito explorada pela comunidade de Segurança e tinha também como endereço certo sensibilizar a opinião pública para o perigo que representava o PCB, e sua doutrina. Jobe da Silva, por sua vez, foi enganado pelos órgãos de segurança. Mesmo com essas declarações que acusava seus ex-companheiros de organização clandestina, não conseguiu a liberdade.

Depois do Inquérito Policial Militar (I.P.M.) ter sido concluído em 5 de janeiro de 1976, foram liberados pela justiça onze presos das 38 pessoas envolvidas na "Operação Barriga Verde". Esses onze não tiveram suas prisões preventivas requeridas por entender a justiça que eles se achavam menos implicados com o extinto PCB de Santa Catarina. Dessa forma, foram postos em liberdade: João Augusto de Mello Saraiva, Celso Padilha, Elineide Lúcia Martins e Márcia Campos, de Florianópolis; Nely Osmar Caldoro Picolly, Everaldo Bomdeseck e Círio Vicente, de Itajaí; Paulo Antônio e Jorge Vieira, de Criciúma; Osni Rocha de Joinville e Sérgio Giovanella, de Blumenau. Os outros 27 tiveram suas prisões preventivas requeridas pelas autoridades que presidiram o inquérito (32).

O restante foi encaminhado, sob a responsabilidade da Polícia Militar do Estado, para a cadeia pública de Florianópolis. Dali foram transferidos para a Colônia Agrícola de Canasvieiras. Essa transferência deu-se devido ao medo desses presos políticos ficarem juntos na cadeia pública com presos comuns. Para o então major Nelson Coelho, hoje coronel, esses presos políticos poderiam influenciar e insuflar os presos a se organizarem, como aconteceu no Rio de Janeiro, com o Comando Vermelho. Esse mesmo Coronel garante que a

(32) Presos por subversão foram liberados pelas autoridades. O Estado, 6 de janeiro de 1976. Florianópolis-SC.

rtir do momento em que o IPM foi concluído e os presos foram transferidos para a Colônia Agrícola, não houve mais torturas. Eles eram bem tratados. Era fornecido, inclusive, para alguns que tinham problemas sérios com álcool, uma dose de cachaça, como se fosse médico para ser ministrado pela enfermaria. Também a sacristia da pequena Igreja foi reservada para que os presos casados mantivessem relações sexuais. Algumas mulheres negavam-se a manter relações sexuais ali, pois a chave sempre ficava com o então major e a sacristia não oferecia nenhuma condição de higiene. Decidiu-se então fazer uma escala para que os presos passassem a noite com a família, evidentemente guarnecidos por policiais, com o compromisso de voltarem no outro dia. Quase todos passaram uma noite em casa. Na última equipe que iria para casa, apareceu o Coronel Chefe do Estado Maior, para fazer uma vistoria, pegaram a aguardente na enfermaria, fizeram um levantamento dos presos e estavam faltando exatamente dois. Um deles era Alécio Verzola. Foi aberto um IPM contra o então Major Nelson Coelho, e o mesmo pegou 30 dias de prisão administrativa. Depois dessa prisão a situação dos presos mudou, passando a ser tratados com maior rigor, com horários fixos para quase tudo (33).

Um dos presos políticos que não ficou junto a seus companheiros na colônia agrícola foi Roberto João Motta, que permaneceu somente alguns dias. Como seu estado de saúde era muito ruim, ele foi isolado no Manicômio Judiciário, o que veio a agravar ainda mais a sua situação, pois nesta instituição, ainda sofrera torturas psicológicas tendo por perto agentes da Polícia Federal infiltrados. Roberto Motta ficou nesta instituição por algum tempo, tentando novamente o

icídio, pois já tinha tentado uma outra vez. Desta vez cortou o seu próprio pulso. Como não obteve êxito, resolveu fazer a primeira greve de fome do Estado, ficando de 18 a 20 dias só bebendo água, chegando a pesar 47 quilos na época (34).

Esta forma de protesto de Roberto Motta teve repercussão, inclusive a nível internacional. Parte da sociedade civil organizada pela primeira vez conseguiu romper com o medo na tentativa de salvar a vida desse militante que na época tinha 29 anos. O Estado de São Paulo e outros jornais publicaram várias notas, inclusive a imprensa francesa e a Anistia Internacional manifestaram-se sobre esse caso. Na USP, os estudantes realizaram um ato público em defesa de Roberto Motta. Depois de uma série de manifestações públicas e o empenho dos familiares dos presos, houve, finalmente, o julgamento (Ver anexo nº 1). Aqui é de suma importância esclarecer que esses protestos, a partir de 1977, vieram acompanhados de vários setores da sociedade, descontentes com a direção política que estava sendo dada ao país. Organizações como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (S.B.P.C.), a Ordem dos Advogados do Brasil (O.A.B.), a Igreja, e, principalmente, o Movimento Estudantil, encabeçaram uma série de movimentos para exigir, principalmente, a anistia aos presos políticos.

O julgamento dos envolvidos com a "Operação Barriga Verde", só aconteceu em 10 de fevereiro de 1978, quando a 5ª Circunscrição Judiciária Militar absolveu 26 dos 42 envolvidos da tentativa de reorganização do PCB no Estado de Santa Catarina, e condenado por sua vez 16 deles que deveriam cumprir pena de 2 a 4 anos.

34) MOTTA, Roberto João. op. cit.

A relação dos absolvidos pela Justiça é a seguinte: Amadeu Percílio da Luz, Antônio Justino, Celso Padilha, Círio Arnaldo Vicente, Edísio Ferreira, Edgar Schtzmann, Eleneida Lícia Martins, Manoel Alfredo Maes, Everaldo Bradebeck, Irineu Ceschim, João Augusto e Mello Saraiva, Jorge Vieira, João Jorge Machado de Souza, Jobe Silva da Nova, Júlio Adelaide Serpa, Lourival Espíndola, Luiz Geraldo Bresciani, Márcio Campos Nahor Cardoso, Nelli Osmar Calduro Piccoli, Osni Rocha, Paulo Antônio, Rosimere Cardoso Bittencourt, Ury Coutinho e Azevedo, Waldemar João Domingos e Valter Willy Horn.

Os condenados foram: Alécio Verzola - condenado a 2 anos de prisão; Cirineu Martins Cardoso - condenado a 2 anos; Cyro Manoel Pacheco - condenado a 2 anos; João Jorge Feliciano - condenado a 2 anos; Luiz Jorge Leal - condenado a 2 anos; Marcos Cardoso Filho - condenado a 3 anos; Newton Cândido - condenado a 4 anos; Roberto Motta - condenado a 2 anos; Roque Felipe - condenado a 2 anos; Teodoro Ghercov - condenado a 4 anos; Sebastião Everton Goulart - condenado a 2 anos; Túlio Valmor Bresciani - condenado a 2 anos; Valci Lacerda - condenado a 2 anos; Vladimir Salomão do Amarante - condenado a 3 anos e Wilson Rosalino da Silveira - condenado a revelia a 3 anos (35).

O promotor Bertino Ramos, responsável pelo IPM que condenou 16 dos 42 envolvidos com a "Operação Barriga Verde" declarou numa entrevista que "se eles apanharam ou não, isso não importa. O fato é que eles contaram a verdade" (36). Isto quer dizer que não foi considerado no inquérito que as confissões foram obtidas de forma totalmente ilegal, isto é, através de torturas psicológicas e físicas

(35) Processo do PCB: 26 dos 42 são absolvidos. Estado do Paraná, 11 de fevereiro de 1978.

(36) Juiz pede condenação de dezenove. Correio de Notícias do Paraná, 16 de fevereiro de 1978.

Ver anexo nº 4).

Os 16 ativistas que foram condenados já haviam cumprido a metade da pena, o que possibilitaria a eles cumprir o restante em liberdade condicional, o que só vinha acontecendo com alguns desde abril de 1977. Porém, três dos condenados permaneceram recolhidos à prisão desde 1975: Alécio Verzola, Marcos Cardoso Filho e Roberto Cologni ficaram presos no Quartel do 4º Batalhão da Polícia Militar do Estado em Florianópolis. Além deles também ainda encontrava-se preso Teodoro Ghercov, que foi considerado no I.P.M. o principal responsável na organização do PCB em Florianópolis, fora enviado para São Paulo, onde tinha condenação a cumprir por atividades idênticas com Nilton Cândido.

Os presos que permaneceram em Florianópolis fizeram duas greves de fome com o objetivo de conquistar o relaxamento de suas prisões, pois não havia explicações plausíveis do ponto de vista legal de estarem encarcerados, pois já haviam cumprido mais da metade de suas penas. Numa dessas greves de fome ficaram 11 dias sem se alimentarem, tendo que tiveram que ficar internados no hospital da Polícia Militar para receberem soro e vitaminas. Para a justiça, os três foram infelizes por uma série de problemas da burocracia militar, defendeu-se na época o Juiz auditor Djalma Goss da 5ª Auditoria Militar de Curitiba, e onde sempre saíam as decisões sobre a "Operação Barriga Verde" (37). Todos os esforços foram em vão. Só foram liberados 2 meses antes da pena ter sido cumprida. Já Teodoro Ghercov só conseguiu sua liberdade no dia 31 de março de 1979, tendo cumprido 3 anos e meio de cadeia. Os motivos alegados para a Justiça não o ter libertado antes,

(37) Por conta do azar. *Veja*, 4 de maio de 1977, Ed. Abril, nº 452.

eram porque Teodoro era egresso de um país comunista (Romênia), que havia feito greve de fome em solidariedade aos presos pernambucanos em maio de 1976, o que, para a Justiça, foi considerado um ato subversivo, e que não havia mudado sua personalidade, continuando comunista. Milton Cândido só conseguiu sua liberdade quando foi assinada a Lei da Anistia no país em 1979, no Governo do General João Batista de Oliveira Figueiredo, momento esse estratégico para os militares - que merece nova pesquisa.

Por outro lado, a "Operação Barriga Verde" e os militantes do PCB de Santa Catarina não teriam tido tal fim, se fosse desrespeitada pelo menos uma única vez a orientação do Comitê Central como eles mesmos reconhecem:

"Os comunistas continuaram a raciocinar como se não estivessem diante de um novo aparelho, servido por uma nova concepção de luta anticomunista, que sabia acumular pacientemente informações e reservava seus grandes golpes para os momentos em que eles fossem politicamente mais proveitosos para o regime" (38).

Os militantes sabiam que estavam sendo seguidos, e que de uma hora para outra poderiam ser presos. Houve uma consulta prévia ao Comitê Central já que o Partido era fundamentado no centralismo democrático, tese derrubada no seu IX Congresso em 1991 - qual seria a melhor posição a tomar? Teodoro Ghercov viajou para São Paulo e trouxe na bagagem a decisão de que os militantes não deveriam apavorar-se e que desse continuidade aos seus trabalhos junto a Juventude do M.D.B. Alguns dias depois da decisão do Comitê Central, a maioria de seus militantes foi presa dando por encerrado um dos

períodos mais expressivos de militância do PCB em Santa Catarina e consequentemente a desmobilização do partido no Estado, sendo que depois nunca mais o PCB em Santa Catarina conseguiu bases para superar a crise que abateu-se sobre ele, nem mesmo como um Partido de quadros como sempre foi no Estado.

CONCLUSÕES

A proposta dos militantes do Partido Comunista em Santa Catarina caminhou sempre na perspectiva de construir uma organização para a classe trabalhadora. Foi, aliás, com essa determinação inicial que o partido surgiu no cenário nacional de 1992, impulsionado pela própria evolução Russa de 1917. Essa organização dos operários em um Partido refletiu uma necessidade da própria classe, da qual o jargão Anarco-Sindicalista não dava respostas satisfatórias nas primeiras décadas do século XX.

Essa proposta de organização, a exemplo da nacional, passou a ser encaminhada no Estado através de vários grupos de trabalhadores e setores da classe média como: Portuários; operários da Construção Civil; mineiros da Indústria do Carvão; estudantes; como também entre alguns profissionais liberais. Esses militantes e também simpatizantes do PCB no Estado encamparam uma série de lutas abertas, a saber: organização sindical - contra a "carestia", a fome, a democracia e, por último, a questão da ditadura militar. A partir de 1964 a tentativa foi sempre de buscar um espaço político para a classe operária, que sempre esteve e ainda continua excluída das decisões e por consequência do poder no Brasil. A proposta, ao contrário desta, parte do Estado capitalista que consolidou-se no Brasil após a I Guerra Mundial. Neste modelo econômico, seja no período de democratização ou de exceção, não possibilitou espaços para propostas diferentes, principalmente para o PCB que permaneceu ao longo de sua existência na ilegalidade, conquistando a sua liberdade política somente nos primeiros anos da década de oitenta.

Após a realização desta pesquisa algumas luzes foram apontadas e espera-se que outras possam ainda brilhar com mais intensidade com outros pesquisadores, numa tentativa de buscar e esclarecer melhor a proposta vencedora durante o período aqui estudado. Arrisca-se aqui a dizer que a proposta vencedora do capitalismo não foi a melhor para o conjunto da sociedade, em especial para Santa Catarina, onde militantes do Partido ousaram desafiar o Estado em épocas democráticas ou enfrentando o regime de exceção, implantado no país a partir de 1964.

Em Santa Catarina o PCB, nos seus primeiros anos de existência não obteve de imediato grandes sucessos junto à classe trabalhadora. No Estado, a sua fundação propriamente dita em 1939, e seu reconhecimento a posteriori pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), para concorrer às eleições na década de 40, passou despercebida pela opinião pública; a imprensa ignorou o fato, e se acaso tivesse tido conhecimento não teria feito qualquer tipo de menção; apesar do partido ter iniciado sua organização e suas lutas com a construção da Ponte Hercílio Luz, conjuntamente com os Estivadores entre novembro de 1922 e 1926.

Com relação às eleições realizadas em 1945 e 47, chegou-se a conclusão de que o Partido no Estado era muito fraco, recebendo nas duas eleições uma votação muito baixa, sendo que a de quarenta e sete para a Assembléia Legislativa ficou somente à frente do inexpressivo Estado do Piauí, perdendo, portanto, para todos os Estados da Federação, apesar de possuir, na época, uma série de Comitês Eleitorais em boa parte dos Municípios catarinenses. Por outro lado,

percebeu-se, também, que ao longo de sua existência o PCB no Estado nunca chegou a ser um Partido de massas, sendo que o máximo que conseguiu a chegar foi a um Partido de quadros. Conclui-se, também, que essa fraca votação do Partido esteve calcada na propaganda anticomunista que a imprensa no Estado explorou ao máximo, principalmente no período de redemocratização do país, isto é, de 1945 a 1964. Mas isso não basta para explicar o fracasso do PCB nestas eleições em Santa Catarina. O que pode-se também concluir é que, apesar do Partido estar organizado, faltou competência para uma melhor organização de seus militantes para chegarem às massas e colocarem seu programa de governo.

A respeito da imprensa escrita e o PCB, foi bastante elucidativo, tanto no período de ilegalidade, quanto no de legalidade, a vista que no Estado o Partido só esteve legalizado por dois anos; essa imprensa sempre formou uma opinião negativa, principalmente nos principais jornais da Capital - A Gazeta e o Jornal o Estado que representavam outros interesses políticos e econômicos do Estado. Dessa forma, percebeu-se que em momentos importantes para o país, como a entrada do Brasil na II Guerra, a luta pelo petróleo é nosso, contra a Bomba Atômica nas décadas de 40 e 50, respectivamente, campanhas essas que tiveram forças do PCB também em Santa Catarina, os Jornais da Capital não davam nenhum destaque maior ao Partido que tanto participou nestas campanhas, principalmente em Florianópolis, como também em outras regiões do Estado.

Com relação à organização partidária, a conclusão a que se chegou foi a seguinte: as regiões que o Partido obteve uma melhor estrutura,

oi na Capital do Estado, como também nos Municípios de Criciúma e Itajaí; através do Movimento Estudantil e dos sindicatos existentes a partir da segunda metade da década de 40-50 e inícios dos anos 60, especialmente com operários da construção civil, os mineradores de carvão e os estivadores. Em outros municípios de expressão do ponto de vista industrial e agrícola, o PCB teve enormes dificuldades de penetração, principalmente em área de colonização alemã e italiana como Blumenau, Joinville, Rio do Sul, Brusque e alguns outros de expressão menores do Vale do Rio Itajaí. Essas regiões foram redutos por longos anos dos Integralistas, muito melhor organizados, que souberam explorar muito bem as lutas anti-comunistas.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas, a documentação levou a crer que dentro de um contexto geral, mesmo na ilegalidade, a partir de 1947 o PCB tenha encontrado seu norte começando a se estruturar. O PCB em Santa Catarina acompanhou gradativamente esse crescimento como um Partido de quadros, chegou a eleger dois Vereadores, um no final dos anos 50 e outro no início dos anos 60 na capital, como também, com o voto dos comunistas no Estado foram eleitos, neste mesmo período, o governador Stuart Wright pelo Partido Social Progressista (PSP) e o vice-governador do Estado Francisco Da Linha. Aqui é importante destacar que essa militância aparentemente livre do PCB no Estado enfatizada por ex-militantes principalmente na década de 50 não passa de um mito. Um ofício datado de 23 de março de 1953 do DOPS de Florianópolis, para o DOPS de Curitiba continha uma série de informações dos passos dados pelos militantes nas duas capitais, principalmente no que diz respeito às suas publicações. Isso significa que os comunistas possuíam uma

liberdade vigiada pelos órgãos de repressão mesmo num período considerado bastante democrático na história do Brasil (Ver anexo nº 2).

Porém, com o golpe de 64, tanto a nível nacional como Estadual, o Partido desestruturou-se. Mais uma vez, e não seria a única, o Partido sofreria as consequências desse movimento que teve endereço certo, isto é, acabar com toda espécie de oposição. Isto incluía, logicamente, os militantes do Partido, sendo que a maioria desses no Estado tiveram que se auto-exilar dentro do próprio país quando tiveram sorte, ou quando não, foram presos, sendo este o destino que teve a maioria deles.

A partir do golpe de 64, porém, o Partido permaneceu sem nenhuma atividade, só vindo a iniciar suas atividades em 1968 quando da realização do seu VI Congresso Nacional em São Paulo. Foi a partir daí que o PCB consolidou a posição de combater o regime militar através de uma frente única de oposição, contando para isso com vários mecanismos legais existentes, principalmente com o que tinha sobrado dos Sindicatos, do Movimento Estudantil, além de criar outros, como a Juventude do Movimento Democrático Brasileiro (JMDB) anexo ao Partido do mesmo nome, no início da década de 70, mais precisamente em 1972. Mesmo assim os dados demonstraram que nesse período, a partir do VI Congresso, aqui no Estado, só foi possível estruturar alguns Comitês provisórios e retomar alguns sindicatos como o dos mineiros em Criciúma. Esse sindicato foi um exemplo para o Partido, pois ousou fazer o que hoje em dia é uma das grandes bandeiras das organizações sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a demo-

atização dos meios de comunicação. Esse sindicato, liderado pelo PCB colocou no ar um programa diário numa das rádios locais, dirigida exclusivamente a seus associados no início da década de 70.

Já a JMDB, liderada por jovens e alguns profissionais liberais como professores, advogados, tendo sua direção ligada ao PCB passou a fluir diretamente no Movimento Estudantil até a metade da década de 70, fazendo um trabalho legal contra a política econômica, contra o Ato Institucional nº 5, contra a Lei 477. Dessa forma, os Sindicatos existentes, e o Movimento Estudantil travaram uma luta a favor da democratização do país dentro de uma linha pacífica encaminhada pelos militantes dentro das teses do VI Congresso do PCB. Não importando-se em ter a alcunha de aliados da burguesia.

Dessa forma, pode-se concluir através, principalmente, de entrevistas realizadas com militantes do Partido, que até a segunda metade da década de setenta, foi realizado um trabalho de profundidade política na Capital e em alguns Municípios do interior do Estado. Essa militância feita, principalmente, através da J.M.D.B. começou a romper com o medo que havia da Ditadura Militar e foi para as ruas, para a Universidade e para as Faculdades do interior, mexendo com a apatia do Movimento Estudantil e a política em geral, apesar de não ter experiência no setor sindical e nem os meios para atingir a população operária e estudantil no Estado.

Encaminhando formas de lutas, protestos dentro de uma linha pacífica, esses militantes não escaparam das atrocidades de um grupo do Exército, chamado de "linha-dura", que elegeu mais uma vez os comunistas como bodes-expiatórios para justificar o perigo que os

ismos representavam para o conjunto da sociedade brasileira. Dentro deste contexto foi realizado no Estado a "Operação Barriga Verde" em novembro de 1975.

O que conclui-se nesta pesquisa é que a "Operação Barriga Verde", como outras surgidas, principalmente na Região Sul do Brasil, a partir de 1975, fizeram parte das contradições e das fissuras do bloco que detinha o poder no seio do Estado brasileiro a partir de 1964, que por sua vez nunca formou um bloco de poder monolítico, isto ficou caracterizado a partir do governo do General Ernesto Geisel.

Desta forma, a documentação analisada sobre a "Operação Barriga Verde" leva a crer que esta não foi uma atividade desenvolvida pelo conjunto das Forças Armadas, mas que foi realizada por uma parcela dos militares, dirigida, em parte pelo Exército, que havia ficado descontente com os rumos que tomava a questão da democracia no país, impulsionado pelo projeto político de Geisel, de "descomprimir" a máquina da ditadura através da "distensão".

Essa mesma parcela descontente passou a utilizar-se dos órgãos de repressão já efetivados em governos anteriores, criando uma espécie de poder paralelo dentro do próprio Estado, através do Departamento de Ordem Política e Social (D.O.P.S.) e do Departamento de Ordem Interna do Comando de Operações de Defesa Interna (D.O.I. - C.O.D.I.), para justificar através das prisões efetivadas com as "Operações", a não concretização da abertura e o não restabelecimento da possível democracia no país; logicamente, um dos grandes interesses dessa parcela descontente era o de não perder seus privilégios já conquistados em governos anteriores.

Esses setores militares da linha-dura vinculados aos D.O.I.-C.O. I. passaram a lutar contra a distensão, tanto quanto haviam lutado contra a própria guerrilha urbana ou rural. Além do mais, o aparato repressivo do Estado proporcionava a eles uma base ideológica, como a Lei de Segurança Nacional, como também uma base material muito forte.

É dentro deste contexto, que os comunistas foram usados, por essa mesma parcela, e como já havia todo um aparato de leis, que o projeto de distensão ainda não havia retirado e nem iria retirar, como o Ato Institucional nº 5, por exemplo, ficando fácil para os setores da "linha-dura" prenderem quarenta e um (41) militantes do PCB em Santa Catarina e enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional, sendo que dezesseis (16) deles foram condenados pela Justiça Militar em fevereiro de 1978 como subversivos, num processo muito lento e doloroso que muito custou esses quatro anos de suas vidas. Não levando sequer em conta que suas confissões arroladas no processo foram arrancadas com torturas físicas e psicológicas.

Para concluir, pensa-se não ser necessário fazer repetições das conclusões efetuadas em capítulos anteriores, porém acha-se necessário transcrever uma carta enviada por uma menina ao seu pai quando este cumpria pena em Florianópolis, pagando um preço caro por acreditar num mundo mais humano para a classe operária. Acrescenta-se que o PCB em Santa Catarina não conseguiu, como vanguarda, ter um amplo projeto político para dar um salto em direção a um operariado mais consciente, que depois da "Operação Barriga Verde", o PCB no Estado não conseguiu mais organizar-se nem mesmo como um Partido de quadros.

Criciúma, 03 de Junho de 1976.

Querido Pai

Em primeiro lugar quero dizer que estou com muita saudade de ti e espero que estejas bem, isto é de saúde. Sabe terça-feira fiquei esperando, pensei que o sr. viesse. Fiquei muito triste quando o dia foi indo e o sr. não veio. Mas não faz mal, qualquer dia destes o sr. parece sem eu menos esperar.

Outra coisa que eu quero dizer é que eu estou muito bem nos estudos.

Hoje fiz prova de matemática e tirei 10.

Também recebi o boletim. Tirei 10 em matemática e português 9. Minhas notas foram a melhor da sala.

Todos os dias penso que o sr. vai chegar a qualquer momento. Às vezes eu venho da aula, pensando em ter uma surpresa, isto é, que eu chego em casa e o sr. venha abrir a porta para mim.

É tão triste chegar em casa e ver que nada disso é verdade, a casa está vazia como sempre.

Mas eu sei que isto vai acabar, daqui alguns dias, o sr. estará aqui conosco, estaremos todos juntos e felizes.

O Rinaldo hoje está fazendo nove (9) anos. Ele queria ir com a
(?) mas a professora disse que ele não pode faltar eu também não posso
faltar aula.

Sabe pai, de todos os seus amigos, o único que se preocupa com
todos nós aqui de casa é o seu Amadeu e a D. Neide. Porque o resto,
nenhum deles botou a cara aqui em casa. Eu até acho que estes não eram
amigos de verdade.

O mano queria escrever, mas ele disse que não sabe escrever
carta.

Espero que o Sr. escreva a todos nós (filhos, amigo). (D. Neide,
seu Amadeu).

Sem mais mil beijos de todos nós e abraços.

Eliana Rinaldo

Renato Gladimir

ONTES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
2. ANTUNES, Ricardo. Classe operária e sindicatos e partidos no Brasil. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1982.
3. BARROS, Edgard Luiz. Os governos militares. São Paulo: Contexto, 1991.
4. BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos. (Memória). São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
5. BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. 5ª ed. Espanha, 1982.
6. BORGES FILHO, Nilson. O Estado e militarização - as políticas militares como aparelhos repressivos de Estado. Florianópolis: UFSC. Tese de Doutorado, 1989.
7. BRAGA, Hilda Soares. Sistemas eleitorais do Brasil (1921-1988) - Senado Eleitoral, Brasília, 1990.

1. CARONE, Edgard. O PCB 1964 a 1982. São Paulo, 32 volumes. Difel, 1982.
2. CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistemas partidários em Santa Catarina (1945-1972). Florianópolis: UFSC, 1980.
3. CORRÊA, Carlos Humberto P. Um Estado entre duas Repúblicas. Florianópolis: UFSC, 1984.
4. DIAS, Maria de Fátima Sabino. Sindicalismo e Estado Cooperativista. O caso do sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem (1941-1950). (Dissertação de Mestrado), Florianópolis, UFSC, 1985.
5. DIAS, Maurício. Massacre sob encomenda. Revista Senhor. São Paulo, 19 de maio de 1987.
6. DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. 1930-1983, Fundação Getúlio Vargas.
7. DREYFUSS, René Armond. 1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpes de classes. 3ª ed. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
8. FERNANDES, Maria Luiza. Partidos e sindicatos dos trabalhadores na indústria de extração do carvão em Criciúma. Dissertação de Mestrado. UFSC, Florianópolis, 1992.

1. GERTZ, René. O fascismo no sul do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
2. LENZI, Silveira. Partidos e políticos de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1983.
3. MARTINS, Valmir. O golpe de 62 - a participação do grupo civil em Florianópolis. In: Santa Catarina em Perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis: Vozes, 1989.
4. MORAIS, Denis. À esquerda e o golpe de 64. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
5. PACHECO, Eliezer. O PCB 1922-1964. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.
6. POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
7. RIBEIRO, Manoel Alves. Caminho. Florianópolis: Gráfica Edeme, 1989.
8. SADER, Eder. À militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Polis, 1982.
9. SILVA, Elias Manoel. Os militares e o golpe de 1937. A estratégia do poder. Florianópolis: UFSC, 1991. (Dissertação de Mestrado).

6. SKIDMORE, Thomas. De Castelo a Tancredo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
5. STEPAN, Alfred. Os Militares: da abertura a Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
7. VIEIRA, Jaci Guilherme. Estudo preliminar das origens e decadências do PCB. Florianópolis, 1990. (datilografado).
8. VINHAS, Moisés. O Partido -- a luta por um partido de massas -- 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.
9. WEFFORT, C. Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. A conjuntura do pós guerra. Estudos CEBRAP, nº 4, abril/maio/junho de 1973, p. 86.

ENTREVISTAS

- DELHO, Nelson. Entrevista concedida ao autor em 29 de dezembro de 1992. Florianópolis, SC.
- ACERDA, Valci. Entrevista concedida ao autor em 29 de agosto de 1992. Florianópolis-SC.
- LUZ, Amadeu Hercílio da. Entrevista concedida ao autor em 26 de julho de 1991. Criciúma, SC.

ALHEIROS, Eglê da Costa. Entrevista concedida ao autor em 14 de março de 1991. Florianópolis-SC.

NOTTA, Roberto. Entrevista concedida ao autor em 30 de junho de 1990. Florianópolis-SC.

PACHECO, Ciro Manoel. Entrevista concedida ao autor em 17 de julho de 1991. Criciúma-SC.

RIBEIRO, Manoel Alves. Entrevista concedida ao autor em 19 de junho de 1991. Florianópolis-SC.

RIBEIRO, Manoel Alves. Entrevista concedida ao autor em 12 de maio de 1992. Florianópolis-SC.

VERZOLA, Alécio. Entrevista concedida ao autor em 27 de maio de 1991. Florianópolis-SC.

REVISTAS

DIAS, Maurício. Massacre sob encomenda. Revista Senhor, São Paulo, 19 de maio de 1987.

DOSSIÊ DA REPRESSÃO. Isto é, ano 2, nº 92, de setembro de 1978, p. 32.

OR CONTA DO AZAR. Veja, 4 de maio de 1977, Ed. Abril, nº 452.

XPEDITO FILHO. Autópsia da sombra. Veja, ano 25, nº 47, Ed. Abril, 18 de novembro de 1992.

JORNALIS

- O ESTADO: 1920 a 1950.

- A GAZETA: 1940 a 1947.

ARQUIVOS

- Tribunal Regional Eleitoral, Florianópolis-SC.

- Arquivo Público do Estado do Paraná.

- Arquivo Particular do Sr. Nildo Martins, Florianópolis, SC.

- Arquivo Particular de Ciro Manoel Pacheco, Criciúma-SC.

ANEXOS

TABELA I

Resultados eleitorais - Partido Comunista - 1945/47

(% sobre o total de votos)

Estados	Cong.Federal.	Pres.Republica	Assemb.Legislativa
	1945	1945	1947
Distrito Fedral	19,6	27,1	24,0
Pernambuco	15,7	13,8	15,1
São Paulo	13,6	13,8	15,1
Rio de Janeiro	11,8	13,1	11,7
Sergipe	8,3	8,1	6,0
Alagoas	7,3	7,4	9,5
Mato Grosso	6,6	6,9	6,9
Amazonas	5,5	7,8	2,3
Rio Grande do Sul	5,3	6,8	5,7
Bahia	5,2	6,2	3,9
Ceará	4,1	4,3	4,5
Paraíba	3,8	3,8	3,8
Pará	3,6	3,5	3,2
Espírito Santo	3,5	4,1	4,0
Paraná	3,4	3,5	3,7
Minas Gerais	2,4	1,6	2,3
Rio Grande Norte	2,4	6,4	2,4
Maranhão	1,1	0,9	1,7
Goiás	0,7	7,2	8,3
Santa Catarina	0,9	0,8	1,4
Piauí	0,5	0,5	0,6

Fonte: SOUZA, Yari Carneirão. Eleições e Sistemas Partidários em Santa Catarina

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 2 DE DEZEMBRO DE 1945
CANDIDATOS

MUNICÍPIO	ELEITORES INSCRITOS	ELEITORES COMPAREC. AS URNAS	CANDIDATO A PRESIDENTE DA REPUBLICA				ROLIM TELES
			EURICO GOUTRA	EDUARDO GOMES	YEDO FIUZA		
ARARANGUA	7.253	6.413	4.380	1.874	13	-	
ARAQUARI	2.231	2.025	1.602	394	2	-	
RIGUACU	3.401	2.942	1.170	1.113	19	-	
BLUMENAU	12.422	10.473	4.468	5.618	32	-	
BOM RETIR	4.729	3.995	2.001	1.680	1	-	
BRUSQUE	5.428	4.946	3.857	1.060	3	-	
CACADOR	4.546	3.815	2.637	815	8	-	
CAMBORIÚ	1.305	1.043	589	445	1	-	
CAMPOS N.	7.964	6.650	4.810	1.617	2	1	
CAMPO AL.	1.007	980	782	161	-	-	
CANDINHAS	7.079	6.344	4.604	1.480	18	3	
CONCORDIA	7.346	6.349	5.837	556	13	-	
CRESCIUMA	5.680	4.830	3.832	879	62	-	
CURITIBAN	4.068	3.513	2.191	1.227	4	-	
FLORIANOP	16.662	14.901	8.092	5.811	763	2	
GASPAR	2.793	2.336	579	1.709	1	-	
IBIRAMA	4.326	3.940	2.257	1.572	3	-	
IMARUI	2.382	2.052	1.191	322	2	-	
INDAIAL	4.239	3.903	1.580	2.067	-	-	
ITAIOPOL.	3.121	2.861	2.229	577	-	-	
ITAJAI	10.695	9.586	4.575	4.571	108	-	
JAGUARUNA	992	856	637	183	-	-	

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 2 DE DEZEMBRO DE 1945
CANDIDATOS

MUNICIPIO	ELEITORES INSCRITOS	ELEITORES COMPAREC. AS URNAS	CANDIDATO A PRESIDENTE DA REPUBLICA			
			EURICO GUTRA	EDUARDO GOMES	YEDO FIUZA	ROLIM TELES
JARAGUA S.	6.926	6.283	4.437	1.551	11	-
JOACABA	6.982	5.871	4.105	1.670	2	-
JOINVILE	11.962	10.513	7.203	2.970	137	27
LAGUNA	6.508	5.817	3.695	1.820	201	-
LAJE	13.606	10.869	6.697	3.660	10	-
MAFRA	4.919	4.637	4.072	432	23	-
NOVA TRE.	1.924	1.781	1.531	209	-	-
ORLEAES	4.425	4.104	3.756	378	3	4
PALHOCA	6.420	5.749	3.031	2.217	9	-
PORTO BE.	1.332	1.121	830	256	6	-
PORTO UN.	4.691	4.327	3.322	896	27	-
RIO SUL	11.613	9.673	4.856	4.572	5	-
RODEIO	3.566	3.183	349	2.355	-	-
S.F. SUL	3.609	3.363	2.295	824	171	1
S. JOAQUIM	4.569	3.925	1.830	1.699	4	-
SAO JOSE	4.308	3.914	2.307	1.360	20	-
SERRA ALTA	3.852	3.415	2.283	1.129	2	-
TIJUCAS	5.002	4.246	2.580	1.565	1	-
TIMBO	3.791	3.516	1.864	1.602	-	-
TUBARAO	9.654	7.883	5.655	1.445	39	-
URUSSANGA	3.989	3.410	2.588	704	44	-
VIDEIRA	4.919	4.456	3.133	631	32	-
TOTAL	1248.086	1216.827	1136399	69.676	1.802	38

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 2 DE DEZEMBRO DE 1945
PARTIDOS

MUNICIPIO!	P.S.D. !	U.D.N. !	P.T.B. !	P.R.P. !	P.C.B.
ARARANGUA!	3.978 !	1.773 !	208 !	81 !	9
ARAQUARI !	1.267 !	409 !	228 !	37 !	5
BIGUACU !	1.275 !	1.289 !	- !	80 !	25
BLUMENAU !	2.010 !	5.474 !	1.165 !	1.158 !	55
BOM RETIR!	2.112 !	1.668 !	- !	12 !	2
BRUSQUE !	2.616 !	1.026 !	674 !	489 !	17
CACADOR !	895 !	757 !	1.589 !	3 !	8
CAMBORIU !	571 !	439 !	6 !	11 !	1
CAMPOS N.!	4.595 !	1.588 !	40 !	19 !	2
CAMPO AL.!	674 !	167 !	77 !	8 !	-
CANOINHAS!	4.116 !	1.367 !	145 !	135 !	26
CONCORDIA!	5.205 !	661 !	352 !	- !	13
CRESCIUMA!	3.228 !	988 !	7 !	221 !	60
CURITIBAN!	1.959 !	1.204 !	52 !	127 !	2
FLORIANOP!	8.036 !	5.491 !	67 !	90 !	827
GASPAR !	487 !	1.670 !	63 !	16 !	3
IBIRAMA !	2.038 !	1.624 !	13 !	59 !	-
IMARUI !	1.483 !	363 !	19 !	8 !	3
INDAIAL !	1.364 !	2.070 !	51 !	205 !	-
ITAIOPOL.!	1.525 !	584 !	315 !	178 !	-
ITAJAI !	4.398 !	4.568 !	75 !	131 !	121
JAGUARUNA!	577 !	175 !	22 !	2 !	-
JARAGUA S!	2.076 !	1.584 !	177 !	2.027 !	10
JOACABA !	3.903 !	1.697 !	8 !	- !	4

CONTINUAÇÃO DA TABELA
 RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 2 DE DEZEMBRO DE 1945
 PARTIDOS

JOINVILLE !	1.510 !	2.358 !	5.747 !	399 !	136
LAGUNA !	3.206 !	1.763 !	204 !	126 !	214
LAJES !	6.037 !	4.109 !	- !	45 !	32
MAFRA !	3.125 !	437 !	672 !	43 !	27
NOVA TR. !	1.497 !	204 !	- !	23 !	-
ORLEAES !	3.178 !	352 !	16 !	294 !	2
PALHOCA !	3.150 !	2.339 !	16 !	40 !	15
PORTO BEL !	792 !	277 !	- !	- !	6
PORTO UN. !	2.716 !	871 !	298 !	4 !	33
RIO SUL !	3.250 !	4.414 !	24 !	1.307 !	5
RODEIO !	312 !	2.536 !	2 !	123 !	-
S.F.SUL !	1.659 !	769 !	144 !	417 !	169
S.JOQUIM !	1.969 !	1.684 !	- !	- !	5
SÃO JOSE !	2.346 !	1.403 !	5 !	16 !	21
SERRA ALTA !	1.076 !	885 !	1.087 !	243 !	-
TIJUCAS !	2.523 !	1.571 !	2 !	9 !	3
TIMBO !	1.357 !	1.620 !	3 !	339 !	-
TUBARÃO !	5.431 !	1.384 !	50 !	129 !	56
URUSSANGA !	2.211 !	693 !	143 !	117 !	48
VIDEIRA !	2.357 !	868 !	158 !	- !	37
TOTAL !	110.090 !	69.173 !	13.915 !	8.771 !	2.012

=====

FONTE: Secretaria do Tribunal Eleitoral do Estado de Santa Catarina - Resultado das eleições de 2 de dezembro de 1945.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 APURAÇÃO FINAL DO PLEITO DE 19 DE JANEIRO DE 1947 E
 RENOVAÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1947

=====

! CANDIDATO A GOVERNADOR DO ESTADO

=====

ZONA ELEITORAL	ADERBAL R. SILVA	IRINEU BORNH.	CARLOS SADA	VOTOS BRANCOS	VOTOS NULOS	SOBRECARTAS A MENOS
ARARANGUA	2.720	2.423	76	84	22	-
BIGUACU	1.191	1.114	1	12	7	-
BLUMENAU	4.014	5.449	226	168	195	-
BOM RET.	1.627	1.451	12	34	93	-
BRUSQUE	2.296	1.460	288	61	5	-
CACADOR	2.417	3.752	20	65	276	-
CAMPOS N.	3.127	2.603	3	66	95	-
CANOINHAS	2.634	2.129	8	58	260	-
CONCORDIA	2.049	2.891	4	43	234	2
CRESCIUMA	2.668	1.277	28	72	17	-
CURITIBAN	1.726	966	15	53	99	-
FLORIANOP	2.743	2.166	19	59	28	-
FLORIANOP	4.290	4.290	51	101	49	-
IBIRAMA	1.197	1.703	44	30	6	-
INDAIAL	2.506	3.228	7	28	21	-
ITAJAI	4.835	4.951	88	45	204	8
JARAGUA S	1.493	3.009	544	34	36	-
JOACABA	2.458	2.630	-	46	43	-
JOINVILE	3.117	5.433	214	74	77	-
LAGUNA	4.017	2.342	65	83	123	-
LAJES	3.072	1.355	35	204	109	-
MAFRA	3.987	1.858	46	125	50	-

CONTINUAÇÃO DA TABELA
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 APURAÇÃO FINAL DO PLEITO DE 19 DE JANEIRO DE 1947 E
 RENOVAÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1947

=====						
! CANDIDATO A GOVERNADOR DO ESTADO						
!-----						
ZONA ELEITORAL	ADERBAL R. SILVA	IRINEU BORNH.	CARLOS SADA	VOTOS BRANCOS	VOTOS NULOS	SOBRECARTAS A MENOS

ORLEAES	2.493	731	55	51	143	-
PALHOCA	2.808	2.046	17	39	101	-
PORTO UN.	1.602	1.731	12	72	132	-
RIO SUL	3.079	3.156	417	82	125	-
S.F.SUL	2.166	2.086	40	61	146	-
S. JOAQUIM	2.107	1.094	1	30	10	-
SAO JOSE	1.823	1.282	16	39	24	-
SERRAALTA	1.643	1.937	12	24	35	2
TIJUCAS	3.700	2.315	10	60	82	-
TIMBO	1.470	1.569	-	25	-	-
TUBARAO	4.711	1.907	46	48	76	-
URUSSANGA	1.590	931	118	37	123	-
XAPECO	3.355	2.046	-	89	230	-
TOTAL	195.740	181.313	2.538	2.202	3.282	12
=====						

=====

Fonte: Secretaria do Tribunal Eleitoral do Estado de Santa Catarina.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 APURAÇÃO FINAL DO PLEITO DE 19 DE JANEIRO DE 1947 E
 RENOVAÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1947

=====

! LEGENDAS PARTIDARIAS ESTADUAL

ZONA ELEITORAL!	P.S.D.!	U.D.N.!	P.T.B.!	P.R.P.!	P.C.B.!	BRANCO!	NULO!	SOBRE CARTA MENOS
ARARANGUA!	2.290!	2.583!	103!	100!	42!	153!	52!	-
BIGUACU !	1.133!	974!	76!	47!	48!	36!	11!	-
BLUMENAU !	3.228!	4.567!	916!	678!	32!	456!	175!	-
BOM RET. !	1.534!	1.456!	35!	96!	1!	113!	89!	-
BRUSQUE !	1.986!	46!	1.545!	414!	3!	96!	20!	-
CACADOR !	1.965!	2.588!	434!	1.032!	71!	269!	310!	-
CAMPOS N.!	2.933!	2.386!	159!	123!	5!	192!	96!	-
CANDINHAS!	2.430!	2.253!	9!	78!	13!	155!	276!	-
CONCORDIA!	2.817!	1.947!	88!	96!	11!	143!	119!	2
CRESCIUMA!	2.099!	958!	556!	164!	76!	154!	55!	-
CURITIBAN!	1.447!	973!	26!	187!	3!	86!	137!	-
FLORIAN.1!	2.536!	1.776!	183!	44!	290!	96!	90!	-
FLORIAN.2!	3.719!	3.193!	580!	88!	902!	135!	164!	-
IBIRAMA !	1.221!	1.613!	34!	40!	-!	69!	3!	-
INDAIAL !	2.454!	3.121!	56!	45!	-!	96!	18!	-
ITAJAI !	3.990!	4.350!	861!	300!	212!	203!	207!	8
JARAGUA S!	1.381!	2.686!	75!	78!	18!	101!	74!	-
JOACABA !	2.345!	2.598!	39!	2!	9!	129!	65!	-
JOINVILE !	2.264!	5.191!	832!	227!	107!	140!	154!	-
LAGUNA !	3.865!	1.206!	871!	145!	197!	155!	191!	-
LAJES !	5.116!	1.888!	278!	41!	46!	276!	130!	-
MAFRA !	3.442!	1.369!	746!	92!	29!	298!	90!	-

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 APURAÇÃO FINAL DO PLEITO DE 19 DE JANEIRO DE 1947 E
 RENOVAÇÃO DE 30 DE MARÇO DE 1947

=====

! LEGENDAS PARTIDARIAS ESTADUAL

ZONA ELEITORAL!	P.S.D.!	U.D.N.!	P.T.B.!	P.R.P.!	P.C.B.!	BRANCO!	NULO!	SOBRE CARTA MENOS
ORLEAES !	2.327!	77!	784!	136!	12!	103!	162!	-
PALHOCA !	2.664!	1.903!	188!	33!	49!	38!	142!	-
PORTO UN.!	1.817!	1.285!	72!	43!	20!	177!	135!	-
RIO SUL !	2.861!	2.979!	260!	519!	14!	91!	267!	-
S.F.SUL !	1.951!	2.062!	198!	66!	76!	100!	170!	-
S.JOQUIM!	2.029!	1.104!	16!	2!	8!	71!	12!	-
SAD JOSE !	1.528!	1.162!	242!	29!	47!	78!	98!	-
SERRAALTA!	1.516!	1.352!	139!	621!	2!	85!	47!	2
TIJUCAS !	3.278!	1.836!	623!	259!	13!	149!	123!	-
TIMBO !	1.624!	1.344!	15!	24!	-!	56!	1!	-
TUBARAO !	4.724!	1.652!	144!	151!	137!	248!	80!	-
URUSSANGA!	1.454!	815!	116!	171!	39!	94!	110!	-
XAPECO !	2.960!	1.491!	438!	356!	12!	216!	247!	-
TOTAL	!86.923!	!68.784!	!11.637!	!7.230!	!2.544!	!5059!	!4.113!	!12

=====

FONTE: Secretaria do Tribunal Eleitoral do Estado de Santa Catarina.

A VOZ

Nº 13

DA
JUVENTUDE
DO
MDB
FPOLIS. - S.C.

greve de fome

Protesto de presos políticos

Segundo informação divulgada em Florianópolis, os presos políticos Alécio Verzola, Marcos Cardoso Filho e Roberto Coligni iniciaram greve de fome no último dia 18. Eles distribuíram manifesto onde afirmam que recorreram à medida porque

as normas jurídicas não foram respeitadas na elaboração do inquérito militar. Os presos afirmam que foram torturados e que todos os esforços de seus advogados para que as autoridades observassem as normas legais na tramitação do inquérito foram em vão.

O vice-presidente e o secretário do setor jovem do MDB de Santa Catarina, Marcos Cardoso Filho e Alécio Verzola, e mais o eletrotécnico Roberto Coligni acusados de subversão e que se encontram presos desde novembro de 1975, em Florianópolis, iniciaram greve de fome há cinco dias e pretendem mantê-la até que seja definida a sua situação. Os três assinaram um manifesto, datado de 18 de abril último, no qual reclamam estar sendo mantidos sob prisão preventiva sem culpa formada. E acusam o IPM, no qual foram arrolados, de ter sido iniciado "com prática de seqüestro" e prosseguido com torturas, ameaças de fuzilamento e prisões de familiares.

FOLHA DE S. PAULO

Domingo, 24 de abril de 1977

O ESTADO DE S. PAULO

DOMINGO, 24 DE ABRIL DE 1977

Unimo-nos às manifestações estudantis de caráter plenamente voltado para a soltura imediata dos quatro operários e quatro estudantes, detidos no ABC paulista no dia primeiro de maio e, nos juntamos à Frente Democrática que luta PELA ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA DE TODOS OPERÁRIOS, ESTUDANTES E INTELLECTUAIS PRESOS, EXILADOS OU BANIDOS DO PAÍS; FIM ÀS TORTURAS, PRISÕES E PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS; PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS; E PELA REALIZAÇÃO DE UMA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, ELEITA PELO VOTO POPULAR.

Estudantes enviarão carta para a Anistia

Reunidos em assembleia, sexta-feira à tarde, na PUC, cerca de 3 00 alunos apreciaram as seguintes propostas: 1) encaminhar uma carta à Anistia Internacional; 2) convocar universitários para uma jornada nacional de luta pela libertação dos operários e estudantes presos; 3) pedir anistia total aos presos políticos.

Na carta a ser encaminhada à Anistia Internacional, os estudantes pedem que "o maior número de setores da população de cada país se manifeste diante das embaixadas brasileiras em torno das medidas de repressão que há treze anos são a tônica de nossa História".

Os estudantes apreciaram, também, a criação de uma jornada nacional que propõe "a manifestação de atos públicos como os de quinta-feira última, em todas as capitais brasileiras".

FOLHA DE S. PAULO

8 - de maio

A "Carta Aberta"

"Hoje, consente quem cola: Basta às prisões. Basta da violência. Não mais aceitamos mortes como as de Wladimir Herzog (jornalista e professor), Manuel Fiel Filho (operário) e Alexandre Vanucchi Leme (estudante, que é hoje nome do DCE-Livre da USP). Não aceitamos que as autoridades maltratem e matem nossos companheiros. Não queremos aleijados heróis como Manuel do Concelião.

"Hoje viemos às ruas para exigir a imediata libertação de nossos companheiros operários — Celso Brambilla, Márcio Bosseto Paes, José Maria de Almeida e Adimir Marini — e estudantes — Fernando Antonio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Fortuna Dwek, Cláudio Júlio Gravina — presos sob a alegação de subversão.

"Hoje, neste país, são considerados subversivos todos aqueles que reivindicam os seus direitos: todos aqueles que não aceitam a exploração econômica, o arrocho salarial, a alta do custo de vida e as péssimas condições de vida e trabalho. Todos aqueles que protestam contra os contínuos atos de violência policial.

"Subversivos, enfim, são considerados os que infringem a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico que justifica a repressão contra os mais legítimos movimentos da população.

"Hoje, não mais suportamos os correntes. Exigimos das autoridades o respeito às liberdades de manifestação, expressão e organização de todos os setores oprimidos da população.

"Queremos falar contra os que nos oprimem. E entendemos que a melhor maneira de falarmos e de lutarmos contra os que nos oprimem, por meio da exploração econômica, da violência política e da violência policial, é através do sindicatos e entidades livres de nossos organizações independentes.

"Na Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo os estudantes criaram as suas entidades livres (os Diretórios Centrais de Estudantes, DCEs-Livres da USP e da PUC). Livres, porque não nos submetemos às leis impostas pelas autoridades que não querem aceitar eleições livres e diretas, que impedem a nossa liberdade de manifestação e de organização.

"Porque não mais aceitamos as mordidas é que hoje exigimos a imediata libertação de nossos companheiros presos não pelas alegadas razões de subversão, mas porque lutam pelos interesses da maioria da população explorada: contra a carestia, fim do arrocho salarial, liberdade de organização e expressão para reivindicar os seus direitos.

"É por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras: Fim às torturas, prisões e perseguições políticas; Libertação imediata dos companheiros presos; Anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos; Pelas liberdades democráticas."

FOLHA DE S. PAULO sexta-feira, 6 de maio

ALGUNS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA HUMANA

- Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, de humano ou degradante.
- Todos são iguais perante a lei.
- Todo homem tem direito a receber dos tribunais garantias efetivas contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela constituição e pelas leis.
- Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente, até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- Ninguém será sujeito a interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar, na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação.

TODOS ao ATO PÚBLICO PELA ANISTIA

anexo 3

Neste momento em que os estudantes da USP, convocados pelo DCE, se mobilizam pela libertação de Roberto João Motta, tendo em perspectiva a realização de um Ato Público nesta sexta-feira (4/6), no Bloco de História e Geografia, vêm acontecendo alguns fatos que indicam que o regime militar promove uma nova escalada repressiva, para tentar destruir toda forma de oposição que surge na vida nacional.

Assim, 19 estudantes da Universidade de Brasília são suspensos, enquanto as eleições para seu Diretório Universitário são proibidas pela reitoria. No Rio Grande do Sul, a burocracia universitária se junta ao aparato repressivo para tentar impedir a realização da Semana de Luta pelas Liberdades Democráticas.

Na USP, funcionários da reitoria invadem a sede provisória do DCE, em Ciências Sociais, quebrando vidros, trocando a fechadura e exigindo sua desocupação pelos estudantes. Ao mesmo tempo, funcionários de diversas escolas tentam colaborar com a polícia para fazer o levantamento dos dados pessoais sobre os nove membros da diretoria do DCE - recém-eleita por 4.300 votos.

Na FAU, os estudantes paralisam suas aulas para discutir o curso; para tentar amedrontá-los, o diretor resolve dar falta coletiva. Na escola de Geologia, o reitor tenta proibir uma feira de livros. Na Física, salas de aulas são fechadas, impedindo seu livre uso pelos alunos. Nas Ciências Sociais, o bedel tenta proibir os alunos do 1º ano de fazer seu mural de classe. No mesmo dia, funcionários da burocracia universitária se recusam a abrir o auditório da escola, tentando proibir, assim, que se passasse um filme sobre Getúlio Vargas, seguido de debates.

Em São Carlos, a polícia tenta instalar uma cabine de vigilância na porta do Campus: uma maneira nada discreta de vigiar a entrada de estudantes, que poderá ser seguida, quem sabe, pela revista a quem entra e quem sai da escola. Isso para falar do Movimento Estudantil.

O Jornal Movimento continua a sofrer uma censura cada vez mais intensa - um de seus números mais recentes não saiu porque mais de 90% do material foi censurado.

Depois das cassações, vem a Lei Falcão, para controlar ainda mais as farsas eleitorais da ditadura. Agora, os candidatos à "vereadores" na farsa eleitoral de 15 de Novembro próximo estão proibidos de falar nas estações de rádio e TV. Enquanto isso, o MDB tenta pedir à ditadura que deixe os candidatos a "prefeitos" fazerem campanha nas rádios e TVs.

Na Assembléia Universitária de sexta-feira passada, foi jogada uma ampola de amônia sobre os estudantes que discutiam a preparação do Ato Público, que havia sido aprovado durante a Semana de Luta pelas Liberdades Democráticas, juntamente com outros setores sociais. Este fato - e os outros acima levantados - demonstra que o Ato Público é bem mais do que uma manifestação em defesa de Roberto João e por uma anistia ampla e irrestrita a todos os presos, exilados e banidos.

O AVANÇO DA REPRESSÃO

A repressão se volta para o movimento estudantil - assim como para outros setores da sociedade que contestam o regime militar.

Mas a repressão não atua simplesmente porque o regime militar assim o deseja. O aparato repressivo se move num quadro político mais amplo, onde se pode notar uma retomada, ainda que embrionária e elementar, das lutas operárias e estudantis. E foram justamente estas lutas que levaram o aparato repressivo a recuar diante da massa de Alencar, do Comitê de Defesa dos Presos Políticos, das manifestações em protesto pela morte do jornalista Vladimir Herzog e pela morte do metalúrgico Manuel Fiel Filho.

O momento de crise econômica e política ("não sei o que vai acontecer no país daqui para a frente", confessou o governador de Minas Gerais à O Estado), é justamente o momento em que o regime militar

não pode definir com clareza os caminhos que vai seguir. Assim, se em alguns momentos a repressão assume formas institucionalizadas, em outros acontece justamente o contrário: o próprio regime militar encobre o funcionamento e a manutenção de aparatos repressivos clandestinos, que se questram estudantes e trabalhadores, para torturá-los em sítios clandestinos.

Tanto a forma institucionalizada como a clandestina se combinam. A manutenção do regime militar depende de sua capacidade de impedir a livre organização da classe operária, super-explorada pelo arrocho salarial, pelas péssimas condições de vida e trabalho no campo e na cidade.

A IMPORTÂNCIA DO ATO PÚBLICO

Em outras palavras, ao lutar por seus direitos elementares, os trabalhadores e estudantes se chocam com uma ditadura e preparam o terreno para a conquista das liberdades democráticas.

O ato público de sexta-feira vem carregado desse sentido. Num momento em que 12.258 estudantes disseram NÃO aos decretos repressivos, votando e reconstruindo sua entidade livre, o DCE; num momento em que a ditadura vai julgar trabalhadores e estudantes (num total de 70 pessoas, entre as quais alunos e professores da USP, presos e torturados juntamente com Vladimir Herzog); num momento em que Roberto João, presidente do DCE de Santa Catarina, é preso e torturado; quando as provocações policiais dentro da USP se intensificam, cabe aos estudantes manifestar seu repúdio total à ditadura, exigindo a ANISTIA GERAL E IRRESTRITA A TODOS OS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS.

Lutar em defesa de suas conquistas, sua liberdade de expressão e organização, é dar um passo a frente rumo à consolidação de um amplo movimento nacional pelas liberdades democráticas?, que apenas poderá ser conseqüente se dirigida pelos trabalhadores.

TODOS AO ATO PÚBLICO !

PELA IMEDIATA LIBERTAÇÃO DE ROBERTO JOÃO !

PELA ANISTIA GERAL E IRRESTRITA A TODOS OS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS !

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!

liberdade
e
luta

(ALEGAÇÕES FINAIS, PELO MPM, NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 745)

folha três

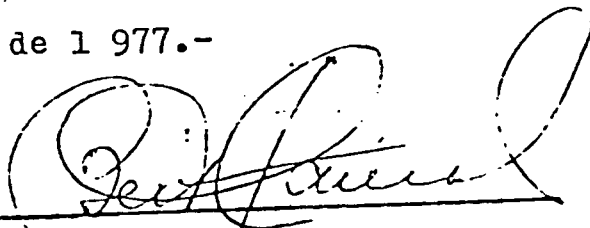
anexo4
setembro de 1969:

anos de reclusão;

a) TEODORO GHERCOV, à pena de três
b) ALÉCIO VERZOLA, AMADEU HERCÍLIO
DA LUZ, CIRINEU MARTINS CARDOSO, CYRO MANOEL PACHECO, ELENEIDE
LÍCIA MARTINS, JOBE SILVA DA NOVA, JORGE JOÃO FELICIANO, LOURI-
VAL SPÍNOLA, LUIZ GERALDO BRESCIANI, LUIZ JORGE LEAL, MARCOS
CARDOSO FILHO ROBERTO COLOGNI ROBERTO JOÃO MOTTA, ROQUE FELI-
PE SEBASTIÃO ERNESTO GOULARTI TULLIO VALMOR BRESCIANI, VALCI LA-
CERDA, VLADIMIR SALOMÃO DO ANARANTE, WALDEMAR JOÃO DOMINGOS,
WALTER HENRICH WILLY HORN e WILSON ROSALINO DA SILVEIRA, à
pena de dois anos de reclusão;

Aos demais acusados, esta Procura-
doria não solicita apenação, pelos motivos já expostos.

Procuradoria do Ministério Públi-
co Militar, junto à Auditoria da 5ª C J M, em Curitiba-Pr, aos
dezesseis dias do mês de setembro de 1977.-



BERTINO RAMOS

Procurador em exercício

DAS MASMORRAS

O prédio onde fomos torturados, supomos esteja situado na xx
a 7 de setembro, em Curitiba.

No portão central havia uma guarita, guardada por um soldado
do exército; depois, uma calçada e em seguida um corredor a céu aberto, um gal
vão, dois prédios e nos fundos duas casas.

No prédio 1, estava situado um banheiro, três celas, sala de
interrogatórios, onde eram aplicadas choques elétricos; também, os escritórios
dos torturadores.

No prédio 2, haviam três celas, uma dependência com te
lefone, rádio e a cozinha.

No galpão estava situada uma enfermaria que servia como sala
de interrogatórios, com cama e farmácia.

Das duas casas, apenas uma era utilizada, como sala de interro
gatórios, e onde eram levadas a cabo as sevícias.

As masmorras, eram sem qualquer ventilação, cobertas de ODI no
teto e nos ~~quatro~~ colchões, sem luz solar, travesseteiro e lençol e, os beliches
traziam a seguinte inscrição: BTL LOG.

Havia sangue coagulado nas paredes e no chão.

A porta das masmorras eram de madeira, trançada por fo
sfo, com um cadeado.

O interior da cela um escuro, havendo uma lampada e o inter
ruptor ficava do lado de fora.

Do lado das celas externas, estavam localizados os serviços
de rádios e telefonia, cujo número do fone lembramos ser: 226391 ou 226193.

As masmorras nº 1 e 2, eram guardadas por um cano instala
do horizontalmente (desenho), onde os presos ~~eram~~ tinham o pu
lho e uma perna atados por alças e ali ficavam pendurados durante horas, com
o corpo suspenso.

DOS TORTURADORES

Os torturadores, na maioria traziam um crachá com a inscri
ção "CLINICA MARUMBI", eram os seguintes:

1. Leonel, com aproximadamente 1,70 m, cor morena clara, bar
ba cerrada, bigode espesso, cabelos médios ondulados, tipo gordo, entroncado,
aparentando 35 anos.

2. Adolfo, magro, baixo, mais ou menos 1,67 m, cabelos pretos
curto, liso, bigode, moreno claro, aparentando 37 anos.

3. Sidnei, de aproximadamente 1,80 m, loiro, com 35 anos, ca
belos lisos - corte militar, fisicamente ~~xxx~~ forte.

4. Dr. Roberto ou Julio, magro, com aproximadamente 1,80 m,
aparentando 30 anos, cabelos lisos pretos, cor clara.

5. Jorge, com mais ou menos 1,70 m e uns 28 anos de idade, ca
balo crespo - castanho, cor branca, gordo.

6. Dois cozinheiros que serviam o café e refeições na masmor
ra.

7. Quatro carcereiros que inclusive participavam da sevícia.

8. Equipe de três interrogadores que estavam sendo preparada
à qual servimos de cobaias para treinamentos de interrogatórios.

9. Um louro, alto, cabelo corte militar, que era chamado de
Chófo.

10. Mais seis interrogadores.

11. Major Souto - interrogava e supervisionava os trabalhos no
632 Batalhão de Infantaria em Fpolis, gordo, moreno, cabelo liso preto(?), pos
sui uma mancha branca circundando a região dos lábios, de aproximadamente 1,60m.

12. DR. Carlos, de estatura média, magro, cor branca, cabelos
castanhos lisos, bigode fino, estava muitas vezes acompanhado do MJ Souto, cuja
função era receber presos no 629 BI.

13. Doz "policiais" que efetuavam o sequestro.

14. Um médico, militar.

15. Um enfermeiro.

16. Encarregado do Inquérito - Cel. Lucio Jaimes Acosta, negro,
alto, magro, funcionário da Polícia Federal em S.C.

17. Escrivão do Inquérito, loiro, estatura média, aparentando
45 anos de idade, funcionário da P.F. em S.C.

18. Luiz Carlos Nobre, agente da PF em S.C.

19. ~~Um~~ estava se como chefe da Operação Barril

ga Verde; em Curitiba usava o nome de D. Rui, com mais ou menos uns 50 anos, cabelos lisos, pretos grisalho, usava óculos de grau, cor clara.

DAS FALSAS TESTEMUNHAS

Desconhecidas por nós e arroladas na Denúncia como "testemunhas", diga-se falsas testemunhas que são: Aldo Paulick, Moacir Nuembarg e Maria José Silva dos Santos, todos funcionários da PF, Superintendencia Regional do Estado de S.C.

J DOS INSTRUMENTOS E FORMAS DE TORTURAS

Além dos já descritos, as seguintes:

1. Óculos para solda, tendo o vidro coberto com fita isolante, possuindo no lado um tampão, e de haste a haste, um elastico amarrado.
2. Pondura, consistindo em um cano de ferro, galvanizado, com mais ou menos duas polegadas, instalado de parede a parede da cela, paralelo ao chão, distante uns 20 centímetros e a um metro do piso, no qual o cidadão sequestrado era pendurado, ficando suspenso, sendo que tinha atado ao cano, por algemas, o punho esquerdo e o pé direito.
3. Palmatoria - é uma raquete de madeira (cerca de uma polegada de espessura), a qual serve para bater na palma das mãos e na sola dos pés. Quando usavam nas mãos, o preso ficava nú de pé, sobre uma lata e com os braços estendidos. No segundo caso, o preso era sentado em uma cadeira e descalço, mandavam colocar a perna sobre a mesa e batiam na sola dos pés.
4. Capuz - é um pano preto encorpado, tendo na base uma corda para apertar, à qual será dado um nó. Enfiavam o capuz na cabeça.
5. Afogamento - de capuz, o preso era segurado, enquanto era jogado água misturada com detergente ou criolina em todo o capuz. Também havia uma banheira ou depósito de água, em que era o preso afogado.
6. No cano das celas, algemavam as mãos, não permitindo que o pendurado sentasse ou ficasse de pé.
7. Pau-de-arara - de beliche a beliche, era instalado um ferro galvanizado, de mais ou menos uma polegada de espessura, e o preso era pendurado, sendo que as mãos algemadas, ficavam por baixo do dos joelhos e o ferro passava por entre o antebraço e a coxa. O corpo ficava suspenso, entretanto de cabeça para baixo, onde era derramada água com criolina ou detergente, continuamente, sobre o rosto, boca, nariz e olhos.
8. Luzes - consiste em dois projetores de luz forte, direcionados ao rosto do interrogando.
9. Cutelação e socos na barriga e no estomago.
10. Apertavam e puxavam os músculos situados: nas mãos, entre o dedo indicador e o polegar e, os do pescoço.
11. Apalpavam o fígado e o apertavam.
12. tapas e esgarros no rosto.
13. Chutes em todas as partes do corpo, especialmente nas nádegas.
14. Cabo de vassoura introduzido no ânus.
15. Revolver, no qual era colocada apenas uma bala carregada no tambor e depois apontavam a arma em direção a cabeça e iam acionando o gatilho, durante o interrogatório.
16. Surra, deixando o preso nú e encapuzado, o colocavam no meio de uma roda de torturadores e aplicavam empurrões, chutes, bofetadas e telafones. (Tela de vidro)
17. Telefone - consiste em estando o preso encapuzado, o torturador com as duas palmas da mão, em posição de cunha, bater simultaneamente nos ouvidos.
18. Pancadas na altura dos rins e na coluna vertebral.
19. Ato indecoroso - o preso ficava nú e passavam a mão ou pedaço de madeira nas nádegas e no pênis.
20. Braza de cigarro - estando o cigarro aceso, o torturador algemava o preso e queimava partes do corpo com a brasa.
21. Choque elétrico - era aplicado com dois tipos de aparelho. Ambos tinham uns 30 cm de altura por 15 de largura. Um possuía uma manivela ao lado e outro alguns botões, os quais, quando acionados, transmitia energia. Um interruptor do aparelho, saíam dois fios de cobre, que eram atados aos dedos

de cada mão, ou colocados à pule com esparadrapo, oundo regiões proféidas, o dodo e os rins.

22. Café quente no saco - jogavam café quente no escroto e no ponis, quando o preso estava sobre a latinha, completamente nú.

23. Alicates - fios de barba são arrancados com um alicate.

24. Bate cadoado - o cadoado das masmorras; estavam instalados do lado de fora. De tempo em tempo, mexiam no cadoado, abrijo-o e fechando, criando tenção para o preso. Isso durante o dia e a noite.

25. Acondo ae apaça a luz - às vezes deixavam a masmorra na mais completa escuridão. Depois acendiam a luz e minutos após, apagavam. Essa procedimento durava horas.

26. Necessidades fisiológicas - não permitiam queo preso, quando pedia, fosse levado ao banheiro para urinar, defecar, lavar-se ou para higiene corporal e, quando permitiam, usavam o "capuz ou óculos"; entretanto, essa necessidade era negociada quando do interrogatorio, de ma neiras que se admittisse a estoria ou falasse alguma coisa, era dada a permissão.

27. Fome, sal e sede - muitas vezes não forneciam comida e quando o faziam, a salgavam demasiado. Podiamos para que dessem água e não davam ouvidos para negociarem o fornecimento no interrogatorio.

28. Médico e enfermeito - o dito médico e enfermeiro, compareciam suase diariamente no local e mediam a pressão verificando se estava o preso em condições de susportar a torbura. Escrevia sempre em uma papaleta: pressão normal.

29. Um rádio transmissor ligado permanentemente, qua atendia pela senha: "Alô, ambulancia chamando clinica marumbi".

30. Exibição de presos sendo torturados, aosainda não torturados.

31. Uso da bata - despiam o preso e mandavam o mesmo colocar um saco que possuia dois orificios para passar os braços e um corte para a cabeça. O sauo estava imundo e fedendo a fezes.

32. Gravações continuas de homons, mulheres e crianças, sendo seguidamente torturados (gritos desesperadores).

33. Ameaças de que se não falasse, receberiam os tratamentos aqui descritos, os nossos familiares e de que nos matariam.

34. A despersonificação do preso - através do terror, da ameaça de morte, das torturas físicas e psicologicas, induzindo e também instigando o preso ao suicídio, até dizendo: "porqueno te matas? sabes que não tens escolhas??".

35. Isolamento total, durante e até a prestação do depoimento perante o Encarregado do Inquerito.

36. Negative de assistencia de advogado em Curitiba e pelo Encarregado do Inquetito.

37. não permissão de que o preso ropousasse, pois osinterrogatórios eram na parte da manhã, da tarde e damadrugada, sendo sempre mantido um clima de permanente terror e com revezamento dos interrogadores.

38. Já em Fpolis, a promessa do Bel. Lúcio Acosta, Enc. Inq., era de que, se não assinasse os depoimentos por ele confeccionados, mandaria-nos de volta para curitiba, para que fossemos novamente torturados.

39. Promessa pelo Enc. do Inq., de que torturaria nossosfamiliares; -- o que de fato em alguns caso o fez -- aproveitando da oportunidade em que nossas esposas foram apanhar autorização para x visita, onde então tratou-as em sala reservada de "sem vergonhas e putas; também fazendo proposta de que se elas reconhecessem algumas fotografias, seus maridos seriam soltos imediatamente.

40. Interrogatorios pelo encarregado do Inquetito - Bel. Lucio durante o periodo noturno. Nos apanhava na parte da manhã ou da tarde e deixava passar das 18.00 horas, quando então intensificava as atividades, exigindo que o interrogado assinasse os depoimentos sem ler, senão xxxix iria "ontrar no pau". Provas do horário de retorno, existem na policia militar de S.C.

41. Bofotadas dadas em interrogatoix pelo Bel. Lucio, durante o interrogatorio, exigindo a assinatura no papel que ele apresentava como depoimento.

42. Aplicação de choque elétrico em presos durante o interrogatorio, para que assinasse os depoimentos elaborados pelo Enc. Inq.; quem acionava a maquina de choque era o proprio bel. lucio e junta estavam agente negro. (A tortura era em uma sala que ficava no terreo do prédio da PF).

43. Não fornecimento de comida e água aos interrogados, pelo

- 5-
44. Ameaça por parte do bel. Lúcio, de instalar em Fpolis, uma subsidiária da "clínica Marumbi".
 45. Invasão do domicílio dos presos, sem qualquer explicação, penetrando na casa e fotografando o local, ~~sem~~ autorizado pelo Bel. Lúcio.
 46. Exibição pelo bel. Lucio de papéis e anotações que eram utilizadas pelos torturadores em Curitiba e dos relatórios do que deveria constar nos depoimentos, que ele, por seu livre arbítrio, transcrevia.
 47. Desrespeito e emprego de palavras ofensivas ao Exmo Sr. Presidente da República e ao Exmo Sr. Governador do Estado de S.C.
 48. Tentativa de incriminação de parlamentares e outros políticos eclesiásticos, no inquerito.
 49. Proposta por parte do torturador Leonel, em Curitiba, que com uns CR\$. 50.000,00 ou CR\$ 100.000,00, resolveria o problema do interrogado, aliviando a situação, mas para tanto teria que ser contratado o advogado de nome Dr. Godoy, que era militar e fazia o que queria dentro da Auditoria.
 50. Ouvida pelo Bel. Lucio, de presos em estado psíquico anormal que depois tiveram que ser internados no Manicômio Judiciário de S.C.
 51. Pelo Bel. Lucio, em companhia exclusiva de seu escrivão, ~~xxx~~ e do Major Souto também, foram ouvidos no Hospital Gov. Celso Ramos, em Fpolis, dois presos que se encontravam internados, estando um com cardiopatia grave e outro com acidente vascular encefálico (derrame).
 52. Colocação de venda nos olhos do preso, durante os interrogatórios, pelo bel. Lucio, que seguidamente mandava assinar as declarações elaboradas por ele e devidamente copiadas dos relatórios que recebia de Curitiba.
 53. Os interrogados eram ouvidos diversas vezes pelo Bel. Lucio, que inclusive rasgava "depoimentos" anteriores, pois conforme dizia: "A história precisa fechar e não vou permitir que estraguem o meu trabalho".
 54. Ameaças de morte pelo Bel. Lucio, dizendo que a coisa era fácil, pois está na moda simular um acidente de veículo, uma fuga ou suicídio.
 55. Palavrões ao interrogado pelo Bel. Lucio, tais como: comunista filho da puta, comunista de merda.
 56. Quando foi solicitado advogado e se que comunicasse a Ordem dos Advogados ~~xxxxxxxx~~ que havia bachareis presos, disse o Enc. do Inq., que ele fazia a lei era ele; que já havia entrado em contato com a OAB de S.C. e que lhe deu todo o apoio nos seus atos e que não interviria no caso e prova é que não manifestaria.
 57. Isolamento por ordem do Enc. do Inq., de presos, depois da incomunicabilidade, em uma delegacia de policia, sendo uma no Estreito e outra no Centro.
 58. Negativa de fornecimento de certidão a alguns presos, acerca dos motivos da prisão.
 59. Não comunicação aos familiares por parte da "autoridade", que houve a prisão, deixando os familiares totalmente desesperados.
 60. Invasão de firmas e escritórios de advocacia, sem qualquer autorização ou ordem.
 61. Não devolução de objetos apreendidos, pelo Enc. do Inq.
 62. Apropriação de dinheiro de presos em Curitiba, pelos torturadores.
 63. Isolamento até a presente data de dois presos políticos, do 42 Batalhão da P.M., cuja prisão é subterrânea, não oferecendo as mínimas condições, a comida é horrível e intragável, estando os presidiários em estado péssimo de saúde.

DOS INTERROGATORIOS

Todos os presos políticos ficaram em média, durante dez dias em Curitiba, onde por ordem do Enc. do Inq. - Bel. Lucio, que determinou a prisão de forma ilegal já esboçada e onde de uma maneira ou de outra, fomos torturados de forma e com os instrumentos acima descritos.

Os dez dias foram de isolamento total e de repetidos interrogatórios, que eram feitos por equipes que se revezavam, não permitindo que o interrogado, repousasse um só momento.

As torturas foram aplicadas de diferentes formas, imagináveis até, e impossível de terem sido criadas pela mente humana. Elas eram permanentes, iniciando com o sequestro, cujo "óculos" causava profunda dor no olho, que penetrava na escuridão um filote de luz, por uma pequena fresta marginal. Além disso, machucava o nariz, as sombrancelhas e as bochechas debaixo dos olhos, deixando marcas profundas e avermelhadas. Chegava-se a derramar lágrimas, ter dor de cabeça e

Sem qualquer explicação sobre os motivos da prisão, sequestrados
tentos, levados para um local indeterminado, debaixo de armas, ameaças, pancas,
carras, algemas e ácidas gargalhadas dos sequestradores.

Conseguimos nos aperceber que estávamos sendo conduzidos para Curitiba.

Antes de sermos encarcerados nos despojaram de todos os pertences e nos atiraram em uma masmorra fedorenta e coberta por DDT.

A essas alturas, os efeitos psicológicos cada qual pode dosar, variando entre o medo, a intranquilidade, a insegurança, o terror e o desespero.

Nas masmorras, que ficavam próximas a sala principal de interrogatórios, escutava-se um teatro gravado com gritos de crianças, de mulheres e de presos sendo torturados.

Quando alguém era interrogado e torturado, ouvia-se tudo. Neste clima conduziam o preso até a sala de interrogatórios e os berros do interrogador gesticulando dizia: Fala, Fala... Depois iniciavam com a aplicação de choques elétricos, que eram fortes e levavam alguns a ficar em estado de inconsciência, durante quase dois dias.

Como se isso não bastasse, nos conduziam a uma câmara de torturas onde iniciava o massacre pelas maneiras brutais e desumanas que descrevemos, inclusive, exibindo aos outros presos, os que estavam sendo torturados.

Através da fértil mente, os torturadores criavam uma estória e radiativamente, durante os 10 dias, iam suggestionando o preso, até que a admittesse. A estória deveria ser repetida ao torturador, sempre que havia interrogatório.

Tendenciosamente, os interrogadores adaptavam a fantasia criada, ao real, com fatos da vida dos presos, no sentido de "fechar" os depoimentos. Negociavam a aceitação da estória, dizendo que por aquela, poderiam ser absolvidos ou condenados a apenas 6 meses e que de nada adiantaria, pois a sentença é de encomenda e não são necessárias provas.

A ameaça de morte era permanente, instigando ao suicídio. Apresentavam lista de parlamentares, políticos e eclesiásticos, incriminando-os.

Em Fpolis, no Departamento de P.F., o Enc. do Inq. Bel. Lucio, através da repetição de métodos utilizados em Curitiba e com aproveitamento do estado físico - psicológico e tumulto mental que estávamos, iniciou a interrogatório policial, transcrevendo os relatórios vindo de Curitiba, nos obrigando a assiná-los.

Registre-se a estranha atitude do corpo médico em Fpolis, no Hospital C. Ramos, em dar a presos internados em estado grave de saúde, "alta melhorada para tratamento contínuo e por tempo indeterminado, sendo que um dos pacientes foi encaminhado a São Paulo, para cineangiografia e possível cirurgia para invasularização.

A advertência do Enc. do Inq. Bel. Lucio, de que se fossem denunciadas as torturas e se a estória não fosse repetida em Juízo, os presos se haviam com ele posteriormente.

Com o intuito de não fomentar o ódio, mas de fazer cessar o clima de intranquilidade, medo e o terror existente, as arbitrariedades, a violência e, para que não se repitam bárbaros crimes contra o ser humano e para que não se incorra em erro judiciário, pedimos que sejam apuradas as responsabilidades.

JUSTIÇA

Fpolis, em 23 de fevereiro de 1976.

[Handwritten signature]



n anexo 5

FLORIANOPOLIS

23 de março de 1953

*A S.O.P.S. pelos
os devidos fins
[Signature]
6/4/53*

Senhor Delegado:

Para seu conhecimento transcrevo abaixo o seguin

te ofício:

"Armas da República - Secretaria da Segurança Pública - De-
legacia Regional de Polícia da 4ª Região com sede em Join-
ville - Estado de Santa Catarina - Joinville, 18 de março de
1953 - Of. N.º 63 - Reservado - Sr. Delegado: Informo a V.
S. que a revista mensal de Cultura Política "PROBLEMAS",
sob a direção de Diogenes Arruda, é vendida abertamente, ao
preço de três cruzeiros, em Curitiba, na Empresa "SACY",
rua 15 de novembro n. 257, sobre-loja, onde fica situada a
redação do semanário comunista "TRIBUNA DO POVO", que é
dirigida por Hermogenes Lazier. Este jornal é impresso na
Editora Litero Técnica, de propriedade de Orlando Ceccon e
situada na rua Visconde de Nacar n.º 1037. - Desconfia-se
assim que o material de propaganda que está sendo remetido
para o Norte do País tem sua origem na Capital Paranaense,
onde há facilidade de impressão e onde o Partido Comunista
está mais desenvolvido que no nosso Estado, contando poris-
so mesmo com maiores recursos. - Reitero a V.S. os meus
protestos de alta estima e distinta consideração. - (a) Tupy
Barreto - Delegado Regional de Polícia - Ao Ilmo. Sr. Ten.
Cel. Trogilio Melo - DD. Delegado da Ordem Política e Soci-
al - FLORIANOPOLIS - "

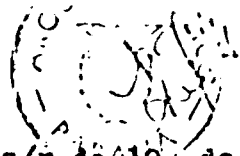
Renovo a V.S. os meus protestos de elevada esti-
ma e acentuado apreço.

Trogilio Melo
Tén: Cel. Trogilio Melo
Del. da O.P. e Social

Ao Ilmo. Sr. Dr. Miguel Zacarias,
DD. Delegado da Ordem Política e Social - CURITIBA

PROTÓCOLO
N.º 001427

Senhor Delegado:



Tomando conhecimento do ofício s/n de 10 do corrente dirigido por uma comissão composta de Zélio Luz, João Paulo Silveira de Souza, Murilo G. Martins da Silva e outros ao Sr. Dr. Moritz, comodoro do Iate Clube de Santa Catarina, no qual é solicitado seja cedido os Salões da aquela agromiação esportiva para em a noite de 21 próximo - a comissão referida realizar uma festa para angariação de fundos destinados à fundação do jornal juvenil "Novos Rumos" e entregue ao referido comodoro pelo professor José Martins Neto, tenho sôbre o assunto a relatar o seguinte:

Começarei por dizer que o fato não é tão simples e inofensivo como a primeira vista parece: orientado pelo professor Martins deve ser de inspiração comunista. São vojam os antecedentes que levarem, por certo, o referido professor (que naturalmente na hora oportuna será ajudado pela lente Eglê Malheiros, Professor Damiani, etc) a iniciativa de tal empreendimento:

Sabido por todos que os professores referidos eram filiados ao PCB ao tempo de sua legalidade. Posto o Partido a margem da lei, procuraram prosseguir em sua ação ilegal por meio de atos de aparência legal ou seja - unindo à propaganda ilegal a uma propaganda de atos permitidos pelas leis do país.

O Governo do Estado, -afim-de cobrir a sua ação malévolá no Instituto de Educação e Colégio Dias Velho, no ano passado, determinou a abertura de rigoroso inquérito administrativo. É evidente que os professores em aprêço faziam (e talvez continuam fazendo) propaganda solerte, no entanto, dado os princípios de liberalidade constitucional, o inquérito não surtiu o efeito que se esperava (também em razão do comodismo de certos professores e alunos).

Representou este aparente fracasso uma vitória para os comunistas que evidentemente gozam de prestígio naquele estabelecimento de ensino, tanto assim que cerca de 200 alunos, logo após o termino do inquérito (setembro de 1952) assinaram uma lista de protestos por haver sido cortado o ponto ao professor Martins por não comparecimento regulamentar ao Instituto.

Não é de admirar que para maior eficiência junto a classe estudantil, fundem agora "Novos Rumos", cujo título é bem significativo.

SERVIÇO DE ORDEM

RESERVADO

- 2 -

Dentro dessa orientação dirigida, a partir da interdição, quer por meio de jornais (que o acobertaria com a Lei de Imprensa), quer por meio de publicações (que teriam por escudo o art. 141, § 5º da Constituição Federal), quer por meio de associações ou de agrupamentos improvisados, vêm os comunistas apontados desenvolvendo progressivamente sua campanha de rearticulação, tendo também em cooperação, como membros de mais proeminência, o Dr. José do Patrocínio Galoti, Sílvio Marques de Oliveira, Dr. Miguel Sales Cavalcanti, Oscar Amonn, etc.

Urge se tome uma providência para que não mais se faça em nossos estabelecimentos de ensino a intoxicação de espíritos moços e inexperientes com o veneno de idéias subversivas, pois, a formação intelectual da juventude deve ser protegida contra a pregação de ideologias exóticas e a sementeira de princípios evidentemente contrários à segurança e o regime político social.

Em nosso Estado, além do caso apontado, no ensino público temos em Laguna, como diretor do Ginásio, o ex-capitão Germano Doner e em Videira o Dr. Pelágio Parigot de Souza; além outros casos que não sabemos por falta de cooperação do próprio corpo que integram as Delegacias do interior.

Tomo a liberdade de opinar que seria interessante um entendimento com a direção do Departamento de Educação no sentido de ser feita, em tempo, a advertência necessária sobre os propósitos dos que pretendem fundar "Novos Rumos" e se fazer uma contra propaganda inteligente e bem orientada, além de outras providências que V.S. julgar acertadas, já que os nossos princípios constitucionais e os mais liberais, não permitindo à nossa polícia, no caso, poder de repressão, isto é, impedir a fundação do jornal. s.m.j.

Ao escrever este despretencioso relatório, estou informado que o Governo do Estado, em boa hora, mudou a direção, do Instituto de Educação, fraca e vacilante nesse ponto de vista, entregando-a ao nosso conterrâneo Major Jaldyr B. Faustino da Silva, cujos sentimentos para com os comunistas não desconhecemos. Aproveito, pois, a oportunidade para, por intermédio de V.S., congratular-me com o Governo do Estado pela acertada medida.

BOFS, em 16 de março de 1953.

Antônio G. de Miranda

Chefe Serviço O.P. e Social.

SERVIÇO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL



718 100212, 10 de maio de 1952

Ilmo. Sr.

A Comissão, abaixo-assinada, com intuito de realizar uma festa para angariar fundos destinados ao jornal juvenil *Novos Rumos*, vem por meio deste, solicitar a V.S. se digne ceder os salões do Club que V.S. tão brilhantemente dirige, para, na noite de 21 do corrente, realizar a referida festa.

Certos da aqiescencia de V.S., antecipamos nossos arradecimentos, subscrevemo-nos, com leal estima e apreço

Handwritten signatures:
João Paulo de Lima e Souza
L. Costa
Walter G. Martins
Alceu Felício
F. J. P. P.
J. P. P.

SERVIÇO DE ORDEM
POLITICA E SOCIAL



ESTADO DE PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL



118

RESERVADO

FLORIANÓPOLIS

17 de março de 1953

Arquive-se em 501.

Curitiba, 17 de março de 1953

Senhor Delegado *J. F. ...*
DELEGACIA DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

A título de cooperação, com êste passo às mãos de V.S. o relatório organizado pelo Sr. Chefe do Serviço de Ordem Política e Social com o título "FUNDAÇÃO DO JORNAL NOVOS RUMOS" de inspiração comunista.

Outrossim consulto a V.S. se nêste Estado há um jornal nos moldes do que os comunistas pretendem fundar nesta Capital ou si o movimento é conjugado com os mentores extremistas dos estudantes dessa Capital.

Renovo a V.S. os meus protestos de elevada consideração e aprêço.

Froglis Melo
Ten. Cel. Froglis Melo
Del. da O.P. e Social

Ao Ilmo. Sr. Dr. Miguel Zacarias,
DD. Delegado da Ordem Política e Social - CURITIBA - PR



Unidade.

O namorado queria ir, mas ele disse
que não pode ir com a carteira.

É o pai que o Sr. não escreveu a todos
nós. (filhos) (amigo) (o neto, sufre de...)

Tem mais mil bucos de todos
nós e a breca

Eliana Rinaldo
Renato Gladimir.

...
...
...
...
...
...
...

...
...
...
...
...

Querido pai.

Em primeiro lugar quero dizer que eu estou com muita saudade de ti, e que espero que estejas bem, isto é, de saúde. Sabes Luca já fui a fazer exames, pensei que o Sr. viesse. Fiquei muito triste pelo o dia foi o dia 20. Sr. não veio. Mas não faz mal, qual o dia deste o Sr. aparece sem eu nem esperar.

Outra coisa que eu quero dizer é que eu estou muito bem nos estudos.

Hoje fiz prova de matemática e tive 10. Também recibi o boletim. Fui 10 em matemática e Português e 9. minhas notas foram as melhores da sala.

Todos os dias penso que o Sr. vai chegar a qualquer momento. As vezes eu venho da aula, pensando em ter uma surpresa, isto é, que eu chego em casa e o Sr. venho abrir a porta para mim.

É tão triste chegar em casa e não encontrar nada disso e verdade, a casa está tudo como sempre.

Mas eu sei que isto vai acabar, daqui alguns dias, o Sr. estará aqui conosco, estaremos todos juntos e felizes.

O Papai hoje está fazendo nove, 91 anos. Ele quer ir com a mãe e a professora disse que ele não pode faltar em casa também mas não posso faltar aula.

Sabe pai de todos os seus amigos, o único que se preocupa com todos nós aqui de casa é o seu amado e a D. Nide. Porque o resto, nenhum deles botou as caras aqui em casa. Eu até acho que estes não têm amigos de